

VOLUME
XXXI BOLETIM DO
N.º 2 ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2018

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

• U • C •



FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

José Pedro Paiva e Júlio Ramos

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)
Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)
Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)
José Pedro Paiva (AUC - lejpaiva@fl.uc.pt)
Júlio Ramos (AUC - jsramos@auc.uc.pt)
Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)

COORDENAÇÃO

Gracinda Maria Ferreira Guedes

CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES

Agustín Vivas Moreno (Univ. de Extremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)
Ana Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)
António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - aresendeo@gmail.com)
Bernard Vincent (EHSS, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)
Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bves@fcsh.unl.pt)
Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caioboschi@hotmail.com)
Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mccasanova@museus.ulisboa.pt)
Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)
Fátima Ó Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - fatima.oramos@antt.dgarq.gov.pt)
Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)
Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)
Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)
Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)
Gabriel Paquette (Johns Hopkins University, Baltimore, EUA - gabriel.paquette@jhu.edu)
Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)
Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)
Giuseppe Marcocci (Universidade de Oxford, Reino Unido - giuseppe.marcocci@gmail.com)
Heloísa Bellotto (Univ. de São Paulo, Brasil - hbellotto@yahoo.com.br)
Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)
Jaime Reis (Instituto de Ciências Sociais, Univ. de Lisboa, Portugal - jaime.reis@ics.ul.pt)
Joana Brites (Univ. Coimbra, Portugal - joanabrites@hotmail.com)
José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - josemariajardim@yahoo.com.br)
José Murilo de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemurilodecarvalho@gmail.com)
Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)
Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canada - luciana.duranti@ubc.ca)
Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)
Luís Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lcamaral@letras.up.pt)
Luís de Vasconcellos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)
Mária Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)
Mária de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)
Mária Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mmpinto@letras.up.pt)
Mária Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)
Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plopez@udc.es)
Rui Casção (Univ. de Coimbra, Portugal - rafcascao@gmail.com)
Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal - rcmartin@ci.uc.pt)
Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fl.uc.pt)

VOLUME
XXXI
N.º 2

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN

0872-5632

2182-7974

DOI DA REVISTA

<http://dx.doi.org/10.14195/2182-7974>

DOI DO VOLUME

http://dx.doi.org/10.14195/2182-7974_31_2

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE® Scopus®



Sumário

ESTUDOS

- Social history of a family archive: the House of Belmonte archival holdings, 15th to 19th centuries 9
Maria João da Câmara
- La (in)visibilización de los moriscos en los registros bautismales de Castilla la Nueva (1570-1610) 49
Francisco Javier Moreno Díaz del Campo
- Práticas da justiça eclesiástica em Pernambuco no século XVIII: o caso do vigário geral Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral..... 79
Gustavo Augusto Mendonça dos Santos
- Quando Portugal acreditou no progresso: a ferrovia nacional na década de 1880 105
Hugo Silveira Pereira

RECENSÕES CRÍTICAS

- LOWRY, James (ed.) (2017) – *Displaced archives*. London and New York: Routledge, Taylor et Francis Group. ix, 227 p.
ISBN (HARD): 9781472470690; (e-book): 9781315577609 131
L. S. Ascensão de Macedo
- MANUEL DE MELO, D. Francisco (aut.); CURADO, Manuel (coord.); FRANCO, José Eduardo (dir.); FIOLEAIS, Carlos (dir.) (2018) – *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiro Tratado de Cabala – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística*. Lisboa: Círculo de Leitores, 189 pp..... 138
José Vieira Leitão

Estudos

Social history of a family archive: the House of Belmonte archival holdings, 15th to 19th centuries

História Social de um Arquivo de Família: o acervo arquivístico da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX

MARIA JOÃO DA CÂMARA
Universidade Nova de Lisboa
Investigadora Integrada do CHAM – Centro de Humanidades
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
mariajoaodacamara@gmail.com

Artigo enviado em: 30 de dezembro de 2017
Artigo aprovado em: 14 de abril 2018

RESUMO

Assumindo que os processos arquivísticos podem ser estudados, apresentamos o resultado de uma pesquisa feita no Arquivo da Casa de Belmonte. O nosso trabalho abordou a produção documental da família Figueiredo Cabral da Câmara entre 1460 e 1840. Sob os novos paradigmas da História e da Arquivística, foi feita uma abordagem multidisciplinar, cruzando estes dois saberes. Através da análise das práticas arquivísticas da linhagem – produção, preservação, transmissão e recuperação – explicaremos até que ponto o arquivo assegurou à família a posse das suas terras, *morgados*, rendimentos e estatuto social. Comparando os documentos preservados no Arquivo da Casa de Belmonte com registos de documentos recolhidos noutras fontes, responderemos a algumas questões, tais como: até que ponto a trajetória da família influenciou a construção deste Arquivo e, no sentido contrário, até que ponto o acervo está relacionado com a gestão do património e com a identidade familiar?

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos de Família, Práticas arquivísticas; História.

ABSTRACT

Assuming that archival processes can be analysed, we will present an overview of our recent survey on the Archive of the House of Belmonte. Our work focused on the production of documents of the Figueiredo Cabral da Câmara family between 1460 and 1840. Under the new paradigms of History and Archival Science, we've conducted a multidisciplinary approach, in which we've crossed History's knowledge and Archival Science. Through the analysis of archival practices of this lineage – production, preservation, transmission and retrieval –, we will explain to what extent the archive reassured the family on its estate, income and *status*. After a comparative study of archival records in inventories from different dates, we will answer questions like: how did the family's path influence the construction of the Archive of the House of Belmonte and to what extent is the archive linked to the estate's management and family identity?

KEYWORDS: Family Archives; History; Archival Practices.

The end of the Old Regime in Portugal brought with it the abolition of entailed properties and this resulted, in many cases, in the dismantling of Family Archives. The same is to say that the changes occurred in the 19th century, brought estate's detachment from the *morgadio* (entail) juridical framework. This is one of the keys to explain the disaggregation of many Family Archives in Portugal. Since the second half of the 19th century, sale and/or property sharing between heirs led to partake, sale or destruction of family archives. But some of these holdings have remained in place, in the possession of the same family, overcoming centuries. Some of them are still cared for, transmitted from parent to son, immersed in their own cultural and physical environments. This is the case of the Archive of the House of Belmonte (hereinafter ACBL) produced and preserved by the Figueiredo Cabral da Câmara family until nowadays.

Under the new paradigms of History and Archival Science, the archive is regarded as a construction, that is, as an object of study. This is to say, that it is fundamental to understand the constitution and possession of a family archive and its practical function, by looking at it as an instrument preserved by a family, an instrument that provides benefits, by assuring its economic power and social predominance itself (MORSEL, 2004: 281; 2013: 3).

In family archives, some themes were central to the document's context of production. We stress the importance of *morgadio's* (entail) juridical institution with its specific duties, but themes connected to "noble values" like social prestige, kinship, a family name, were also central. Noble families based their continuity and prestige on the concept of lineage and kinship, and we must also emphasise the importance of king's mercy and grace to family's *status*. We identified three main ways of increasing the family's status: king's service in administrative or military posts and diplomatic missions; property accumulation and special transmission systems (entail); and matrimonial strategies such as alliances with families of greater social projection, single and late marriage of the eldest son. As we will explain, Figueiredo Cabral da Câmara family is an example of a family in ascending social mobility since the 15th century and its upgrade in economic and social scale allowed, in the 17th and 18th centuries, the constitution of a *House*, a socio-economic model in the Old Regime, based on family, wealth, entailed property, genealogy, prestige, *status*, name, coat of arms (MONTEIRO, 1998).

A multidisciplinary approach, converging the Knowledge of History with Archival Science, allowed us to establish relationships between documents, producers and entities. This also provided an approximate understanding of the contexts of production and document's conservation and therefore, a deeper knowledge of the archive itself and its centrality in the historical process of this lineage. The Classification Scheme was build up after the *systemic model*¹ developed and used by Armando Malheiro da Silva (SILVA, 2004). We've presented all data through a database hosted by Universidade Nova of Lisboa, dedicated to Family Archives². This database uses AtoM, a dynamic and structured software that gives intelligibility to the Family's Archive organization and flow of information. Systemic Model enables the understanding of each family member production of documents, and also the moments in which specific sets of documents were incorporated, accumulated and preserved. Moreover, *Authority Records* displayed in this database includes biographical notes of each document's producer of the lineage and therefore additional information to its production context. In fact, the application of this model implied the in-depth knowledge of family history, and of all producers of documents within the family. This is a key

¹ In this model, each section is a family's generation; each subsection is a document's producer. The model also includes subsystems which encloses all documentation that entered the archive by marriages or inheritances. (See attachment nr. 2)

² Available in WWW, URL:<<http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/>>.

element of our study because we know that information flow wasn't chronologically linear. This means that the documents production dates might not be the date of documents' entry in the family archive.

* * *

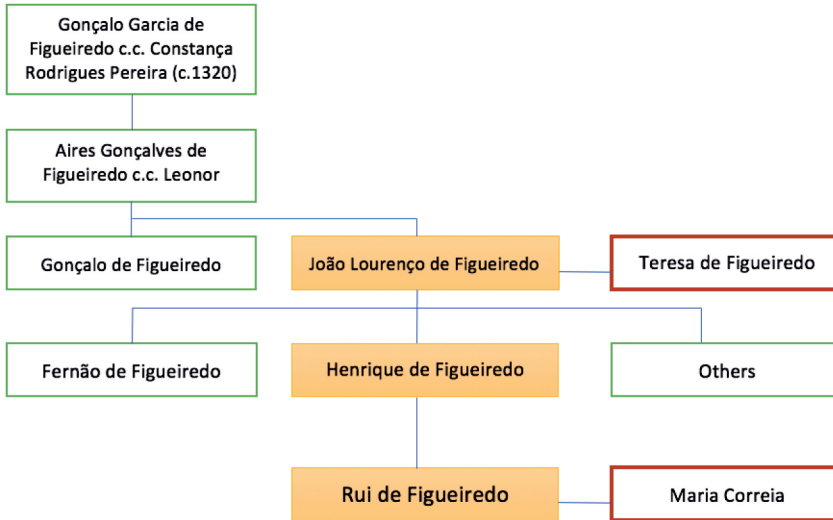
After years studying the family that produced this archive, we began to question its own existence: why, in what way, and in what circumstances has this collection reached our days? Although ACBL's fully custodial history is difficult to establish, memories transmitted through generations allowed us to reconstruct some parts of it. With full access to the Archive – as we are one of its owners - we easily established the link between properties, documents and producers; places, objects, family histories and traditions. We know this archive is, nowadays, the result of a construction carried out by the previous owner, Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, by his grandson José Maria Figueiredo Cabral da Câmara and by ourselves. We would especially emphasize the action of Vasco Maria along the 20th century, as essential in ACBL's preservation.

Our work focused on the Figueiredo lineage documents' production between 1460 and 1840, because this is the origin of the House of Belmonte's archive. But, who were these Figueiredos? (See attachment nr. 3). This lineage it's mentioned by some early modern authors such as Fr. Bernardo de Brito or P. António Carvalho da Costa³ and, like many others, had its (real or mythical?) origins in Portugal's foundation and in Christian *Reconquista*. We have information of this family at least since the thirteenth century: we can find documents concerning the Figueiredos in King Pedro's royal chancellery (SOUSA, 2007: 36). It is from João Lourenço de Figueiredo and Henrique de Figueiredo that descends the branch that, since 1460, produced and accumulated the eldest documents of the Archive of the House of Belmonte. Henrique de Figueiredo was a nobleman, knight, and clerk of King Afonso V and King João II (SOUSA, 2017: 13).

³ Respectively: *Monarchia Lusitana; Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*.

Genealogical Tree n.º 1

Figueiredos (from 14th-15th centuries)



The eldest son of Henrique de Figueiredo, born in the last quarter of the Fourteenth century, was Rui de Figueiredo, also a king's clerk and "founder" of an autonomous lineage branch. In 1499, he purchased Quinta de Ota an important estate near Lisbon, and was married to Maria Correia, daughter of Brás Afonso Correia a King's counsellor. In 1517 this couple, Rui de Figueiredo and Maria Correia, wrote a will founding *Morgado da Lobagueira*, the first *morgado* (entail) of the lineage. During the 16th century the family got benefits from Brazil – obtaining a *Capitania* that was sold by the second half of the century - and participated in a major event, the *Alcácer-Quibir* battle, in 1578, where Rui de Figueiredo Correia died (see genealogical tree n.2). So, in the end of the 16th century the family accumulated lands benefits and *morgados* in Lisbon, Encarnação (Mafra), Santarém, and Covilhã.

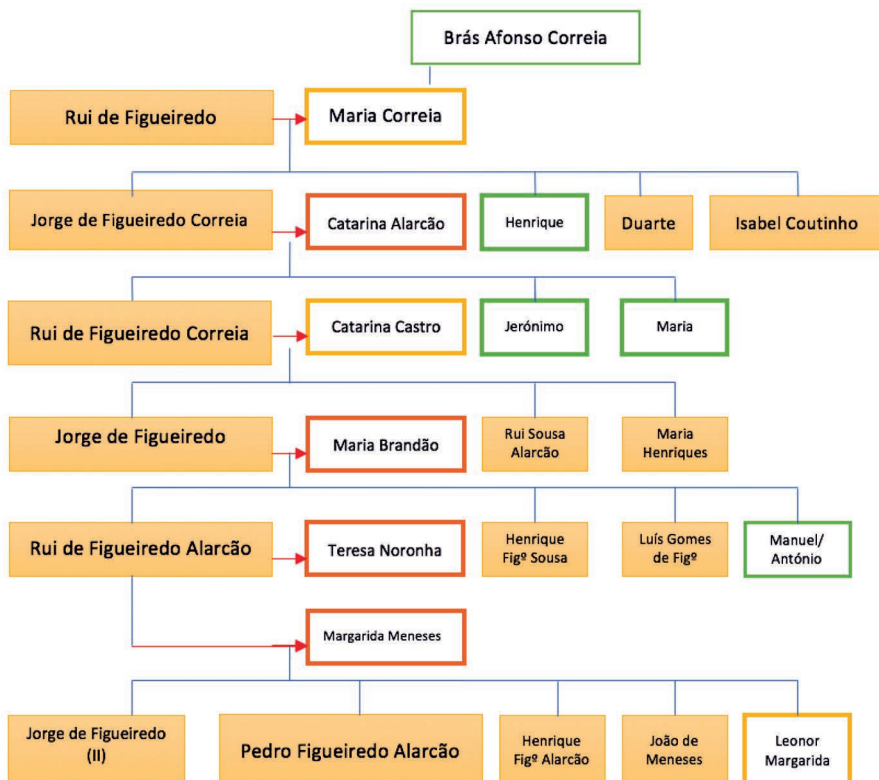
In the second half of the seventeenth century, Rui de Figueiredo de Alarcão – one of the plotters of the Portuguese Restoration in 1640 and Governor of Trás-os-Montes – married Margarida de Meneses Cabral, daughter of Pedro Álvares Cabral, Alcaide mor⁴ of Belmonte. This marriage brought the name and the title – Earl of Belmonte – to the family in the beginning

⁴ Captain-general, commander, governor of a city/village with a castle, who had military and judicial functions.

of the 19th century (SOUSA, 2012: 491). It is after this name – Belmonte – that the genealogist Luis de Mello Vaz de Sampayo named the archive (SAMPAYO, 1971). At this point, Rui de Figueiredo de Alarcão accumulated properties, and inherited, from several relatives, new *morgados* mainly in Lisbon. He was also *Comendador* and Knight of the Order of Christ. The family had, at this point, an upwards social status resulting from parental investment, family reproductive and patrimonial strategies, adopted by the majority of its members. This meant the adoption of primogeniture and male preference to inheritance and the investment on few (one or two) marriages by generation. The following generations will confirm this trend as we will see.

Genealogical Tree n.º 2

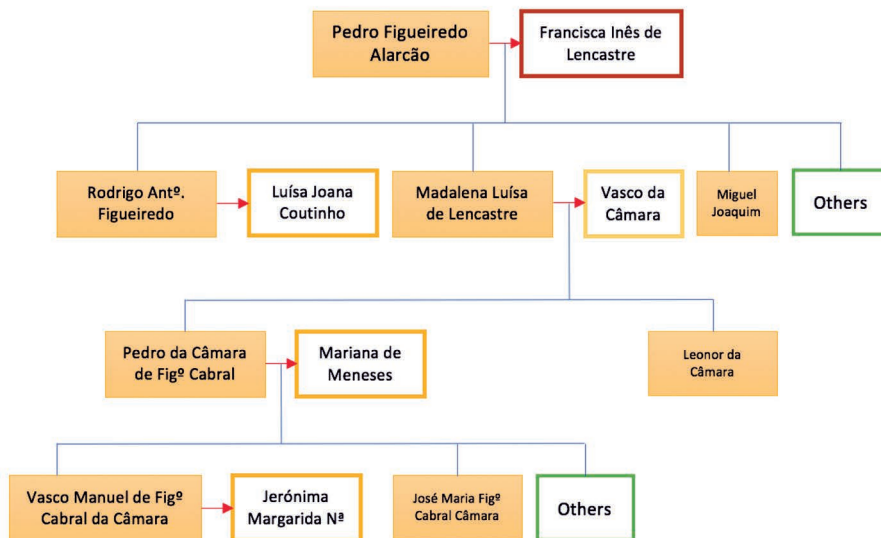
Figueiredo Cabral 16th-17th centuries



The eldest surviving son of Rui de Figueiredo de Alarcão, Pedro de Figueiredo de Alarcão, married to the daughter of the Earl of Valadares, Francisca Inês de Lencastre, was a diplomat and a military man that went to Spain, England, Low Countries, France and Italy. He was *Comendador* and Knight of the Order of Christ and the governor of the city of *Portalegre* at the time of the War of the Spanish Succession. On his death in 1722, Pedro de Figueiredo de Alarcão willed his estate to his own son, Rodrigo António de Figueiredo (see genealogical tree nr.3). Rodrigo António was the first member of this lineage to feel the need to know, both the origin of the properties and their incomes, as well as the existing documents in the archive, as we will see. In 1762, Rodrigo António died childless and willed his House to his sister, Madalena Luísa de Lencastre, married to Vasco da Câmara, son of the Earl of Ribeira Grande. Madalena Luísa was a maid of honour of the queen and, a few years later, she will see the incorporation in her estate of the so-called “House of Belmonte”, by the lack of legitimate heirs of the Cabral lineage (Sousa, 2007: 119).

Genealogical Tree n.º 3

Figueiredo Cabral da Câmara (18th-19th centuries)



The firstborn son of Madalena Luísa and Vasco da Câmara, Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral, secretary to King Peter III, inherited the House

of his parents. He also bought lands in Salvaterra and he committed himself to a more direct management of the estate. His eldest son, Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, grew up in the royal palace – his mother was maid of honour of Queen Maria I – and he was Prince John, future King John VI's childhood friend. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara was appointed *Porteiro mor*, belonged to the King's council, he was gentleman of his Chamber, chairman of the *Junta do Tabaco*, and he was deputy of the *Junta dos três Estados*. In 1805, he received the title of count of Belmonte. He accompanied the Prince's evasion to Brazil in 1807, in the context of the Napoleonic Wars. We end our research precisely with the death of Vasco Manuel's wife, Jerónima Margarida de Noronha, in 1840.

As we've said before, Figueiredo's lineage started to accumulate estate and documents at least since the 15th century. The available sources suggest that there was some kind of organization and that information retrieval, from the earliest times was done through small notes in the back of documents.

At the beginning of the eighteenth-century documentary accumulation and lack of control of information provoked the need for the first inventory: *Tombo de 1722* (SOUSA, 2017: 140). An inventory's production is never innocent, on the contrary, there's a clear intention to control documents related to estate management (HEAD, 2007: 329; DE VIVO, 2010: 231; ROSA&HEAD, 2015: 17-18). The production of this document was justified by its increase linked to the property accumulation of the family and the growing difficulty to retrieve information. Unfortunately, we could not identify the author of this *Tombo*.

*Tombo de 1722*⁵ is the result of a coherent organization of documents closely linked to property. It is not just a list of documents, but rather a composite document, that collected the existing documentation and organized it according to each property, its income and obligations. This organization involved efforts to obtain copies of missing documents from the Royal Archives, from public notaries and from ecclesiastical archives, to complete or replace lacking documents. From this standpoint, external archives, archive and palaeography experts appear as key elements in information retrieval processes and in the construction of this Family Archive (GOMÉZ VOZMEDIANO, 2013: 267). In this first inventory, and from the beginning, some spaces were

⁵ For more details on this inventory see WWW: URL <<http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/>>

provided to add new records. This means that, in addition to 1722's organization there was an intention to keep all documents organized that could or would be assembled into the archive afterwards. This also indicates that continuity in the documents' process of production / accumulation was expected.

Despite this concern, most of the documents produced throughout the eighteenth century were not recorded in the inventory. This fact led to a "chaos" to be overcome almost 100 years after, by a new *Tombo* that we've called *Tombo de 1807*⁶. This inventory – *Tombo de 1807* – was produced in a special context: the imminent departure of the family to Brazil. Although the author of this inventory is unknown, we can say the Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, its principal, played an active role, possibly through notes or dictation: we can see personal kinship references, like "my grandfather" or "my mother", throughout the document (SOUSA, 2017: 283). This inventory consists of three volumes, only two of them are bounded. The retrieval is done in two ways: by pack number or by typology. Compared to *Tombo de 1722*, *Tombo de 1807* is a much more extensive and complete inventory for several reasons: by document's accumulation; by the growth of the House's estate and importance; by the way it was conceived as a more rational and categorized inventory. This is to say that *Tombo de 1807* is a more complete and extensive inventory because *Enlightenment* categories altered the way of thinking the archive.

Two volumes of this *Tombo* are dedicated to documents and a third one is exclusively devoted to the family's estate. It contains all the information about its origins, history, income and dues. *Tombo de 1807* includes some genealogical trees that together with the rest of the information, would help explain the origin of some entailed assets. In addition, the first pages are, in fact filled with the largest and the most complete family tree corresponding to the Figueiredo's lineage. Although the family had some distinguished ancestries among several main Portuguese (and Austrian) noble houses, the *Tombo de 1807* highlights the old medieval lineage. Additionally, *Tombo de 1807*, contains information about some ancestors' deeds. Revealing a deep concern about the family's identity and memory *Tombo de 1807* prevailed within the family until now.

Therefore, if *Tombo de 1722* had an essentially practical function, we find that in *Tombo de 1807*, in addition to management and organization of documents, emerges genealogy, family memory and lineage's prestige exaltation. This does not mean that there were no genealogical documents

⁶ For more details on this inventory see WWW: URL <<http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/>>

prior to 1807. In fact, *Tombo de 1722* contains records of several genealogical texts since one of the elements of family identity was defined by genealogy. In fact, Family Archives in the Iberian Peninsula have plenty of genealogical information either in family trees or in texts: manuscripts devoted to genealogical memories fill Family Archives, remembering ancestors' glories, evoking a brilliant and mythical past (GOMÉZ VOZMEDIANO, 2007: 167). Besides genealogical tables, *Tombo de 1807* includes, in some of its records, praises to some ancestors' merits and deeds. These aimed to justify and legitimize not only the family's past, but mainly its present (LAFUENTE URIÉN, 2012: 46; BERRENDERO, 2015: 174). Let us not forget, that the purpose of providing family members with knowledge about their predecessors could also be crucial in case of disputes over *morgados'* inheritances (CALLEJA PUERTA, 2010: 149). In addition to other documents, conflicts over entails, titles of nobility or lands, demanded the correct genealogical information. In fact, a fierce competition over these assets could occur between siblings, uncles, cousins and all kinds of relatives. A proof of kinship, with the *morgado's* founder or with his last owner, was based on concrete documents, such as baptism, marriage or will certificates, but genealogy was crucial since the kinship's knowledge provided the family's information about the possibilities to inherit an ancestor's *morgado*.

In order to understand the production of documents of the Figueiredo's lineage, the main builder of this archive, we've collected descriptions of documents (SOUSA, 2017:141) available in different sources, as follows:

- 1) *Tombo de 1722* (first ACBLS' inventory known, dated from 1722).
- 2) *Tombo de 1807* (second ACBLS' inventory, dated from 1807).
- 3) Lists with the existing holdings (dated from 1997-2012).
- 4) Data collected from the royal chancelleries.
- 5) Data collected (in other contexts) in public archives.

We've reached a universe of 1975 items, of which 696 descriptions are from *Tombo de 1722*; from *Tombo de 1807* we've collected 1037 descriptions; from public archives, we've collected 196 descriptions and there are 1169

preserved documents in ACBL⁷. This corpus allowed us to reach a more comprehensive information about the documents' production as it entailed more than 600 descriptions of documents that weren't preserved or didn't have representation in the archive nowadays, as shown in the following table:

Descriptions	Results
Total number of document descriptions in the <i>corpus</i>	1975
Number of preserved documents	1169
Number of non-preserved documents	799
Number of descriptions in <i>Tombo de 1722</i>	696
Number of descriptions in <i>Tombo de 1807</i>	1037
Number of non-preserved documents between 1722 and 1840	352
Total documents registered in public archives	196
Documents registered in public archives referred in <i>Tombo de 1722</i>	11
Documents registered in public archives referred in <i>Tombo de 1807</i>	49

The main purpose of this exercise was to understand:

- a) volume of information produced, by the Figueiredo's lineage;
- b) production, reception and preservation of documents;
- c) family's preservation practices;
- d) recovery and (re)use of documents.

This exercise also allowed us to make some comparisons between:

- a) different production moments;
- b) different producers;
- c) main typologies and chronologies;
- d) use of copies and certificates.

With all the data collected, we've analysed the documents produced by 11 generations of Figueiredo's lineage divided by couples or single person in each generation, regardless its preservation in the archive. Our goal was to apprehend the general lines of each generation's production of documents.

⁷ To check the complete table see WWW:URL <<https://run.unl.pt/handle/10362/26855>>

This analysis explored two main ideas: Themes/Subjects and Typologies per theme of issued documents⁸.

We'd like to outline the following key points:

- a) There is a shortage of documentary representation in the early generations although we know that the Figueiredos produced documents far beyond documents preserved in the archive.
- b) Some of this older documentation (mainly parchments) was preserved until 1722; in 1807, it was no longer in the archive.
- c) These first documents were related to estate that wasn't kept in the family and this may explain its absence/ non-preservation. On the other hand, the lack of stability of the house(s) family dwelling until the first twentieth of the sixteenth century can also explain the absence of older documents.
- d) Conversely, the fact that the Figueiredo family lived more steadily in one place after 1521 may have contributed to enhancing the documents' preservation.
- e) The volume of documents produced (and their preservation) increases year after year and is more diverse as we see typologies multiplying in each generation.
- f) In each generation, we can establish a clear parallelism between the type of documents produced and the political/social positions held, the royal favours or important inheritances.
- g) There is a clear perception of the moments in which sets of documents became part of the archive, not necessarily of their production date (although some were produced by family members).
- h) Last but not least, we verify, in general, the relevance of property and its management in documents produced by this lineage.

The "deconstruction" of each of the registers presented in the inventories, the analysis of its discourse and the comparison established between the different records and moments of inventory led us to question the production of documents. By comparing the records collected in the ACBL's inventories and at different moments, we understand the rich diversity and historical process of this archive and we confirm that preserved documentation is the remaining part of a much larger set. This comparison allowed us to identify losses and absences of documents and made it possible for us to draw an

⁸ See attachment nr. 1.

approximate portrait of Figueiredo's production of documents. In addition, this enabled us to trace the evolution and to understand the constitution of the archive in different phases. In some cases, what seemed at first sight to be a continuous production of documentation was, in fact, the fruit of later insertions of documents by inheritance of estate or dowry (SOUSA, 2017: 293).

The analysis of the documents produced by generations and producers allowed us to apprehend their trends, mainly explained by the individual paths and socio-economic status purposes. Looking at the producer's charts (see attachment nr.1), the central, but more or less intense relationship of each producer with the Crown, defence and administration of the properties is visible mirroring successes and failures. On the other side, the management of the estate, relationship with the Crown, peers, institutions, is reflected in each generation's production of documents.

The Archive of the House of Belmonte underwent several physical changes. We can ask which practices of preservation were used by this lineage? There were losses and incorporations of documents; transfer of documents within the collection and dispersion of documents around the house itself (This was not an unusual situation, cf. PEÑA BARROSO; GUELFÍ CAMPOS, 2014: 24). But documents could be kept in a specific space like a room (library, bookstore), an ark or a cabinet. Some documents were stored in bedrooms, bundled in different occasions and some (re)packing occurred. We also know that, in 1807, when designing a new inventory, the documents were unfolded, flattened, put into paper covers, packed in bundles and placed in a room or in a file cabinet called *Cartório*.

As for the contents of the documents, they accumulated meanings that may explain their conservation. Produced and (re)used for practical issues, part of these documents, were destroyed or degraded and, eventually eliminated. In case of preservation, this may be related to random factors such as "forgetfulness" in a certain place of an old house; lack of interest by the owners who ended up keeping the Archive intact; interest in the information contained in the documentation, such as old names of properties or specific lands (ESCH, 2003: 15-29). These documents usually came to fulfil new designs, gaining more and more historical value, becoming a *monument*, a stronghold of memory (KETELAAR, 2007). In the case of the ACBL, there was destruction or loss of documentation concerning, for example, accounting documents or some correspondence between the family and its distant representatives.

Not all the families had an Archive: only those who had something to protect and its defence relied on the keeping of documents. The Documents' authority attested possession of estate and entailed properties (MORSEL 2008: 8). We clearly link Figueiredo's production of documents to estate management and to *morgadio* (entail), reflecting the complexification of ownership systems. The need to prove before royal institutions and courts the property of land and assets, as well as the increasing use and importance of written documents led to it being necessary to keep documents (CALLEJA PUERTA, 2010; BERRENDERO, 2017). The preservation of documents emerges as a primordial element: supporting and proving the rights of the family over their property and income; demonstrating before the King the appropriateness of mercies and its renewal; supporting the household head's virtue to undertake new posts or renewed appointments; guaranteeing the payment of Figueiredo's services to the Crown; defending the ownership of (quite frequent) misappropriations.

The estate was determinant in the origin of documents' production and preservation in the Figueiredo's lineage: it is no coincidence that the oldest document preserved is linked to one of the most important properties of the family called *Quinta de Ota*. This link between the archive and the property means that the family settled its power and socio-economic domain in its properties and defended itself relying on the documents' authority (CAMMAROSANO, 1991: 267-268). Additionally, the adoption of the *Morgadio's* institution (entail) allowed income's accumulation to the male firstborn and, to a large extent, this enabled the family's upward social mobility.

On the other hand, asset accumulation - occurred since the sixteenth century in the Figueiredo's family - implied the production, preservation of documents. This was amplified not only by the extension and diversity of the estate but also due to an increasing difficulty in its administration. The gradual complexification of property systems, especially the *morgadio* system⁹ required new documents that should be able to control payment charges and fulfilment of spiritual duties established in the foundational document. In fact, we must not forget the importance of the spiritual dimension of *morgados*. Generally, the heirs, had to fulfil its purposes: pray for the soul

⁹ For example when acquiring or inheriting properties with former obligations dependent on different institutions, or upon the inheritance of multiple *morgados* and chapels.

of the founder pay some obligations such as providing habits to a monastery or give olive oil to the lamp of the Blessed Sacrament of a certain church. Under severe spiritual punishments, the founder of each *morgado* subjected the following generations to a “mystical chain” that bound the heirs to their ancestors, to their assets and documents. These pious obligations, functioned as “law” that should be observed (ROSA, 2012: 573). The possession of documents should prove dues’ compliance guarantying ownership or loss of the assets. The custody of these documents was more relevant as we know that possession of significant entailed estate has repeatedly provoked conflicts between the heirs.

Externally, families used documents from their archive to prove ownership of land before the Crown, to defend themselves from misappropriation or from lack of lease payment. In the ACBL there are several documents, especially *Tombos*¹⁰ and multiple Court Sentences due to misappropriation. Appeal to courts also became increasingly common for matters such as: payment of tax, non-payment of rent, property ownership, problems with creditors, misuse of property, land takeover, or *morgado* inheritance disputes. That is why we find in ACBL dozens of sentences, lawsuits, claims, complaints, charges and all kinds of proceedings related to property. All these questions gave increased importance to the possession of an archive.

Internally the increasing adoption of the primogeniture and male inheritance (that is, the favouring of the first male heir to the detriment of all the others), meant great difficulties of acceptance, indicating that this model nor was always assumed or peacefully accepted by the other heirs, provoking frequent conflicts. These conflicts could end in court, like it happened several times in the Figueiredo family. On the other hand, the dispute over the possession of new *morgados* led to the use of documentation to prove one’s right over its inheritance: this was the case of the house of Belmonte’s inheritance (SOUSA, 2017: 279). The King’s service and the family’s relationship with the royal chambers were also important engines for producing documents. Maintaining the relevance of the family within the circles of power implied physical closeness to the royal family and participation in specific moments of sociability. These occasions that guaranteed *status* and personal royal service were registered in specific documents like invitations, messages and notices.

¹⁰ Document’s typology. Document that, by mapping, measuring and defining external borders of an estate, guarantees the integrity of the heritage. This word was also used to designate the “map of an archive” (Inventory).

Transmission of Family Archives from parents to children was linked to the transmission of the estate to which it reported. This transmission was indispensable since, without it, the ownership of the assets was greatly impeded. The responsibility of the heir to maintain and increase the House and the family's economic and social status implied the deep knowledge of assets, control of the information over property and its yields, and this led to the necessity of inventories. In the case of ACBL, inventories were not only a retrieval instrument for practical use of documents but also an information tool (SOUSA, 2017: 282).

We can say that the preservation of documents depended on the Archive's delivery from one heir to the other, this usually occurred by the death of the former holder. However, in the case of the Figueiredo family, assigning the House's administration sometimes occurred during the previous owner's life. This was made through the appointment of the eldest son in two occasions: in the late 17th century and in the late 18th century. The first one in the case of Rui de Figueiredo de Alarcão to his son Pedro de Figueiredo de Alarcão; the second one was the case of Vasco da Câmara to his son, Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral. Both transfers involved the production of a legal document that resulted in the delivery to the next heir of the administration, estate and archive. Knowing the assets of the House, their income management was a challenge for some of the heirs of the Figueiredo family. Overcoming distance from properties, the Figueiredos used written documents and designated attorneys to represent them. The heir's responsibility in succession also required sometimes non-existent competences: the family archive's importance can also be measured by the search of specific skills and knowledge to organize the archive and to transcribe old documents. That's precisely what Rodrigo António de Figueiredo did, by producing the *Tombo de 1722*, using all the means available, like transcription of old parchments or producing certified copies of disappeared documents (SOUSA, 2017: 248).

Archives are not static entities, but variable, constructed and (re)organized depending on the interests of their holders. The individual paths of each member of the lineage and the attitude of the heirs were fundamental to the building, preservation, loss or inventoring the documents of the ACBL. It is essential to understand that, keeping up with the needs of the family, the maintenance of the House, and preservation of documents in this archive

were a result of different intentions and archival procedures and, therefore, far from unique models.

The Archive of the House of Belmonte can be seen as a structure that allowed this family to exercise its power. How? By guaranteeing stability and economic income. The preservation of documents could be crucial to the fate of a family: the ownership of a property, the inheritance of a *morgado* or the right to inherit a House could, in fact, be contained in a piece of parchment or paper. And this was the main reason why nobility constructed and maintained (not always) carefully, their documents for centuries. Not all families had an archive. Not all of them needed documents to prove the possession of *morgados*, to claim rights, to affirm or confirm their privileges. But, under the old regime the families' relationship with their documents is revealing: in the act of keeping, inventorying and archiving documents, we can find a concern with the household and its next owners. This perspective led many families to maintain their archives for centuries, because by keeping them, they assured their extension in the future.

References:

- CALLEJA PUERTA, Miguel (2010) – El Factor Genealógico: Posibilidades Y Límites De La Documentación De Archivo Para La Elaboración De Historias Familiares. *Emblemata: Revista aragonesa de emblemática*. [s.l.]. N.º 16, p. 123–153.
- CAMMAROSANO, Paolo (1991) – *Italia Medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci Editore.
- CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (eds.) (2006) – *Poder y movilidad social: cortesanos, religiosos y oligarquías en la Península Ibérica (siglos XV-XIX)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC: Universidad de Murcia.
- COOK, Terry (2001) – Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, [s.l.]. Vol. 1, n.º 1, p. 3-24.
- DE VIVO, Filippo (2010) – Ordering the archive in early modern Venice (1400-1650). *Archival Science: International Journal on Recorded Information*. [s.l.]. Vol. 10, n.º 3, p. 231–248.
- ESCH, Arnold (2003) – Chance et hasard de transmission : Le problème de la Représentativité et de la déformation de la transmission historique. In SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (dir.) – *Les tendances actuelles de l'histoire du moyen âge en France et en Allemagne: Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998)*. Paris: Publications de la Sorbonne, p.15-29.
- GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. (2015) – “Experto en letras antiguas busca empleo”. El papel de los archiveros en la organización del patrimonio documental de la aristocracia española (1750-1850). Una aproximación a sus fuentes y posibilidades de estudio. *Cuadernos de Historia Moderna*. [s.l.]. N.º 40, p. 267-293.

- GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. (2007) – Archivos Nobiliarios españoles: ¿pasado, presente y Futuro? Tipología Documental e investigación Modernista. In ANDÚJAR Castillo, F.; DÍAZ LÓPEZ, J. P. (coord.) – *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*. Almería : Instituto de Estudios Almerienses, p. 139-210.
- GUILLÉN BERRENDERO, José António (2009) – *Los Mecanismos Del Honor Y La Nobleza En Castilla Y Portugal, 1556-1621*: Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Available in WWW: URL<<http://eprints.ucm.es/9469/1/T31078.pdf>> (accessed 15-12-2017).
- HEAD, Randolph C. (2007) – Mirroring Governance: Archives, Inventories and Political Knowledge in Early Modern Switzerland and Europe. *Archival Science*. [s.l.]. Springer Netherlands: Vol. 7, n.º 4, p. 317–329.
- KETELAAR, Eric (2007) – Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. *Archival Science*. [s.l.]. Springer Netherlands: Vol. 7, n.º 4, p. 343-357.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1998) – *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MORSEL, Joseph (2008) – Du texte aux archives: le problème de la source. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre – BUCEMA*. [s.l.]. Hors-série n.º 2 : p. 1-26.
- MORSEL, Joseph (2013) – Histoire ou passé? L'archivage comme problème pour l'intelligence historique de la société médiévale. *Archifam – Les archives de famille. Formes, histoires et sens d'une genèse (XIVe-XVIIe siècle)*. Available in WWW: URL<https://www.casadevelazquez.org/fileadmin/fichiers/investigacion/Epoque_antique_medievale/2013-2014/Morsel_texteHistoire_ou_pass%C3%A9_4mars2013.pdf> (Accessed 15-12-2017).
- MORSEL, Joseph (2004) – Les sources sont-elles «le pain de l'historien»? *Hyphotèses*. [s.l.]. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 271-286.
- PEÑA BARROSO Efrén de la; GUELFÍ CAMPOS, José F. (2014) – El fondo del marquesado of Legarda en el Archivo Histórico of la Nobleza (Toledo). *Documenta & Instrumenta*, 12, p. 9-30.
- ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) (2015) – *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th Century*. Lisboa: IEM-FCSH.
- ROSA, Maria de Lurdes (2012) – *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SAMPAYO, Luís de Mello Vaz de (1971) – Subsídios para uma biografia de Pedro Álvares Cabral. (Separata). *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra.
- SILVA, Armando B. Malheiro da (2004) – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto (I série, Vol. III): p. 60-68. Available in WWW: URL <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8111>>. (Accessed 16-12-2017).
- SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e (2017) – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, Gestão e Poder*. (PhD Thesis in History presented to Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas).

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e (2012) – O Arquivo da Casa de Belmonte: o que tempo (ainda) não apagou. *in* ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família (séculos XIII-XIX): que presente, que futuro?* Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, p. 491-506.

Attachment N.º 1

Figueiredo Cabral da Câmara Document's production Charts

Thematic-geographical set was made after the following typologies:

Aggregation of Documents

Themes/Subjects	
Designation	Specifications/ Typologies per Theme
Crown	Documents emanating from (or related to) the Crown: mercy, permits, apostilles, service certificates, service orders, court orders and decrees, petitions, ordinances, applications and provisions.
Military Orders	Documents related to <i>comendas</i> and Military Orders of Christ and Saint James. Includes court orders, leases, mercies and certificates.
Marriages	Dowry, Marriages and royal permissions.
Inheritance/wills	Wills and shares, requirements, certificates, payment receipts; delivery of Money or inherited goods, inheritance certificates.
Henrique de Figueiredo de Alarcão's Inheritance	Documents, related to Alarcão's business.
Business/ Commercial activities	Business between a member of the family and others. Commercial correspondence.
Debts	Debt documents; Loans.
Family conflicts	Sues and verdicts; proof documents, agreements.
Account control	Memories indicating expenses, prices, purchases.
<i>Chapels</i>	Documents of financial and spiritual obligations; certificates, mass receipts.
Porteiro mor' office	Office's documents.
Brasil/ Peninsular war	Documents produced in Peninsular War context.
Properties/ Lands	Documents produced in estate administration/management's context, namely from: Ota; Salvaterra; Torres Vedras; Carregueira; Palácio da Boa-Hora; Quinta de Monte Coche (Benfica); Herança de Jerónima Lobo ¹
Crown properties	Documents produced in the estate administration/management's context, namely: Lezíria da Praia; Santarém; Alpiarça; Maninhos da Covilhã; Alcaidaria mor da Sertã e Pedrógão; Ilhéus, Mouchão do Esfolo Vacas; Capela da Barreteira,
Morgados (Entail)	Documents produced in entail administration/management's context, namely: Castelo; Lobagueira; Lavre; Terças; Campo Grande; Belmonte; Seixal.
Others	Multiple documents connected to a family producer, such as: petitions, drafts, "papers".

Charts by Typological / Themes by generation's producers

The following documentation tables refer to the set of documents' descriptions related to each producer of the Figueiredo lineage. We analyzed sets of documents descriptions and not sets of documents. By this reason, we must emphasize that the results obtained are indicative and should be analyzed as general trends and not as absolute results. The basis for these tables are *Tombo de 1722*, *Tombo de 1807*'s descriptions and the list of the existent archive. These tables concern each producer couple by generation.

The introduction of data in each table included documents produced within the chronology indicated for each couple. In the left column, the results were added by typologies. In the column of the right we introduced descriptions by subjects/themes.

Total descriptions were recorded for the first five producers (Henrique de Figueiredo, Rui de Figueiredo, Jorge de Figueiredo Correia, Rui de Figueiredo Correia and Jorge de Figueiredo).

From the producer Rui de Figueiredo de Alarcão (1612-1679) onwards, due to the multiplication of typologies, we inserted only the data above 4 descriptions.

Table nr. 1

Documents produced by Henrique de Figueiredo					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descript.	%	Place/Institution/Theme	Nr. descript.	%
Bounties	7	44%	Lisboa	5	33%
Life tenancies	5	32%	Santarém	5	33%
Donation	1	6%	King's administration	3	20%
Notification	1	6%	Alpiarça	1	7%
Confirmation	1	6%	Lezíria da Praia	1	7%
Provisão	1	6%			

* Base: TAD. Typologies: considered all items; Thematic groups: considered all items.

Table nr. 2

Documents produced by Rui de Figueiredo; Maria Correia					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descript.	%	Place/Institution/Theme	Nr. descript.	%
Permits	7	46%	King's administration	12	80%
Bounties	4	27%	Ota	2	13%
Charters	1	7%	Lobagueira	1	7%
Certificate	1	7%			
Buying/ selling	1	7%			
Morgado's Institution	1	6%			

*Base: TAD. Typologies: considered all items; Thematic groups: considered all items.

Table nr. 3

Documents produced by Jorge de Figueiredo Correia; Catarina of Alarcão					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descript.	%	Place/Institution/Theme	Nr. descript.	%
Buiyng/ selling	4	37%	Ota	6	46%
Bounties	3	27%	King's administration	2	15%
Court Sentences	1	9%	Ilhéus	2	15%
Charter	1	9%	Maninhos da Covilhã	1	8%
Life tenancy	1	9%	Morgado do Castelo	1	8%
Donation/ Possession	1	9%	Inheritance	1	8%
Will	1	9%			

*Base: TAD. Typologies: considered all items; Thematic groups: considered all items.

Table nr. 4

Documents produced by Rui de Figueiredo Correia; Catarina of Castro					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descript.	%	Place/Institution/ Theme	Nr. descript.	%
Buying/selling	4	17%	Ota	11	48%
Life tenancies	2	9%	King's administration	8	35%
Apostilha	2	9%	Lobagueira	2	9%
Certificate	2	9%	Castelo	1	4%
Padrão	2	9%	Other	1	4%
Charters	1	4%			
Correspondence	1	4%			
Inquiry	1	4%			
Nomination	1	4%			
Padrão de tença	1	4%			
Exchange	1	4%			
Provisão	1	4%			
Complaint	1	4%			
Tenancy Renewal	1	4%			
Certificate copy	1	4%			
Description	1	4%			

*Base: TAD. Typologies: considered all items; Thematic groups: considered all items.

Table nr. 5

Documents produced by Jorge de Figueiredo; Maria Brandão; Madalena Oliveira					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descript.	%	Place/Institution/ Theme	Nr. descript.	%
Court Sentences	8	19%	King's administration	10	24%
Charters	5	12%	Ota	10	22%
Document's parts	3	7%	Lobagueira	7	16%
Buying/selling	2	5%	Maninhos da Covilhã	6	13%
Justifications	2	5%	Military Orders	5	11%
Bounties	2	5%	Morgado do Castelo	3	7%
Tombos	2	5%	Inheritance	2	5%
Petitions	1	2%	Debt	1	2%
Court lawsuit	1	2%			
Life tenancies	1	2%			
Apostilhas	1	2%			
Certificates	1	2%			
Correspondence	1	2%			
Enquiries	1	2%			
Receipt books	1	2%			
Orders	1	2%			
Property Measurement	1	2%			
Judicial Orders	1	2%			
Possessions	1	2%			
Permits	1	2%			
Quittances	1	2%			
Tenancy confirmation	1	2%			
Requirements	1	2%			
Wills	1	2%			

*Base: TAD. Typologies: considered all items; Thematic groups: considered all items.

Table nr. 6

Documents produced by Rui de Figueiredo of Alarcão; M^a Teresa Noronha; Margarida of Meneses					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descript.	%	Place/Institution/ Theme	Nr. descript.	%
Charters	18	14%	King's administration	44	26%
Court Sentences	12	9%	Military Orders	35	21%
Certificates	11	8%	Lobagueira	14	8%
Life tenancies	9	7%	Legacy of Jerónima Lobo	13	8%
Buiyng/selling	9	7%	Lezíria da Praia	12	7%
Accounts	7	5%	Ota	11	6%
Quittances	7	5%	Maninhos da Covilhã	6	4%
Apostilhas	6	5%	Account quittance	6	4%
Correspond.	6	5%	Papers	5	3%
Papers	6	5%	Debts	5	3%
Bounties	5	4%	Lavre	4	2%
Decrees	5	4%	Marriage	4	2%
Permits	5	4%	Inheritances/Wills	4	2%
Petitions	5	4%	Business/ Commercial activities	4	2%
Wills	5	4%	Family disputes	4	2%
Comendas' chart	4	3%			
Memories	4	3%			
Petitions	4	3%			
<i>Tombos</i>	4	3%			

*Base: TAD. Typologies: Considered only the groups of documents with a sum superior or equal to 4 items; Thematic groups: considered only the groups with more than 4 descriptions.

Table nr. 7

Documents produced by Pedro de Figueiredo of Alarcão; Francisca Inês of Lencastre					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descr.	%	Place/Institution/ Theme	Nr. descr.	%
Certificates	47	15%	Military Orders/ comendas	108	28%
Correspondence	45	14%	Morgado da Lobagueira	38	10%
Petitions	31	10%	King's administration	37	10%
Accounting documents	26	8%	Ota	29	8%
Court Sentences	22	7%	Morgado do Castelo	21	6%
Leasholds	14	4%	Legacy of Jerónima Lobo	17	5%
Buiyng/selling	12	4%	Morgado do Campo Grande	16	4%
Memory	12	4%	Maninhos da Covilhã	16	4%
Minutes	11	3%	Debts/Loans/Quittances	12	3%
Receipts	11	3%	Morgado do Lavre/ S. Julião	12	3%
Lists	9	3%	Henrique de Figueiredo	12	3%
Court reports	8	3%	Lezíria da Praia	11	3%
Quittances	7	2%	Family disputes	10	2%
Receipt books	6	2%	Mouchão do Esfola Vacas	9	2%
Citações	6	2%	Account control	7	2%
Permits	6	2%	Morgado das Terças	6	2%
Propostas/acordos	6	2%	Chappels	4	1%
Petitions	6	2%	Family disputes	4	1%
Charters	5	2%	Others	8	2%
Other Petitions	5	2%			
Informations	5	2%			
Apostilhas	4	1%			
Debts/Loans	4	1%			
Life tenancies	4	1%			
Papers	4	1%			

*Base: TAD. Typologies: Considered only the groups of documents with a sum superior or equal to 4 items; Thematic groups: considered only the groups with more than 4 descriptions.

Table nr. 8

Documents produced by Henrique de Figueiredo of Alarcão					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descript.	%	Place/Institution/ Theme	Nr. descript.	%
Petitions	9	41%	King's administration	31	63%
Correspondence	7	32%	Comercial trade	13	27%
Certificates	6	26%	Morgado das Terças	5	10%

*Base: TAD. Typologies: Considered only the groups of documents with a sum superior or equal to 4 items; Thematic groups: considered only the groups with more than 4 descriptions.

Table nr. 9

Documents produced by Rodrigo António de Figueiredo; Joana Luísa Coutinho					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descr.	%	Place/Institution/ Theme	Nr. descr.	%
Certificates	37	17%	Ota	79	29%
Court Sentences	34	15%	Military Orders	33	12%
Buying/selling	18	8%	Legacy of Henrique F.º	22	8%
Leaseholds	14	6%	Morgado do Castelo	19	7%
Receipt books	14	6%	Morgado da Lobagueira	14	5%
Accounts	13	6%	King's administration	14	5%
Life Tenancies	13	6%	Loans/Debts	13	5%
Possession	13	6%	Legacy of Jerónima Lobo	12	4%
Court reports	10	4%	Conflits	12	4%
Life tenancies	8	4%	Inheritances	10	4%
Bounties	8	4%	Maninhos da Covilhã	9	3%
Evaluations	6	3%	Account control	9	3%
Correspondence	6	3%	Morgado do Lavre	6	2%
Certificate copies	6	2%	Morgado das Terças	5	2%
Padrões	5	2%	Campo Grande	5	2%
Permits	5	2%	Carregueira	4	2%
Quittances	5	2%	Others	7	3%
Document's parts	5	2%			

*Base: TAD. Typologies: Considered only the groups of documents with a sum superior or equal to 4 items; Thematic groups: considered only the groups with more than 4 descriptions.

Table nr. 10

Documents produced by Madalena Luísa of Lencastre e Vasco da Câmara					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descript.	%	Place/Institution/ Theme	Nr. descript.	%
Certificates	21	29%	King's administration	23	24%
Accounts	11	15%	Ota	17	18%
Charters	9	12%	Morgado of Belmonte	16	17%
Court Sentences	6	8%	Alcaidaria mor da Sertã e Pedrógão	10	11%
Leaseholds	5	7%	Debts/Loans	6	7%
Military Patents	5	7%	Legacy of Jerónima Lobo	6	6%
Buying/selling	4	6%	Inheritances	5	5%
Life Tenancies	4	6%	Morgado do Seixal	4	4%
Tenancy confirmation	4	5%	Others	8	9%
Certificate copies	4	5%			

*Base: TAD. Typologies_Considered only the groups of documents with a sum superior or equal to 4 items; Thematic groups: considered only the groups with more than 4 descriptions.

Table nr. 11

Documents produced by Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral; Mariana of Meneses					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descript.	%	Place/Institution/ Theme	Nr. descript.	%
Life tenancy	33	19%	Military Orders	41	19%
Accounts	29	16%	Morgado of Belmonte	38	17%
Certificate	23	13%	King's administration	31	14%
Charters	16	9%	Morgado da Lobagueira	27	12%
Buying/selling	12	7%	Ota	13	6%
Notices	10	6%	Morgado do Seixal	13	6%
Subenfitense	10	6%	Terras of Salvaterra	12	5%
Life tenancies	8	4%	Controle Account control	11	5%
Permits	7	4%	Inheritances	10	5%
Court Sentences	7	4%	Maninhos da Covilhã	8	4%
Leaseholds	5	3%	Alcaidaria mor da Sertã	6	3%
Possessions	5	3%	Morgado do Castelo	4	2%
Bounties	4	2%	Lezíria	4	2%
Comendas' chart	4	2%			
Padrões of tença	4	2%			

*Base: TAD. Typologies: Considered only the groups of documents with a sum superior or equal to 4 items; Thematic groups: considered only the groups with more than 4 descriptions.

Table nr. 12

Documents produced by Vasco Manuel Figueiredo Cabral da Câmara; Jerónima Margarida Noronha					
According to typologies*			According to Themes/subjects*		
Thypology	Nr. descript.	%	Place/Institution/ Theme	Nr. descript.	%
Accounting documents	116	27%	Ota	129	25%
Receipts	46	11%	King's administration	61	12%
Leaseholds	37	9%	Morgado of Belmonte	47	9%
Certificates	34	8%	Morgado da Lobagueira	46	9%
Notices	20	5%	Military Orders	32	6%
Buying/selling	20	5%	Account control	31	6%
Bounties	18	4%	Brasil/ Peninsular War	19	4%
Apostilhas	17	4%	Inheritances	18	3%
Tenancy recognition	17	4%	Morgado do Seixal	16	3%
Court Sentences	16	4%	Morgado do Campo grande	12	2%
Assets' Inventories	13	3%	Alcaidaria mor da Sertã e Pedrógão	12	2%
Procurações	10	2%	Chappels	11	2%
Life tenancies	9	2%	Morgado do Castelo	11	2%
Charters	7	2%	Legacy of Jerónima Lobo	10	2%
Correspondence	7	2%	Lezíria da Praia	8	2%
Certificate copies	7	2%	Palácio da Boa Hora	6	1%
Court reports	6	1%	Debts	6	1%
Life Tenancies	6	1%	Oficio Porteiro Mor	6	1%
Tenancy renewal	5	1%	Torres Vedras	5	1%
Inventory	4	1%	Capela da Barreteira	4	1%
Lists To Brasil	4	1%	Quinta de Benfica	4	1%
Receipt books	4	1%	Marriage	4	1%
Military Patents	4	1%	Salvaterra	4	1%
			Others	15	3%

*Base: TAD. Typologies: Considered only the groups of documents with a sum superior or equal to 4 items; Thematic groups: considered only the groups with more than 4 descriptions.

Attachment N. 2

Archive of the House of Belmonte – Classification Chart

SC 01 – FIGUEIREDO (16th century)

SSC 01-01 – Rui de Figueiredo

SC 02 – FIGUEIREDO CORREIA (I) (16th century)

SSC 02-01 – Jorge de Figueiredo Correia; Catarina de Alarcão

SSC 02-02 – Jorge de Figueiredo Correia

Subsystem 01 – Correia

SC 03 – FIGUEIREDO CORREIA (II) (16th-17th centuries)

SSC 03-01 – Rui de Figueiredo Correia; Catarina de Castro

SSC 03-02 – Rui de Figueiredo Correia

SC 04 – CASTRO de FIGUEIREDO (17th century)

SSC 04-01 – Jorge de Figueiredo; Maria Brandão de Sousa

SSC 04-02 – Jorge de Figueiredo; Madalena de Oliveira

SSC 04-03 – Jorge de Figueiredo

SSC 04-04 – Rui de Sousa de Alarcão

SSC 04-05 – Maria Henriques

SC 05 – FIGUEIREDO de ALARCÃO (17th century)

SSC 05-01 – Rui de Figueiredo de Alarcão; Teresa de Noronha

Subsystem 01 – Soares Lasso

SSC 05-02 – Rui de Figueiredo de Alarcão; Margarida de Meneses

Subsystem 02 – Vilhena Coelho de Carvalho

Subsystem 03 – Lobo de Brito

Subsystem 04 – Coutinho Vaz de S. Paio

SSC 05-03 – Rui de Figueiredo de Alarcão

SSC 05-04 – Luís Gomes de Figueiredo

SSC 05-05 – Henrique de Figueiredo (de Sousa)

SSC 05-06 – Not identified

SC 06 – MENESES FIGUEIREDO de ALARCÃO (17th-18th centuries)

SSC 06-01 – Jorge de Figueiredo (II)

Subsystem 01 – Lima Fernandes d’Elvas

SSC 06-02 – Pedro de Figueiredo de Alarcão; Francisca Inês de Lencastre

SSC 06-03 – Pedro de Figueiredo de Alarcão

SSC 06-04 – Henrique de Figueiredo de Alarcão

Subsystem 02 – Lima Figueiredo Coutinho

SSC 06-05 – João de Meneses

SC 07 – LENCASTRE de FIGUEIREDO (18th century)

SSC 07-01 – Rodrigo António de Figueiredo; Luísa Joana Coutinho

SSC 07-02 – Rodrigo António de Figueiredo

SSC 07-03 – Madalena Luísa de Lencastre; Vasco da Câmara

Subsystem 01 – Meneses (I)

Subsystem 02 – Álvares Cabral

SSC 07-04 - Madalena Luísa de Lencastre

SSC 07-05 – Vasco da Câmara

SC 08 – CÂMARA de FIGUEIREDO CABRAL (18th century)

SSC 08-01 – Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral; Mariana de Meneses

Subsystem 01 – Meneses (II)

SSC 08-02 – Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral

SSC 08-03 – Mariana de Meneses

SSC 08-04 – Leonor da Câmara

SC 09 - FIGUEIREDO CABRAL DA CÂMARA (18th-19th centuries)

SSC 09-01 – Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara; Jerónima Margarida de Noronha.

Subsystem 01 – S. Miguel

SSC 09-02 – Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara

SSC 09-03 – José Maria Francisco de Paula de Figueiredo Cabral da Câmara

Attachment nr. 3

Figueiredos' Genealogy¹¹

1. Soeiro Martins de Figueiredo descends from Guesto Anzur, the first Figueiredo, was the grandson of Martim Gomes de Anzur, lived c. 1260 a.C. and was vassal of D. Afonso II and D. Afonso III. Married to Urraca Cardoso

And had:

2. Vasco Esteves de Figueiredo, lived at the time of D. Dinis was lord of the Tower de Figueiredo das Donas. Married to Urraca Peres de Matos

And had:

3. § Rui Vasques de Figueiredo which follows

4. Gil Vasques de Figueiredo

5. Lourenço Vasques de Figueiredo

6. Afonso Vasques de Figueiredo

7. Gracia Vasques de Figueiredo

3. § Rui Vasques de Figueiredo succeeded in landlord of the Tower and land of Figueiredo, was vassal of Afonso IV married to Toda Fernandes

And had:

8. § Fernão Rodrigues de Figueiredo, Lord of the Tower and Judge of Figueiredo married to Leonor Roiz de Figueiredo

And had:

9. § Gonçalo Garcia de Figueiredo . Lord of the castle of Feira by mercy of D. Pedro I. He was lord of Vouga, Celorico, Maceira, and of the Castle of Gaia, by mercy of D. Fernando I, in 1377. Married to Constança Roiz Pereira

¹¹ The purpose of This genealogy is to give information about the the Figueiredo's lineage and the Figueiredo Cabral da Câmara family. Chronologically it goes from its origins (Portuguese *Reconquista*) until the generation of Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara (1767-1830). Data was collected in the Arquivo da Casa de Belmonte and in the following Portuguese genealogical authors: Manso de Lima - *Famílias de Portugal*, Edição dactilografada, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1925; Manuel José Felgueiras Gayo - *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga, Edições Carvalhos de Basto, 1992; Cristóvão Alão de Morais - *Pedatura Lusitana*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1943.

And had:

10. §Aires Gonçalves that follows
11. Gonçalo de Figueiredo
12. Diogo Afonso de Figueiredo
13. Isabel, married to Lopo Mendes de Vasconcelos
14. Martim Lourenço de Figueiredo
15. Senhorinha Roiz de Figueiredo

From the second marriage (?):

16. Gonçalo Garcia de Figueiredo
17. Henrique de Figueiredo
18. Isabel de Figueiredo

10. Aires Gonçalves de Figueiredo: vassal of D. João I received the lands of Maia, Gaia Castle and Ponte de Almiara, Figueiró Pedrógão do Prado and Maceira. He was in the conquest of Ceuta. Married to Leonor Pereira, daughter of João Roiz Pereira

And had:

19. Gonçalo de Figueiredo
20. §João Lourenço de Figueiredo who follows
21. Gil or Esteves Vasques de Figueiredo
21. Geneva

23. Uruana

20. §João Lourenço de Figueiredo son of Aires Gonçalves de Figueiredo, Alcaide of Covilhã. Married to her cousin Teresa de Figueiredo, daughter of Gonçalo de Figueiredo

And had:

24. Fernando de Figueiredo
25. § Henrique de Figueiredo who follows
26. Gomes de Figueiredo

25. § Henrique de Figueiredo, Secretary of the Treasury and knight of King D. Afonso V and D. João II. Married to Catarina Alves, daughter of João Alvares, whom they called "the rich man from Santarém"

And had:

27. § Rui de Figueiredo, who follows

28. Ayres Gonçalves de Figueiredo Knight and commander of Malta Order.

29. João Lourenço de Figueiredo, *sine generation* (hereinafter s.g.)

30. Diogo de Figueiredo s.g.

31. Afonso de Figueiredo married to Paula de Sousa daughter of Dr. Álvaro Fernandes, Chancellor, s.g.

32. Margarida de Figueiredo, married to Simão da Cunha, son of Nuno da Cunha, chief chamberlain of the Infante D. Fernando, dies fighting the Moors and has a daughter Guiomar da Cunha who married to Henrique de Meneses, a bastard son of Fernando de Meneses.

33. Leonor de Figueiredo, married to Afonso de Bobadilha, commander of Orta Lagoa.

34. Isabel de Figueiredo, married to Ruy Gil Magro

35. Filipa de Figueiredo married to Francisco de Távora s.g. And then she was Simão de Faria's 2nd wife

36. D Nun

37. D Nun

27. § Rui de Figueiredo, first son of Henrique de Figueiredo and Secretary of the Treasury . He bought Quinta da Ota in 1499. He founded the morgado da Lobagueira and Ribeira de Palhais on April 23, 1517. Married to Maria Jácome daughter of Pedro Jácome

And had:

38. Francisco de Figueiredo

And had from Maria Correia, the illegitimate daughter of Brás Afonso Correia:

39. § Jorge de Figueiredo Correia who follows

40. Henrique de Figueiredo s.g.

41. Duarte de Figueiredo married to Maria Loba

And had:

42. Filipa Coutinho married to Justino de Santa Maria

And had:

43. Mariana Coutinho, married to Francisco Vaz de S. Paio.

45. Isabel Coutinho, married to Simão de Faria. She instituted the Morgado do Seixal with a chapel of N. S. da Assunção in the Convent of Xabregas on April 21, 1587, leaving it to his niece Filipa de Figueiredo (n. 43), daughter of her brother Duarte de Figueiredo (n. 41).

38. Francisco de Figueiredo, son of Ruy de Figueiredo Correia Married to Leonor Teixeira daughter of João Fernandes, Accountant of the House of India.

And had:

46. Pedro Jácome de Figueiredo

47. Maria Jácome, married to João de Ulhoa Castelhana

48. ?

39. § Jorge de Figueiredo Correia legitimized by D. Manuel I (1521), who granted him the office of Secretary of the Treasury on May 24, 1524. He married to Catherine de Alarcão, daughter of André de Alarcão.

And had

49. § Ruy de Figueiredo Correia who follows

50. Manuel de Figueiredo s.g.

51. Jeronimo de Figueiredo e Alarcão, lord of the captaincy of Ilhéus da Baía (Brasil) which he sold to Lucas Giraldes in the year 1571. s.g.

52. Maria de Alarcão, lady of Infanta D. Isabel, married to Pedro Jusarte s. g..

49. § Ruy de Figueiredo Correia son of Jorge de Figueiredo secretary of Treasury of D. João III and D. Sebastião. Married to Catarina de Castro, lady of the Infanta D. Isabel, daughter of Manuel de Sousa Ribeiro and Filipa de Castro. He died in the battle of Alcácer Quibir.

And had

54. § Jorge de Figueiredo, who follows

55. Rui de Sousa de Alarcão went to India where he served in 1595, governor of the Island of St. Thomas where he passed away s.g.

57. Maria Henriques married to Gaspar de Sousa Lobo

58. Isabel de Castro nun in Santa Clara de Coimbra.

54. § Jorge de Figueiredo son of Rui de Figueiredo Correia, lived in Ota, Knight of Santiago. Married to Maria Brandão de Sousa daughter Rui Brandão and Antónia de Sousa.

And had

59. § Rui de Figueiredo de Alarcão who follows

60. Henrique de Figueiredo who died in Arronches, s.g.

61. António de Figueiredo, s.g.

62. Luís Gomes de Figueiredo was one of the nobles in the Acclamation of D. João IV who made him governor of Bragança. He was killed by the Castilians in Alentejo.

He had illegitimate sons from with Antónia de S. Payo daughter of Vasco de Araújo de Carvalho

63. Francisco de Figueiredo s.g.

64. Mariana de Sousa.

65. Manuel de Figueiredo, who went to India in the year 1612 with Jerome de Almeida s.g.

54. § Jorge de Figueiredo married. 2nd time with Madalena de Oliveira

And had:

66. António de Figueiredo e Vasconcelos commander of Santarém where he lived and married to Maria de Sousa de Melo. He married to a second time with Joana Francisca de Távora.

And had (?)

67.?

68.?

69. Teresa de Castro, a nun in Santa Monica.

70. Paula de Castro, a nun in Santa Monica.

59. § Rui de Figueiredo de Alarcão, son of Jorge de Figueiredo, succeeded his father's house. Governor of arms of Trás os Montes, chambermaid of Prince D. Pedro. He married to Teresa de Noronha, daughter of Cristóvão Soares Lasso de Catarina de Noronha. s.g. He was married a second time to Margarida de Meneses, daughter of Pedro Álvares Cabral, Alcaide mor of Belmonte and Leonor de Meneses.

And had:

71. Jorge de Figueiredo d.i.

72. § Pedro de Figueiredo de Alarcão who follows

73. Henrique de Figueiredo who after graduating went to India where he was General of the Galleons. In the year 1713 he came to the kingdom and in the same year he was governor and captain general of Angola.

74. João de Menezes, lived in Ota. Died in 1702.

And had (illegitimate)

75. Paula Margarida de Menezes, nun in Convento de Santos.

76. Joana de Menezes, nun

77. Leonor Margarida de Meneses,

78. Maria de Meneses nun in Madre de Deus Convent, called Maria da Purificação.

72. § Pedro de Figueiredo de Alarcão, son of Rui de Figueiredo diplomat. In 1704 he was governor of Portalegre. He died in March 1722. Married to Francisca Inês de Lencastre, daughter of Miguel Luís de Meneses, Count of Valadares, and Madalena de Lencastre.

And had:

79. § Madalena Luísa de Lencastre, who follows,

80. § Rodrigo António de Figueiredo, who follows,

81. Margarida de Meneses,

82 Ana Teresa Antónia de Meneses who died on December 7, 1735.

83. Miguel Joaquim de Figueiredo Deão da Sé de Leiria

84. Francisca Inês twin of the previous d. i.

And had (bastard):

85 Maria de Meneses married to Francisco da Costa Freire, son of Christopher de Costa Freire, Lord of Pancas.

80. § Rodrigo António de Figueiredo, the first son of Pedro de Figueiredo succeeded in his father's house, chamberlain of Infante D. Manuel. Married to Luísa Joana Coutinho (chamber lady of Queen), daughter of Filipe de Sousa, captain of the German Guard and Catherine de Menezes, s.g.

79. § Madalena Luisa de Lencastre, chamber lady of the Queen, married to Vasco da Câmara, chamberlain of Infante D. Francisco son of D. José

Rodrigo da Câmara, 2nd Count of Ribeira Grande, and Constança Emília de Rohan. She inherits the House of his brother Rodrigo António and the House of Belmonte.

And had:

86. Francisca da Câmara 1726-1729

87. José da Câmara 1729-1737

88. Constança da Câmara 1730-1732

89. § Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral, who follows.

90. Henrique da Câmara 1734-1735

91. Leonor da Câmara 1736 -?

92. Maria da Câmara 1737 + 1737

89. § Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral, married to Mariana de Meneses, daughter of José de Meneses da Silveira de Castro e Távora, lord of Patameira and Luísa Gonzaga, Countess of Rappach

And had:

93. § Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara (1st Count of Belmonte), who follows

94. José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara

95. Maria Madalena de Figueiredo Cabral da Câmara, married to Tomás de Noronha Ribeiro Soares Castilho

96. Constança Leonor de Figueiredo Cabral da Câmara, married to Álvaro Jorge Botelho de Sousa Meneses Correia de Lacerda 6th Count of S. Miguel

97. Maria Bárbara de Figueiredo Cabral da Câmara, married to João António Jacques de Magalhães 4th Viscount of Fonte Arcada

98. Maria das Necessidades de Figueiredo Cabral da Câmara, married to Ascenso Siqueira Freire, 1st Count of S. Martinho

100. Francisca de Paula de Figueiredo Cabral da Câmara, married to Manuel de Almeida e Vasconcelos, 1st Count and 2nd Viscount of Lapa, and 3rd Baron de Moçâmedes.

93. § Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara (1st Count of Belmonte) married to Jerónima Margarida de Noronha

And had:

101. § José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, 2nd Count of Belmonte

102. Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, s.g.

La (in)visibilización de los moriscos en los registros bautismales de Castilla la Nueva (1570-1610)*

The (in)visibility of Moriscos in the baptismal records of New Castile (1570-1610)

FRANCISCO J. MORENO DÍAZ DEL CAMPO
Universidad de Castilla-La Mancha
Profesor Contratado Doctor
franciscoj.moreno@uclm.es

Artigo enviado em: 30 de junho de 2018
Artigo aprovado em: 17 de setembro de 2018

RESUMO

Os registos paroquiais são uma fonte documental fundamental para o conhecimento da minoria dos mouriscos, especialmente em relação à sua demografia e as suas práticas religiosas. Isto deve-se, em grande medida, ao facto de os cristãos-novos de origem muçulmana terem sido identificados como tal de forma explícita nos registos de batismo, casamento e óbito. No entanto, infelizmente esta situação nem sempre aconteceu, o que gerou o aparente desaparecimento dos mouriscos na documentação. Este artigo analisa quais foram as fórmulas de identificação utilizadas pelos párcos de Castela para inscrever os batizados mouriscos e discute as razões que provocaram o desaparecimento de muitos deles nessa mesma documentação.

* Este trabajo es parte del proyecto de investigación *La Monarquía Hispánica y las minorías: agentes, estrategias y espacios de negociación* (HAR2015-7047-R), financiado por el MINECO (Gobierno de España).

PALAVRAS-CHAVE: Registros parroquiais; Moriscos; séculos XVI-XVII.

ABSTRACT

Parish registers are one of the main sources for the study *Morisco* minority, especially in relation to their demographic and religious practices. To a large extent, this is possible because sometimes *Moriscos* were explicitly identified in the baptism, marriage and burial registers. Unfortunately, sometimes they were not, what caused an apparent disappearance of them in the documentation. This paper analyses which were the identification expressions used by the Castilian parish priests when they registered the baptisms of *Moriscos*. The reasons that explain the disappearance of many of *Moriscos* in those sources are analysed too.

KEYWORDS: Parish records; Moriscos; XVI-XVII centuries.

La investigación sobre moriscos ha avanzado mucho en la última década. A pesar de ello, se ha reflexionado poco acerca de la presencia del converso de moros en las fuentes. Solo en raras ocasiones se ha reparado en lo importante que es para el historiador de los cristianos nuevos de moro disponer de información relativa a la tipificación de los protagonistas de su estudio. Se da por hecho que el converso de moros que se enfrenta a los tribunales (especialmente los inquisitoriales) aparece registrado como tal. Y así es. La naturaleza del procedimiento obligaba a ello y en el hipotético caso de que tal caracterización no fuera evidente, la lectura y análisis de los documentos siempre proporciona informaciones explícitas que facilitan esa identificación. Otro tanto ocurre con registros, censos y padrones, que, en el caso de la minoría morisca, contienen un evidente sesgo punitivo; incluso con los papeles emanados de las instancias gubernativas. De una u otra manera, las fuentes recogen la presencia de los cristianos nuevos y se hacen eco de la necesaria diferenciación que imperó a la hora de consignar por escrito sus actos, defensas y reivindicaciones.

Con todo, queda la duda. En ese sentido, está claro que los moriscos que aparecen en la documentación lo fueron. Ser morisco (igual que ser judeoconverso) no fue una elección. No dependió de la voluntad personal de tal o cual individuo. Partiendo de esa consideración –obvia, pero necesaria–, es más fácil entender lo pesada que podía llegar la losa de la sangre manchada en la España del XVI y que nadie que no fuera converso estuviera dispuesto a cargar con el estigma de la impureza; menos aún si esa lacra

quedaba reflejada documentalmente. Por eso, cabe partir del supuesto contrario y cabe preguntarse cuántos de los que ostentaron tal condición no dejaron rastro en el papel. Aunque no hay unanimidad al respecto, lo cierto es que la historiografía ha advertido en repetidas ocasiones acerca de la paulatina desaparición de los moriscos de las fuentes documentales. Evidentemente no se trata de una desaparición real. Moriscos hubo y estuvieron presentes en todos los escenarios cotidianos, pero no es menos cierto que, a poco que preste atención a la documentación, el investigador puede advertir su ocultamiento. La situación es perceptible en casi todos los tipos documentales, pero resulta especialmente llamativa en los protocolos notariales y, sobre todo, en los registros parroquiales, acaso los dos fondos que reflejan al morisco en una situación más cercana a la realidad cotidiana.

No se trata de intentos individuales ni de casos aislados; no al menos. En ese sentido, se sabe que, a lo largo del siglo XVI, hubo personajes y familias especialmente interesados en borrar la mácula que, para ellos y sus descendientes, significó ser reconocido como cristiano nuevo¹. La cuestión traspasó el ámbito de lo cotidiano y adquirió connotaciones específicamente legales desde el momento en el que la condición de convertido implicó la imposibilidad de acceder al desempeño de oficios y al ejercicio de actividades reservadas a los cristianos viejos. En consecuencia, no importaba ser reconocido “externamente”. Lo realmente importante era que el sistema administrativo y judicial reconociera *de iure* que esa condición no era tal. Bastaba con disponer de sentencia firme que calificara al individuo como limpio. Tal pretensión dio lugar a procesos que cabe encuadrar en el deseo de ascenso social de determinados individuos y en la voluntad de disponer de mayores libertades. Sin embargo, en muy pocas ocasiones traspasaron el ámbito de lo personal, de lo familiar como mucho. Son raros los episodios en los que este tipo de procedimientos afectaron de manera simultánea y entrelazada a más de una familia o comunidades locales por extenso. Más bien, puede decirse que fueron protagonizados por individuos que dispusieron de herramientas, capacidad social y recursos económicos lo suficientemente amplios como para embarcarse en esa tarea que, hoy, podríamos relacionar con el denominado derecho al olvido.

Distinta cuestión es hablar del proceso que nos ocupa ahora: la desaparición de las acotaciones, advertencias y apostillas que permiten conocer quién fue cristiano nuevo y quién no, algo que, por ausencia, también deja un rastro documental, por difícil que, en ocasiones, sea probarlo. De hecho,

¹ OTERO, 2011: 113-131; CHILDERS, 2012; MORENO, 2009: 290-306.

y en oposición a los “moriscos desaparecidos” de los que habla Childers, el asunto del que nos ocupamos ahora es menos perceptible y no está tan estandarizado². Tampoco tuvo una geografía precisa y, que se sepa, no poseyó cronología específica, aunque sí que hubo momentos clave de los que podrá hablarse más adelante. Sin embargo, lo que resulta más chocante es que esos borrados, esos “olvidos”, se dan, sobre todo, en la documentación “no envenedada”, a la que, por su propio carácter, nos hemos empeñado en conferir un carácter neutro, aséptico³.

Las líneas que siguen parten del estudio de las palabras y construcciones que permiten al historiador identificar al morisco deportado a Castilla tras la revuelta de las Alpujarras. Junto a ello, se considerará cómo, cuándo y dónde fueron utilizados esos términos, para tratar de averiguar por qué aparecen unas veces y en otras están totalmente ausentes. Por tanto, y siguiendo el argumento de Cavanaugh no se trata de discernir en torno a la identidad morisca, sino acerca de la identificación personal de los miembros de la minoría, asunto en el que los propios cristianos nuevos basaron gran parte de los procesos de negociación tanto individual como colectiva que se pusieron en marcha durante todo el siglo XVI, especialmente desde 1590 en adelante⁴.

1. De las formas de llamar al convertido de moro

A poco que se elija el fondo adecuado, es relativamente fácil localizar menciones referidas a la minoría morisca en los distintos archivos españoles, incluso en los del norte de África y de algunos países de Europa como Francia,

² Con el término “desaparecido”, el autor norteamericano se refiere a aquellos moriscos (en su inmensa mayoría de origen granadino) que, unas veces mediante la negociación, otras –casi siempre– mediante el recurso al pleito “negociaron exitosamente su estatus” y lograron ser reconocidos por la sociedad y los tribunales castellanos como individuos no pertenecientes a la minoría. Véase CHILDERS, 2012: 52.

³ El concepto de “fuente envenenada” fue acuñado hace años por Márquez Villanueva, autor que se mostró muy crítico en relación al empleo de la documentación oficial como medio para acercarse a la realidad morisca. En relación con ello, véase MÁRQUEZ: 1984. Como consecuencia del mismo, se generó en los últimos años noventa y primeros del siglo XXI un extenso y fructífero debate, cuyas líneas generales pueden seguirse en citado trabajo de Márquez y en VINCENT, 2006a:131-143 y 2006b.

⁴ CAVANAUGH, 2016: 47. En su Tesis Doctoral, parte de presupuestos similares a los de Childers y, entre otros aspectos, focaliza su atención en cómo los moriscos vallisoletanos recurrieron a los tribunales y a la negociación política para minimizar los efectos de la política de postergación a la que fueron sometidos por la Monarquía Hispánica.

Italia y Portugal. De hecho, y exceptuando a los gitanos –escasos, pero muy claramente mencionados– no hay un colectivo que haya dejado un rastro documental tan explícito como los cristianos nuevos de moros. En ocasiones se trata de testimonios que son utilizados por los propios moriscos. Tal situación se produjo, es bien conocida y se relacionó con procesos de negociación política, fiscal y religiosa en los que los convertidos se dirigieron a las diferentes instancias de poder como “nación”. El término también está presente en la literatura de la época, y fue usado tanto por los cronistas de la guerra de la Granada, como por los apologistas de la expulsión. Incluso Cervantes lo empleó en el famoso discurso en el que Ricote informaba a Sancho de su periplo tras la expulsión⁵.

No es el caso que nos ocupa ahora. Las menciones que analizamos aquí se refieren al morisco que es observado por el cristiano viejo. No son alusiones gratuitas, ni mucho menos inocuas. Están motivadas por un deseo de control y supervisión que fue constante desde que se produjeron las conversiones, pero que se acentúa a partir del final de la guerra de las Alpujarras. Desde aquel momento, gran parte del esfuerzo aculturador desplegado por la Monarquía Hispánica se concentró en el interior peninsular. Fue en ese contexto donde la presión sobre los cristianos nuevos aumentó de manera considerable. La Corona dispuso de varios medios para trasladar su política al campo de los hechos y fue ahí donde se hizo evidente la necesidad de saber quién era morisco y quién no. Registros, censos y padrones se convirtieron en herramientas indispensables en la gestión de esa empresa de control. El día a día también impuso la necesidad de identificar y en esa tarea se vieron inmersos diferentes agentes y varias instancias de poder, desde las autoridades locales a los párrocos pasando por los escribanos. Quienes participaron de esa pleamar de constante supervisión nos legaron toda una retahíla de referencias que sirvieron para concretar aquella política y para poner negro sobre blanco la condición de quien era vigilado. Con todo, el comportamiento de estos individuos no fue homogéneo. El análisis de la documentación permite adivinar situaciones diversas que van desde la entrega total al silencio, pasando por ambigüedades y deslices, que no siempre tuvieron por qué ser voluntarios.

Hace unos años, Bernard Vincent afirmó que el vocabulario empleado para nombrar a la minoría morisca es un termómetro muy adecuado para calibrar la actitud que los cristianos viejos tuvieron hacia sus componentes⁶.

⁵ *Quijote*, II, 54.

⁶ VINCENT, 2006: 159.

En los primeros lustros del siglo XVI, el modo en el que la sociedad vetero-cristiana se refirió al cristiano nuevo evolucionó para pasar de una consideración puramente religiosa a un enfoque en el que primaba la perspectiva cultural. Fue así como el concepto “nuevamente convertido”, el primero en usarse, pasó a ocupar un segundo plano a partir de años veinte, y fue sustituido por el de “morisco”⁷. Éste último vocablo ya estaba plenamente asentado a mediados de siglo, lo cual no quiere decir que la sociedad e instituciones hispanas no emplearan otras expresiones. La deportación de los granadinos a Castilla provocó la aparición de nuevos términos: “de los del Reino de Granada”, “granadinos”, “de los consignados” ... se unieron a los anteriores y fueron utilizados para marcar diferencias con los moriscos ya residentes en Castilla a los que también se aplicaba apelativos como “los del Barrio Nuevo”, “moriscos antiguos”, “cristianos viejos de moro” o, simplemente, “mudéjares”.

Con todo, es importante retener que el hecho de que cada vocablo fuera preferente en uno u otro ámbito no invalidaba la posibilidad de que fuera utilizado en espacios y momentos diferentes. Junto a ello, también conviene tener en cuenta la impronta que el uso del término dejaba tras de sí. No en vano, la mera inclusión de cualquier de las apostillas ya señaladas pudo ser determinante en el desarrollo de las aspiraciones personales de aquellos “tachados” hasta el punto de limitar sus posibilidades de ascenso social, de fagocitar cualquier opción de acceder al desempeño de cargos públicos o de propiciar la inclusión en uno u otro grupo de contribuyentes. La anotación de que alguien era morisco fue, incluso, utilizada como elemento denigratorio y tuvo la suficiente fuerza como para restar credibilidad a quienes tuvieron dicha condición⁸. No en vano, la contraposición morisco-malo/cristiano viejo-bueno fue una constante en las argumentaciones empleadas por fiscales y letrados en muchos de los procesos judiciales que se sustanciaron contra moriscos en Castilla entre 1570 y 1610⁹.

Frente a las fuentes civiles, las religiosas hicieron un uso prioritario –no exclusivo– del término “cristiano nuevo”, algo que, por otra parte, resulta totalmente lógico dada la naturaleza de la propia documentación. Disposiciones sinodales, papeles inquisitoriales, visitas pastorales... emplearon dicho concepto de manera reiterada. Sin embargo, es en las fuentes parroquiales donde

⁷ *Ibidem*, 158-159.

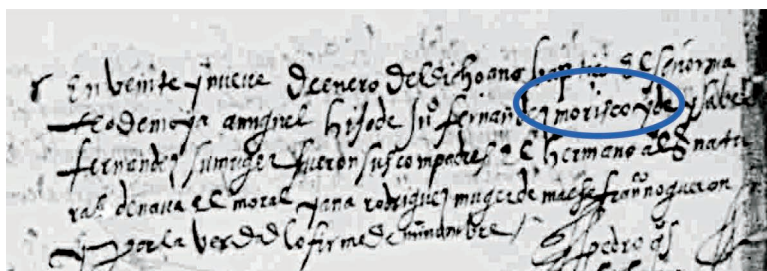
⁸ CHILDERS, 2013: 58.

⁹ MORENO, 2009: 332.

más claramente puede verse la utilización de esa terminología¹⁰. La presencia de moriscos granadinos en las fuentes parroquiales de Castilla la Nueva es una constante desde el momento en el que se consuma la repatriación desde el antiguo reino nazarí. De hecho, los libros sacramentales de algunas localidades manchegas han permitido documentar la presencia de repatriados en fechas anteriores al final de la propia guerra. Así ocurre, por ejemplo, en la parroquia de santa María del Prado (Ciudad Real), donde quedaron consignados, al menos, nueve bautizos de granadinos fechados en la primavera-verano de 1570¹¹. Se trata de una cifra modesta que, no obstante, aporta un nuevo dato en la medida en que indica que a dicha ciudad también pudieron llegar grupos de moriscos de paz, aquellos que fueron repatriados a Castilla antes incluso de que don Juan de Austria diera fin al conflicto en noviembre de aquel mismo año¹². Con anterioridad a esa fecha, es complicado identificar con precisión a los denominados “moriscos antiguos” o “mudéjares” a no ser que se recurra a análisis de corte nominal, los cuales, veremos, no están exentos de dificultades.

Imagen 1

Identificación de moriscos en las partidas bautismales: morisco



Fuente: APA-Va – Baut., lib. 4, fol. 158r. 20.01.1577.

¹⁰ Sobre archivos parroquiales, DIEGO, 2000: 354-356; MARTÍN GALÁN, 1981: 292-293 y GARCÍA PÉREZ, 2009: 2-3.

¹¹ APsMP-CR – Baut., lib. 5. Las fuentes manejadas han sido consultadas a través <http://FamilySearch.org> (España, registros parroquiales y diocesanos, 1307-1985; parroquias católicas: Ciudad Real) [Fecha de consulta: mayo-junio 2018]. Si no se indica lo contrario, las referencias a la documentación proceden de la copia que ofrece este último portal.

¹² Sobre los moriscos de paz, VINCENT, 1970: 215-217; SANTAMARÍA CONDE, 1981 y GÓMEZ VOZMEDIANO, 2018: 77-78.

El modo en que los granadinos fueron identificados en las fuentes parroquiales no siguió una norma concreta ni parece que se adaptara a patrón alguno. Cada párroco, en el ejercicio de su libre potestad, optó por inscribir a los recién bautizados siguiendo un criterio no preestablecido. En realidad, es algo que afecta al conjunto de las partidas bautismales, fueran estas de cristianos viejos o nuevos. De hecho, aunque la inmensa mayoría de los registros contienen la misma información, también es una constante encontrar partidas significadas por algún motivo concreto, generalmente debido a la condición “excepcional” de los consignados en ellas (por riqueza, por pobreza u orfandad o simplemente por no haber satisfecho algún requisito). Esos elementos diferenciadores fueron de dos tipos: gráficos y textuales. De entre los primeros, cabe mencionar como los más habituales la presencia de letras capitales con trazos especialmente elaborados, de cruces de factura esmerada o, simplemente, de símbolos de naturaleza diversa como estrellas y asteriscos o dibujos de manos que, con el dedo índice extendido, señalan al texto de la partida en un intento de significarla visualmente.

Las indicaciones de tipo textual son más difíciles de localizar a simple vista y requieren de la lectura completa de cada una de las partidas. Las hubo de varios tipos. Las situadas al margen fueron, normalmente, interpe-laciones al lector. Junto a estas llamadas de atención, también fueron habituales las precisiones explicativas del contenido del registro en cuestión. Aclaraciones acerca de la posición que el bautizado ocupaba en la escala social, inclusión del oficio del progenitor y del padrino o padrinos o menciones al santoral son algunas de las acotaciones más frecuentes, aunque no faltan comentarios que permiten conocer aspectos concretos de cada localidad. En ese sentido, las más habituales son las relativas al clima o a plagas y epidemias, a la cercanía de alguna festividad del santoral o a la gestión del día a día de la parroquia¹³.

En el caso de los moriscos, no puede decirse que hubiera diferencias sustanciales con el resto de partidas de cada parroquia. El principal matiz vino motivado –y es este aspecto en el que nos detendremos– por la inclusión de apelativos relativos a la condición socio-religiosa del neófito y de sus

¹³ Sirvan dos ejemplos al respecto. El primero relativo al conteo de bautismos que el párroco de Villanueva de los Infantes iba anotando en el libro cada vez que se añadía una nueva centena. APsA-V – Baut., lib. 4, fol. 239r. 06.04.1599. El segundo, particularizado en los moriscos y relativo a la parroquia de San Pedro de Ciudad Real, donde el 15 de noviembre de 1586 quedó anotado que “deste día los capillos de los moriscos queda en poder de mí el bachiller Montes”. APsP-CR – Baut., lib. 1, fol. 35r. 15.11.1586.

padres, algo que, por otra parte, resulta clave en el proceso de identificación que analizamos en estas líneas. Lo habitual, pues, fue que los cristianos nuevos quedaran integrados en el conjunto de partidas de cada parroquia. No obstante, hubo colaciones en las que se dieron libros específicamente referidos a moriscos¹⁴. En ese sentido, y por lo que a nuestro estudio se refiere, pueden señalarse los ejemplos de las parroquias de san Miguel y san Ignacio de Alcaraz, para las que disponemos de “matrículas” de feligreses granadinos datadas en 1571 y 1573¹⁵. En todo caso, conviene señalar que su aparente excepcionalidad no es tal si dichos listados se insertan en la dinámica de control que las autoridades locales pusieron en marcha desde el momento mismo en el que los granadinos llegaron a Castilla.

Dejando aparte los particularismos, lo normal –ya se ha dicho– es que el párroco identificara a cada individuo haciendo una llamada explícita a su condición de cristiano nuevo. En ese sentido, tampoco puede decirse que hubiera una norma común. Como en otras cuestiones relativas a la organización de los libros parroquiales, todo quedó sometido al criterio de cada párroco¹⁶ siendo habitual que un mismo clérigo utilizara una terminología variable. Más arriba se ha visto que la utilización de la palabra “morisco” fue una constante en las fuentes civiles. En el caso de las parroquiales no fue un término extraño (imagen 1), pero lo cierto es que tampoco puede decirse que fuera el más habitual. Entre 1595 y 1610, los sacerdotes de la parroquia de santa María la Mayor, en Daimiel, dejaron constancia del bautizo de, al menos, doce granadinos. Independientemente de que la cifra sea especialmente baja (pues la villa recibió en 1571 a más de doscientos desterrados)¹⁷, puede destacarse la preferencia de los párrocos por la construcción “[de los] del reino de Granada”, empleada en ocho ocasiones. Por su parte, “morisco” únicamente aparece dos veces, mientras que “cristiano nuevo” y “cristiano nuevo del reino de Granada” lo hacen en una¹⁸. Algo parecido ocurrió en la vecina parroquia de san Pedro. Entre 1571 y 1610, el apelativo más empleado allí es el que hace referencia a la procedencia geográfica de los neófitos: la construcción “del reino de Granada” aparece en diecinueve de las cuarenta partidas de bautismo documentadas. Por su parte,

¹⁴ Para ejemplos sobre este particular, véase MAGÁN & SÁNCHEZ, 1993: 29, relativo a la villa toledana de Mocejón.

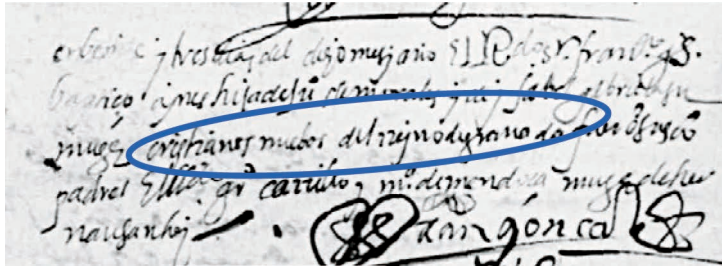
¹⁵ MORENO, 2004: 58-60, 82-85.

¹⁶ MARTÍN GALÁN, 1981: 294.

¹⁷ MORENO, 2009: 138.

¹⁸ APsM-D – Baut., libs. 2 y 4.

c) "cristianos nuevos del reino de Granada"



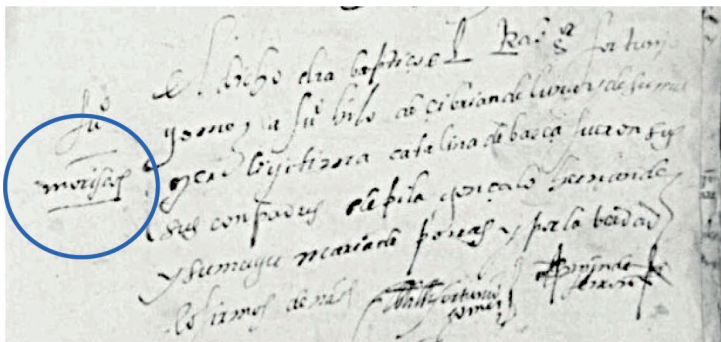
Fuente: APsM-D – Baut., lib. 4, fol. 146v.

Tampoco fue uniforme el lugar que ocupó la acotación empleada para identificar a los cristianos nuevos. En ese sentido, ya se ha señalado que lo más normal fue que las interpelaciones aparecieran en el cuerpo de la partida, si bien no resultaron extrañas algunas variantes que conviene contemplar. Uno de los ejemplos más repetidos es el que incluye dicha nota al margen del texto principal, junto al nombre del bautizado o debajo de él (imagen 4).

Imagen 4

Acotaciones al margen: variables

a) "morisco"

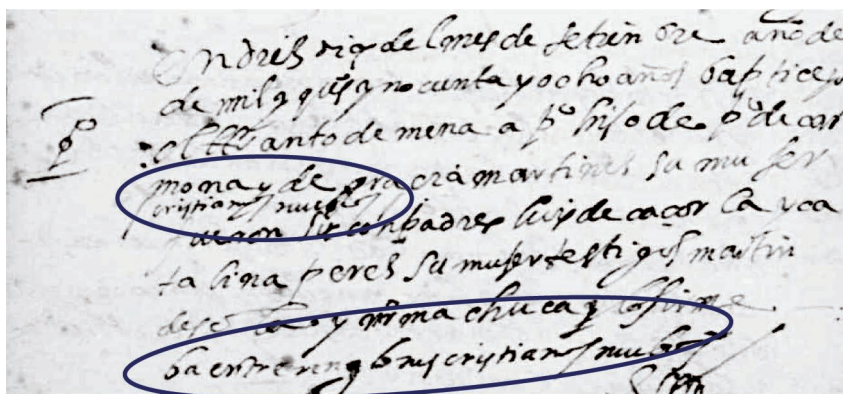


Fuente: APA-Ma – Baut., lib. 4, s.f. 23.01.1580.

En otras ocasiones, el término aclaratorio va entre líneas, eventualidad que cabe achacar a deslices y olvidos y a la posterior enmienda que pretendía dejar clara la condición conversa de quien quedaba inscrito. Debido a tales errores, y para evitar cualquier atisbo de duda, hubo párrocos que, incluso, optaron por añadir una nota refuerzo en la parte final de la partida, a modo de validación (imagen 5).

Imagen 5

Ubicación de las acotaciones identificativas: enmiendas y notas de refuerzo



Fuente: APsA-V – Baut., lib. 4, fol. 213v. 10.09.1598.

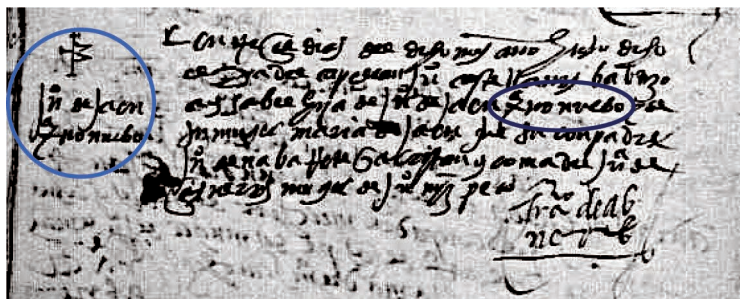
Finalmente, junto a las acotaciones situadas en el texto principal y a las apostillas que se localizan en los márgenes, cabe hablar de marcas y dibujos de distinto tipo. Más arriba se ha señalado que este tipo de añadidos es habitual en los libros parroquiales y que fueron empleados por párrocos y sacristanes para llamar la atención del lector. En el caso de los moriscos granadinos afincados en Castilla la Nueva tampoco resultaron extraños. Uno de los más frecuentes fueron las cruces. Como se ha indicado, el dibujo cruciforme no es exclusivo de los cristianos nuevos, dado que, en otros contextos, también aparece asociado a partidas de bautismo de niños expósitos o de aquellos otros que por su elevada posición social fueron significados por el sacerdote²¹. Tampoco es raro encontrarlos en el caso de bautizos en los que algún miembro del clero ejerció la tutela espiritual del neófito. No es, pues, un símbolo que lleve aparejadas connotaciones positivas

²¹ Sobre el uso de cruces en la época moderna, especialmente en el arte, MÂLE: 2001.

o negativas. Tan solo se trata de una manera más de resaltar –por el motivo que fuera– la partida a la que acompaña. Con todo, y en relación a los moriscos, sí ha sido especialmente interesante constatar el uso reiterado que se ha dado a dicho símbolo en la localidad de Miguelturra. Uno de los primeros ejemplos documentados es el propuesto en la imagen 6, correspondiente al registro de un bautizo celebrado en el mes de agosto de 1570²².

Imagen 6

Identificación de partidas de moriscos. Símbolos: cruces y calvarios



Fuente: APA-Mi – Baut., lib. 2, fol. 72v. 11.08.1570.

En realidad, más que una cruz propiamente dicha, el símbolo utilizado se asemeja a una cruz con calvario de cuyo palo largo parece colgar una suerte de sudario esquematizado con dos triángulos. La composición descrita se repite en prácticamente todas las partidas relativas a moriscos durante las décadas de los años ochenta y noventa del siglo XVI y su presencia podría relacionarse con una suerte de representación simbólica de la necesidad de especial atención pastoral que requerían los “marcados” con este peculiar signo.

²² Dado que su padre es caracterizado como “xno nuevo” (en la propia partida y al margen), cabe pensar dos posibilidades: que fuera morisco antiguo (algo que resulta difícil de admitir, dado que dicho colectivo no aparece identificado nunca) o que, nuevamente, se trate de esas familias de “moriscos de paz” a las que se ha hecho mención con anterioridad. APA-Mi – Baut., lib. 2, fol. 72v. 11.08.1570.

Imagen 7

Ejemplos de cruces con calvario en las partidas de bautismo de Miguelturra

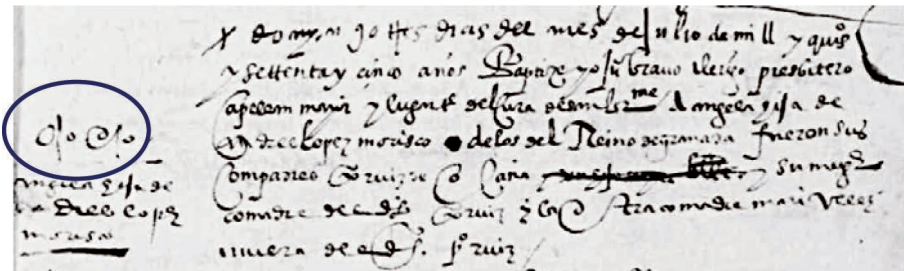


Fuente: APA-Mi – Baut., lib. 4, fol. 2r (03.01.1588), fol. 6v (17.08.1588), fol. 15v (25.09.1588) y fol. 67v (26.01.1599).

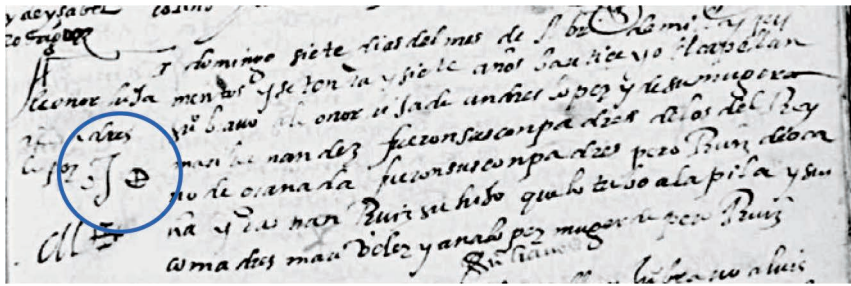
Junto a las cruces, otro de los reclamos más frecuentes es la acotación “ojo”, a la que ya se ha hecho referencia más arriba. Como en el caso de los anteriores, no solo se emplea con los moriscos. De hecho, constituye una llamada de atención que puede aparecer en las partidas de bautismo por motivos diversos: viudedad de alguno los progenitores, situación de desamparo (bautizado sin padres), familia no vecindada en la localidad, esclavitud, pobreza, impago de derechos...

Imagen 8

Identificación de partidas de moriscos. Interjecciones



Fuente: APsB-A – Baut., lib. 3, fol. 67r. 03.07.1575.



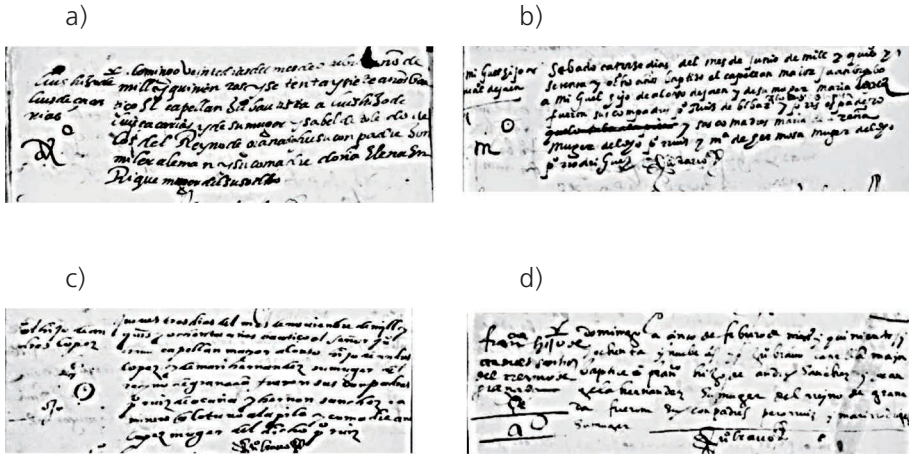
Fuente: APsB-A – Baut., lib. 3, fol. 80r. 07.09.1577.

Finalmente, cabe destacar la aparición de un símbolo más, el círculo, cuya existencia ha podido ser documentada, al menos, en las parroquias de san Andrés de Villanueva de los Infantes y en la de san Bartolomé de Almagro, especialmente en esta última. Aquí, es frecuente encontrar tal distintivo asociado solo a partidas de bautismo de moriscos desde mediados de los años setenta del siglo XVI. Su presencia se da hasta, al menos, principios de los años noventa, momento en el que, es cierto que siguen apareciendo, pero con mucha menos frecuencia.

Podría pensarse que es una simplificación del “ojo” que se ha visto anteriormente. De hecho, no es raro encontrarlo junto a ese vocablo (imagen 9c), aunque también es cierto que, a medida que se avanza en el tiempo, es cada vez más habitual que se dé aislado de los términos y expresiones que sirven para identificar a los cristianos nuevos, como si su sola aparición fuera suficiente para dar por sentada esa condición. Ese mismo paso del tiempo es que permite observar dos variantes formales que se añaden al círculo propiamente dicho: la circunferencia con un punto dentro (imágenes 9b y 9c) y el sol (imagen 9d).

Imagen 9

Identificación de partidas de moriscos. Símbolos: círculos



Fuente: de izquierda a derecha y de arriba abajo, APsB-A – Baut., lib., 3, fols. 87v (20.10.1575), 100r (14.06.1578), 124v (03.11.1580) y 168v (05.02.1589).

En cualquier caso, en ningún momento queda claro cuál es el motivo que explica su aparición ni el significado concreto que tienen. Por ello, solo puede darse por sentado que, en principio, es un símbolo más, si bien también es cierto que para quien lo utilizó tuvo un cometido claramente asociado a los cristianos nuevos, fuera por el motivo que fuera.

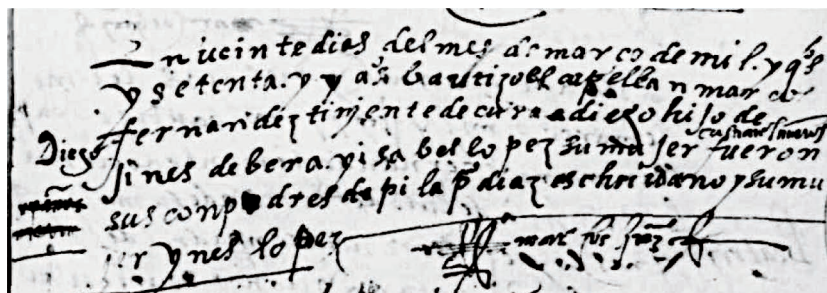
2. Moriscos ocultos y ocultados: retos y problemas del trabajo con la fuente parroquial

El 20 de marzo de 1577 fue bautizado Diego, hijo de Ginés de Vera e Isabel López. A buen seguro fue uno de tantos bautizos de moriscos que se dieron en Villanueva de los Infantes, pero resulta especial porque su condición de cristiano nuevo, anotada al margen de la partida, fue tachada (imagen 10). El borrón no fue lo suficientemente agresivo como para impedir la lectura. De haberlo hecho, tampoco habría servido de mucho porque quien protagonizó dicho intento de ocultación no reparó en el hecho de que, entre líneas, figuraba un recordatorio acerca de la procedencia de padres y niño. También es posible que esa segunda anotación fuera posterior al tachado y

que pretendiera enmendar el “error” inicial. Fuera como fuera, la partida de bautismo del niño Diego recoge uno de los principales problemas a los que se enfrenta el investigador que sigue a los moriscos cuando analiza los libros parroquiales: la invisibilización de la minoría.

Imagen 10

Enmiendas y borrones en las partidas bautismales de moriscos



Fuente: APsA-V – Baut., lib. 1, fol. 403v. 20.03.1577

El tachado fue una forma visible de ocultar a los moriscos. Si bien no fue algo generalizado, los ejemplos de dicha práctica son relativamente frecuentes. Retomando a Astrana Marín, don Antonio Domínguez Ortiz dio cuenta de intentos similares en la villa toledana de Esquivias²³. Mira Caballos y Zarandieta Arenas han dado con ellos en Extremadura²⁴ y Gómez Vozmediano también los ha documentado en Almagro, esta vez en fuentes de tipo judicial, lo cual demuestra que ese intento de borrado no solo afectó a las fuentes parroquiales²⁵.

Aún hubo una manera más de ocultar la presencia de los moriscos: el silencio. Más arriba se ha mencionado el caso de la localidad de Daimiel, cuyas fuentes parroquiales mantienen un mutismo casi absoluto en relación a los granadinos (más de doscientos) que llegaron a la villa después de la guerra de las Alpujarras. Poco más de medio centenar de bautismos en cuarenta años parecen muy pocos a tenor del tamaño de aquella comunidad. La situación es similar a otras localidades y no solo afecta a los libros de bautismos. En La Sagra toledana, Magán y Sánchez se muestran sorprendidos

²³ DOMÍNGUEZ ORTIZ, 1963-1964: 119-120.

²⁴ MIRA, 2011: 471.

²⁵ GÓMEZ VOZMEDIANO, 2000: 152.

del escaso dinamismo que se observa en los matrimonios de pueblos como la propia villa de Esquivias o Mocejón. Sin embargo, lo que más les llama la atención es que apenas hay moriscos registrados en los libros de defunciones²⁶. Más al sur, en Andalucía, también se ha detectado cierta laxitud en el comportamiento que los párrocos cordobeses mostraron en relación a este asunto en el último lustro del siglo XVI²⁷. No lejos de allí encontramos uno de los casos más paradigmáticos, dado que en Sevilla se sabe de parroquias en las que se dejó de inscribir como cristianos nuevos a moriscos que, previamente, habían sido consignados en libros separados²⁸. Este último proceder no es en modo extraño en el marco socio-político analizado e, incluso, tuvo su correspondencia –bien que más tardía– en territorio americano, donde Gutiérrez Azopardo localizó la presencia de registros parroquiales diferenciados para “pardos y morenos” por un lado, y “blancos” por otro, cuestión que introduce en el debate una interesante similitud que conviene tener en cuenta para investigaciones de corte comparativo²⁹.

Sin llegar al extremo de desaparecer, las menciones a la condición morisca de los granadinos residentes en La Mancha, también se hace menos habitual. Desde 1595-1597, las cifras relativas de bautizos moriscos –hasta ese instante similares a las de los cristianos viejos– se muestran más irregulares, por momentos caóticas e inician un lento decaer que se prolonga hasta la expulsión. Pensar en una ralentización de la conducta demográfica de la minoría podría ser una opción, pero parece poco realista porque no hay ningún elemento que justifique un cambio tan brusco.

Sea como sea, y más adelante tendremos ocasión de volver sobre ello, la progresiva desaparición de referencias, acotaciones y expresiones relativas a moriscos, complica el proceso de identificación de los miembros de dicha comunidad y da paso a un escenario metodológico que deja abiertas dos opciones: limitarse a considerar como morisco solo a aquel que aparece identificado como tal o intentar reconstruir la presencia cristiano-nueva en las fuentes. Optar por el primer camino resulta más sencillo y, acaso, más

26 MAGÁN & SÁNCHEZ, 1993: 29, 31, 54.

27 OTERO, 2012: 81.

28 FERNÁNDEZ & PÉREZ, 2009: 353-358.

29 El propio autor da noticias indirectas acerca de la presencia de libros también destinados exclusivamente para negros. Véase GUTIÉRREZ ESCALANTE, 1983: 128 y ss. Sobre estrategias y medios de “desaparición” en América, véase también SÁNCHEZ RUBIO & TESTÓN NÚÑEZ (2008). Acerca de la presencia de otros colectivos minoritarios como los esclavos en las fuentes parroquiales, véase BRAVO CARO, 2016. Para un estado de la cuestión general en torno a este asunto, véase GARRICO, 2011: 9-106.

seguro, pero no menos insatisfactorio, sobre todo si se tiene en cuenta que, casi con toda probabilidad, el resultado obtenido será de mínimos.

No es menos problemática la segunda vía. La reconstrucción genealógica es un método complejo, cuyo empleo requiere de grandes dosis de información y de no menos paciencia. Soria Mesa ha demostrado la consistencia y enormes posibilidades del procedimiento siempre y cuando éste no se base en el monocultivo de una sola fuente³⁰. Se trata, por otra parte, de un método que se ha empleado para intentar recomponer las estructuras de las comunidades de moriscos antiguos (mudéjares) sitas en la Corona de Castilla³¹, lo cual no ha impedido constatar que existen enormes dificultades a la hora de llevarla a cabo. En ese sentido, el trabajo genealógico con los libros parroquiales se ha enfrentado de manera tradicional a dos grandes obstáculos³². Ambos afectan por igual a la identificación de la minoría morisca y se unen a la inexistencia de un criterio claro a la hora de registrar a los cristianos nuevos. La primera de las trabas a las que se ha hecho mención es la homonimia. La posibilidad de localizar a dos individuos que tengan el mismo nombre y de los cuales no exista ningún otro elemento de juicio sobre el que apoyar su relación con un tercero es ciertamente alta porque, en la Castilla del siglo XVI, hubo nombres y apellidos que se repitieron por doquier. Tanto es así que, como indica Vincent, muchos moriscos “escaparían de nuestra atención” si sus nombres no fueran acompañados por las apostillas identificativas de las que hemos tenido ocasión de hablar más arriba³³. Así las cosas, solo la adición de un apodo o la puntual –que no extraña– aparición de registros con un apellido de origen árabe o bereber podía facilitar que, por entonces, unos individuos se distinguieran de otros y que ahora, cada uno de ellos pueda ser individualizado. Con ello, nos situamos ante la compleja cuestión de la antroponimia morisca. Se trata de un asunto que ha merecido cierta atención en los últimos años³⁴ y que, para el caso concreto de los moriscos, ha permitido constatar la existencia de diferencias crono-espaciales y sociales, que dieron lugar a la adopción y uso de diferentes sistemas de identificación. En ellos, y según ha demostrado el propio

³⁰ SORIA, 2014.

³¹ DADSON, 2007; PASCUAL, 2014.

³² BENÍTEZ, 2008.

³³ VINCENT, 2017: 133 (originalmente publicado en ADDOBATTI, BIZZOCCHI, & SALINERO, 2012: 547-560).

³⁴ Véanse VINCENT, 1987 y 2017; MORENO, 2004; LECERF, 2009. Para un marco general en la Europa Mediterránea, véanse ADDOBATTI, BIZZOCCHI, & SALINERO, 2012 y BIZZOCCHI & SALINERO, 2014.

Vincent, tuvo mucho menos peso el mantenimiento del nombre de pila, lo cual tampoco impidió la progresiva adopción de apellidos de raigambre cristiano-vieja por parte morisca³⁵.

Junto a ello, cabe considerar las dificultades que plantea el particular y heterogéneo sistema de transmisión de los apellidos que se daba en la Castilla de los siglos XVI y XVII³⁶. El asunto es especialmente complicado porque a la posibilidad, real, de que un individuo pudiese cambiar de nombre a lo largo de su vida, se une la no menos problemática cuestión de los apellidos, sumida en una aparente "inconsistencia". Se trata de un asunto complejo, que ha merecido cierta atención en todo el mundo occidental³⁷. En ese sentido, Ansón concluyó que el proceso de arraigo en el empleo del apelativo familiar estaba completado ya a finales del XVI en España³⁸. Distinta cuestión es comprender el funcionamiento del sistema de toma de apellido, caracterizado por un aparente desorden, algo que tampoco fue exclusivo de España³⁹. De ello se ocupó Herzog en un interesante trabajo en el que, a la par de mostrarse muy crítica con el posicionamiento de la historiografía, defendió que el aparente "desorden" en la imposición, dación o toma del apellido no significó "falta de reglas"⁴⁰. En ese sentido, dice la propia autora, la Castilla moderna amparó legalmente el uso natural del apellido y contemporizó con aquel otro que podría considerarse voluntario, siempre y cuando la libertad de elegirlo no perjudicara a nadie⁴¹.

Con reglas o sin ellas, lo cierto es que viejos y nuevos cristianos continuaron eligiendo sus apellidos de manera totalmente interesada en función de su condición social y situación vital... y eso no hace sino complicar, más aún si cabe, el proceso de identificación de los moriscos "ocultos", sobre todo si se tiene en cuenta que ciertos individuos pudieron optar por modificarlos a lo largo de su vida. En ese sentido los datos que el investigador posee de inicio son, únicamente, los que le permiten inferir que el apellido de cada individuo viene determinado por el de sus padres. Por eso, se suele dar por sentado que el bautizado tomó siempre los patronímicos de sus

35 VINCENT, 2017.

36 BENÍTEZ, 2008: 247.

37 SALAZAR Y ACHA, 1991; WILSON, 1998; HIGGS, 2011: 74-75.

38 ANSÓN CALVO, 1979: 353.

39 HIGGS, 2011: 74.

40 HERZOG, 2007: 34.

41 HERZOG, 2007: 12-18, 20. Véase también HERZOG, 2012.

padres (preferentemente el del progenitor varón)⁴². Pero ¿ocurrió siempre así? No. No siempre, al menos. El uso de apodos más o menos conocidos, el recurso al topónimo (una constante después de la guerra de las Alpujarras), la profesión, incluso la necesidad de olvidar la ascendencia debido a hipotéticos problemas con los tribunales inquisitoriales... fueron algunos de los condicionantes que pudieron determinar que un mismo individuo morisco apareciera de diferentes formas en varias partidas no muy separadas en el tiempo.

Con todo, y a pesar de lo visto, podría pensarse que hay apellidos especialmente ligados a “lo morisco” y que, en esos casos, la identificación es casi automática. En Castilla la Nueva, Marín, Mendoza, Bobadilla, Granada, Jaén, Baena, Navas... fueron algunos de los más empleados por los granadinos. A buen seguro que otras zonas peninsulares hubo otros que se ligaron claramente a la minoría, pero llegados a ese punto cabe plantearse cuántos de ellos fueron exclusivamente moriscos. La respuesta no es muy alentadora si lo pretendido es disipar dudas.

Lo dicho más arriba no es sino la constatación de lo importante que resulta acometer la identificación de moriscos haciendo uso de otras fuentes y dando prioridad al cruce de información y no solo a su acumulación. En ese sentido, existe toda una serie de documentos en los que apoyar ese proceso de reconstrucción. Los hay que hacen mención explícita a los moriscos como los inquisitoriales, los registros de vecindad ya mencionados, las listas de embarcados en los puertos desde los que se ejecutó la expulsión o las escrituras de venta de bienes confiscados con motivo del propio destierro. A ellos cabe añadir otras series documentales, comunes tanto a moriscos como a cristianos viejos, pero en las que es posible seguir el rastro de los primeros: procesos judiciales, padrones fiscales, registros de haciendas o documentación notarial son solo algunos de los tipos que los distintos investigadores han empleado (con distinta suerte) a la hora de localizar a esos moriscos ocultos a los que nos hemos referido hasta aquí. Y, sin embargo, ninguna es válida por sí sola.

3. A modo de conclusión: razones para desaparecer

El empleo combinado de diversas fuentes con el objetivo de atribuir la condición de cristiano nuevo a individuos de los que no se indica su

⁴² ANSÓN CALVO, 1979: 353.

procedencia ha arrojado resultados dispares. La propia documentación y los arcos cronológicos manejados, así como la metodología empleada por cada autor han convertido a este asunto en foco de debate. Tras unos años en los que el conocimiento acerca de la minoría morisca ha avanzado de manera considerable, nadie pone en duda que hubo muchos convertidos que permanecieron al margen de todo intento de seguimiento y marginación por parte de los cristianos nuevos. Son varias las razones que pueden explicar ese anonimato y en su análisis no solo entran en juego los propios moriscos; también las diferentes instancias de poder que hicieron frente al asunto y los distintos niveles de convivencia en los que viejos y nuevos cristianos afrontaron su cotidianeidad.

En muchas ocasiones los silencios fueron tolerados. De todas las situaciones a las que puede hacerse referencia, es esta la que más cercana está a la escala administrativa local y de manera más concreta al clero parroquial. Más arriba se han visto ejemplos de cómo ciertos sacerdotes silenciaron la condición del converso de moros, actitud que, evidentemente, cabe relacionar con el logro de cierta dosis de asimilación por parte de los moriscos. Ese proceder explicaría la progresiva incorporación de algunos moriscos granadinos a sus respectivas comunidades, manifestada a raíz de la normalidad documental que supone ser considerado e inscrito de igual manera a como lo eran los cristianos viejos. También podría ponernos sobre la pista de la existencia de diversos grados de asimilación en tanto que en la propia documentación continuaron siendo inscritos otros cristianos nuevos. Distinta cuestión es dar por sentado que ese silencio fuera sinónimo de un consenso general. No en vano, los registros parroquiales solo informan acerca del deseo del párroco de integrar al morisco y de la aquiescencia de éste para que así fuera. Sin embargo, nada dicen acerca de los sentimientos, actitudes y comportamientos que, de manera paralela, pudieron tener hacia el converso el resto de vecinos, especialmente los cristianos viejos.

En relación con ello cabe hablar de los matrimonios mixtos, cuestión que en la época ya generó una amplia literatura y acerca de la cual han sido publicadas interesantes aportaciones en los últimos años⁴³. De entre todas ellas, cabe destacar el reciente trabajo de Bernabé Pons⁴⁴, esclarecedor en la medida en que responde a las dudas planteadas acerca de la ausencia

⁴³ Entre otros véanse CHILDERS, 2012; PÉREZ & FERNÁNDEZ, 2012; DEARDORFF, 2017 y BERNABÉ (en prensa).

⁴⁴ Vaya desde aquí nuestro agradecimiento al autor por facilitarnos copia del texto original, cuya publicación está prevista de manera inminente.

–poca presencia, al menos– de este tipo de enlaces en la documentación. Para él, y he ahí la clave del asunto, la falta de información no implica necesariamente que este tipo de matrimonios no se produjera. Tanto fue así, que los enlaces que hoy conocemos son solo aquellos que, por el motivo que fuera, tenían que aparecer registrados⁴⁵. La situación es exactamente la misma que se ha observado en los bautizos y, evidentemente, nos pone en relación con un problema de mayor alcance, que rebasa los objetivos de estas líneas: la existencia de diversos grados de asimilación o, cuando menos, la percepción por parte de las autoridades de esa diversidad. Es posible que, en la raíz de dicha consideración, tuviera mucho que ver no solo la integración de los moriscos e hijos de moriscos sino la descendencia misma de estos matrimonios. Todo ello, dice Bernabé, no hace sino complicar nuestra comprensión del asunto al mostrarnos la enorme y sustanciosa variabilidad de formas relacionales y de integración entre ambas comunidades.

Finalmente, cabe mencionar un nivel de análisis superior, que rebasa el ámbito local y que nos pone en relación con la articulación política de la *nación* morisca. En base a ello, las negociaciones que las distintas aljamas moriscas de Castilla mantuvieron con la Corona desembocaron en un pacto a través del cual los granadinos se comprometieron a servir fiscalmente a la Monarquía. A cambio, y al menos sobre el papel, los moriscos obtuvieron concesiones en materia de convivencia y libertades, entre las cuales se encontraba el compromiso por parte del rey de evitar cualquier trato vejatorio, algo que debía traducirse en el abandono de las fórmulas identificativas que hemos visto que se daban en la documentación⁴⁶. La negociación de tales servicios fue un hecho desde inicios de la década de los noventa y, aunque solo conocemos el contenido del tercero de los pactos (el de 1603), es fácil suponer que esas reivindicaciones (frente a otras que fueron rechazadas) estuvieron presentes en todo momento⁴⁷. De su cumplimiento quedan dudas, pues los términos “de oprobio” que querían eliminar los granadinos siguieron reflejándose en la documentación con posterioridad a esa fecha. Sin embargo, y aunque su aplicación fuera limitada, su coincidencia cronológica con el descenso de este tipo de menciones es un elemento que, cuando menos, cabe ser considerado.

Por tanto, no se trata de un aspecto que anule a los anteriores. Más bien lo complementa y se inserta en lo que podríamos considerar como una

⁴⁵ BERNABÉ, en prensa: 2.

⁴⁶ Sobre este asunto BRAVO, 2003; VINCENT, 2008 y MORENO, 2017.

⁴⁷ VINCENT, 2008: 171-175.

etapa de cierta relajación en la forma en que fue vista la minoría morisca. Por sorprendente que pueda parecer, esa aparente distensión coincidió con el surgimiento de las primeras voces que abogaban por la expulsión, pero el horizonte de aquella *heroica decisión* aún quedaba lejos. En aquel momento, el cambio de política religiosa y evangelizadora y la propia negociación fiscal provocaron una mejora de la consideración social de los moriscos, que tuvo lugar, sobre todo, a escala local y que, debido a ello, ha dejado un rastro documental muy claro en los archivos parroquiales y municipales. El problema, en esta ocasión, es que esa huella es en forma de silencio lo cual obliga a reformular las preguntas que le hacemos a las fuentes.

4. Bibliografía

- ADDOBBATTI, Andrea; BIZZOCCHI, Roberto & SALINERO, Gregori (eds.) (2012) – *L'Italia dei cognomi: L'antroponimia italiana nel quadro mediterraneo*. Pisa: Pisa University Press.
- ANSÓN CALVO, M.^a del Carmen (1979) – Institucionalización de los apellidos como método de identificación individual en la sociedad española del siglo XVII. *Jerónimo Zurita. Cuadernos de Historia*. 35-36, p. 339-358.
- BENÍTEZ SÁNCHEZ-BLANCO, Rafael (2008) – Regards croisés. Trevor J. Dadson, Los moriscos de Villarrubia de Los Ojos (Siglos XV-XVIII). Historia de una minoría asimilada, expulsada y reintegrada, Madrid-Frankfurt, Iberoamericana-Vervuert, 2007, 1328 pp. *Melanges de la Casa de Velázquez*. 38 (2), p. 245-249.
- BERNABÉ PONS, Luis F. (en prensa) – Disappearance, mixed unions and inbreeding of the Moriscos. Again on the assimilation of the New Converts. *Mediterranean Historical Review*. [s.n.], [s.p].
- BIZZOCCHI, Roberto & SALINERO, Gregorio (2014) – Les études de l'anthroponymie dans l'historiographie de l'époque moderne. In TORT I DONADA, J. & MONTAGUT Y MONTAGUT, M. (eds.), *Els noms en la vida quotidiana. Actes del XXIV Congrés Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, p. 1530-1538.
- BRAVO CARO, Juan J. (2003) – Un impuesto de desterrados. El servicio de los naturales del Reino de Granada. In *Estudios modernistas sobre el Reino de Granada. Homenaje al Dr. Joaquín Gil Sanjuán*, Málaga: Universidad de Málaga.
- BRAVO CARO, Juan J. (2016) – El bautismo de esclavos, libertos y musulmanes en el Orán de Felipe II. *Hispania. Revista española de Historia*. 76/252, p. 67-102.
- CAVANAUGH, Sara N. (2016) – *The morisco problem and the politics of belonging in Sixteenth-Century Valladolid*. Toronto: University of Toronto.
- CHILDERS, William (2012) – Disappearing moriscos. In ROZBICKI, Michael J. & NDEGE, George O. (eds.), *Cross-Cultural History and the Domestication of Otherness*. Nueva York: Palgrave MacMillan, p. 51-64.

- DADSON, Trevor J. (2007) – *Los moriscos de Villarubia de los Ojos (siglos XV-XVIII). Historia de una minoría asimilada, expulsada y reintegrada*. Madrid-Frankfurt am Main: Iberoamericana-Vervuert.
- DEARDORFF, Max (2017) – The Ties that Bind: Inter-marriage between Moriscos and Old Christians in Early Modern Spain, 1526-1614. *Journal of Family History*. 42 (3), p. 250-270.
- DIEGO, Natividad de (2000) – Los archivos españoles de la Iglesia católica. *Cuadernos de Historia Moderna*. 24, p. 339-372.
- DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio (1963-1964) – Los moriscos granadinos antes de su definitiva expulsión. *Miscelánea de Estudios Árabes y Hebraicos*, 12-13, p. 113-128.
- DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio y VINCENT, Bernard (1997) – *Historia de los moriscos. Vida y tragedia de una minoría*. Madrid: Alianza (3ª reimp.).
- FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F. & PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (2009) – *En los márgenes de la Ciudad de Dios. Moriscos en Sevilla*. Valencia: Universitat de València-Editorial Universidad de Granada-Prensas Universitarias de Zaragoza.
- GARCÍA PÉREZ, M.^a Sandra (2009) – Apuntes sobre los archivos parroquiales en España. *Biblios. Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología*, 34, p. 1-11.
- GARRIDO GARCÍA, Carlos J. (2011) – *La esclavitud en el reino de Granada en el último tercio del siglo XVI: el caso de Guadix y su tierra*. Granada: Universidad de Granada (Tesis Doctoral dirigida por el Prof. Dr. Manuel Barrios Aguilera).
- GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. (2000) – *Mudéjares y moriscos en el Campo de Calatrava*. Ciudad Real: Diputación Provincial.
- GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. (2018) – The War of Las Alpujarras and the Granada Morisco Dispersion: Military Logistics and Population Movements. In PUELL DE LA VILLA, Fernando & GARCÍA HERNÁN, David (eds.) – *War and Society Displacement. Lesson of History*, Brighton-Eastbourne, Sussex Academic Press, p. 73-96.
- GUTIÉRREZ AZOPARDO, Ildefonso, (1983) – Los Libros de Registro de Pardos y Morenos en los archivos parroquiales de Cartagena de Indias. *Revista española de antropología americana*. 13, p. 121-141.
- HERZOG, Tamar (2007) – ¿Cómo se llamaban las personas en Castilla e Hispanoamérica durante la época moderna? Nombres y apellidos. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*. 44, p. 1-35.
- HERZOG, Tamar (2012) – Naming, Identifying and Authorizing Movement in Early Modern Spain and Spanish America. In BRECKENRIDGE, Keith & SZRETER, Simon (eds.) – *Registration and Recognition: Documenting the Person in World History*, Oxford: The British Academy-Oxford University Press, p. 191-209.
- HIGGS, Edward (2011) – *Identifying the English. A History of Personal Identification 1500 to the Present*. London: Continuum.
- LECERF, Florence (2009) – Une identité imposée, une identité revendiquée: les morisques granadins au XVI^e siècle. *Les Cahiers de la Méditerranée*. 79, p. 73-93.
- MÂLE, Emile (2001) – *El arte religioso de la Contrarreforma. Estudios sobre la iconografía del final del siglo XVI y los siglos XVII y XVIII*. Madrid: Encuentro (1ª ed. fr.: 1932).
- MÁRQUEZ VILLANUEVA, Francisco (1984) – El problema historiográfico de los moriscos. *Bulletin Hispanique* 86/1-2 (1984), p. 61-135.

- MARTÍN GALÁN, Manuel M. (1981) – Fuentes y métodos para el estudio de la demografía histórica castellana durante la Edad Moderna. *Hispania. Revista española de Historia*. 41 (148), p. 231-325.
- MIRA CABALLOS, Esteban 2011 – Unos se quedaron y otros volvieron: moriscos en la Extremadura del siglo XVII. In *XXXIX Coloquios Históricos de Extremadura*. Trujillo: Asociación Cultural «Coloquios Históricos de Extremadura», p. 459-488.
- MORENO DÍAZ DEL CAMPO, Francisco J. (2004) – Convivencia, control y fe. La práctica sacramental de los moriscos de Alcaraz. *Al-Basit. Revista de Estudios Albacetenses*, 48, p. 55-92.
- MORENO DÍAZ DEL CAMPO, Francisco J. (2009) – *Los moriscos de La Mancha. Sociedad, economía y modos de vida de una minoría en la Castilla moderna*. Madrid: CSIC.
- MORENO DÍAZ DEL CAMPO, Francisco J. (2017) – La Corona, los moriscos granadinos y el servicio de 1603. Pacto fiscal y negociación política. *Al-Qantara*. 38/1, p. 7-43.
- OTERO MONDÉJAR, Santiago (2011) – ‘Que siendo yo cristiano viejo la justicia procedió contra mi...’. La instrumentalización de la imagen del morisco. *Historia y Genealogía*. 1, p. 113-131.
- OTERO MONDÉJAR, Santiago (2012) – *La reconstrucción de una comunidad. Los moriscos en los reinos de Córdoba y Jaén (ss. XVI y XVII)*. Córdoba: Universidad de Córdoba (tesis doctoral inédita).
- PASCUAL MARTÍNEZ, José (2014) – *Los moriscos mudéjares de Pliego: origen y expulsión de una comunidad*. Murcia: Editum.
- PÉREZ GARCÍA, Rafael M. & FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel (2012) – La política civil y religiosa sobre el matrimonio y la endogamia de los moriscos en la España del siglo XVI’, *Dimensioni e problemi della ricerca storica*. 2, p. 61-103.
- SALAZAR Y ACHA, Jaime (1991) – *Génesis y evolución histórica del apellido en España*. Madrid: Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía.
- SÁNCHEZ RUBIO, Rocío & TESTÓN NÚÑEZ, Isabel (2008) – ‘Fingiendo llamarse... para no ser conocido’. Cambios nominales y emigración a Indias (siglos XVI-XVIII). *Norba. Revista de Historia* 21, p. 213-239.
- SANTAMARÍA CONDE, Alfonso (1981) – Albacete y los moriscos en el siglo XVI. Dos expediciones de moriscos de paz. *Al-Basit. Revista de Estudios Albacetenses*, 9, p. 39-48.
- SORIA MESA, Enrique (2014) – *Los últimos moriscos. Pervivencias de la población de origen islámico en el reino de Granada (siglos XVII-XVIII)*. Valencia: Universitat de València-Editorial Universidad de Granada-Prensas Universitarias de Zaragoza.
- VINCENT, Bernard (1970) – L’expulsion des Morisques du Royaume de Grenade et leur répartition en Castille (1570-1571). *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 6, p. 211-246.
- VINCENT, Bernard (1987) – El nombre cristiano de los moriscos. In VINCENT, Bernard – *Minorías y marginados en la España del siglo XVI*. Granada: Diputación Provincial de Granada, 1987, p. 31-45.
- VINCENT, Bernard (2006a) – *El río morisco*. Valencia: Universitat de València-Editorial Universidad de Granada-Prensas Universitarias de Zaragoza.
- VINCENT, Bernard (2006b) – Convivencia difícil. In CASTILLO, Santiago & OLIVER, Pedro (coords.) – *Las figuras del desorden. Heterodoxos, proscritos y marginados*. Madrid: Siglo XXI Editores, p. 57-69.

- VINCENT, Bernard (2008) – Los moriscos granadinos y la Monarquía (1570-1610). In FORTEA, José I. & GELABERT, Juan I. (eds.) – *Ciudades en conflicto (siglos XVI-XVII)*. Madrid: Marcial Pons/Junta de Castilla y León, p. 163-179.
- VINCENT, Bernard (2017) – L'anthroponymie et les minorités: le cas morisque. In VINCENT, Bernard – *L'Islam d'Espagne au XVIe siècle. Résistances identitaires des morisques*. Paris: Editions Bouchene, p. 123-134.
- WILSON, Stephen (1998) – *The Means of Naming. A social and cultural history of personal naming in western Europe*. London: Routledge.

5. Fuentes utilizadas

- APsP-CR: Archiv. Parroq. S. Pedro. Ciudad Real. Baut., libs. 6 y 7.
- APsMP-CR: Archiv. Parroq. Sta. María del Prado. Ciudad Real. Baut., libs. 5 a 8.
- APsB-A: Archiv. Parroq. S. Bartolomé. Almagro. Baut., libs. 1 a 4.
- APMD-A: Archiv. Parroq. Madre de Dios. Almagro. Baut., libs. 1 y 2.
- APA-Ma: Archiv. Parroq. de Nuestra Sra. de la Asunción. Manzanares. Baut., libs. 2 a 4.
- APsP-D: Archiv. Parroq. S. Pedro. Daimiel. Baut., libs. 1 y 2.
- APsM-D: Archiv. Parroq. Sta. María la Mayor. Daimiel. Baut., libs. 2 a 4.
- APA-Mi. Archiv. Parroq. Nuestra Sra. de la Asunción. Miguelturra. Baut., libs. 2, 4 y 5.
- APA-Va. Archiv. Parroq. Nuestra Sra. de la Asunción. Valdepeñas. Baut., lib. 4.
- APsA-V. Archiv. Parroq. de s. Andrés. Villanueva de los Infantes. Baut., libs. 1 a 5.
- APsME-A. Archiv. Parroq. Sta. María de la Estrella. Almadén. Baut., libs. 1 y 2.

Práticas da justiça eclesiástica em Pernambuco no século XVIII: o caso do vigário geral Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral*

Practices of ecclesiastical justice in Pernambuco in the eighteenth century: a case study (the vicar general Manuel Garcia Velho do Amaral

GUSTAVO AUGUSTO MENDONÇA DOS SANTOS

Aluno de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPE
gustavo.ams@hotmail.com

Artigo enviado em: 14 de julho de 2018
Artigo aprovado em: 17 de setembro de 2018

RESUMO

O presente artigo visa esclarecer algumas facetas da atuação da justiça eclesiástica no bispado de Pernambuco no século XVIII. O seu foco principal é a vida e carreira do vigário geral de Olinda, Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral, o qual teve longa atuação na justiça eclesiástica. O seu percurso como juiz eclesiástico possibilita observar quem eram os principais agentes dessa justiça, com que meios agiam sobre a sociedade, como se dava a interação com outros órgãos da hierarquia eclesiástica e qual o perfil social dos seus agentes.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça eclesiástica; Pernambuco; Manuel Garcia Velho do Amaral.

* Este artigo foi preparado no contexto do projeto PTDC/HAR-HIS/28719/2017, intitulado *Religião, administração e justiça eclesiástica no império português (1514-1750) – ReligionAJE*, aprovado no âmbito do concurso para financiamento de projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos – 2017 (H2020 e FCT).

ABSTRACT

The main purpose of this article is to clarify a number of aspects of the bishopric of Pernambuco's ecclesiastical justice and its operation in the eighteenth century. Its main focus is the life and career of Olinda's vicar general, Manuel Garcia Velho do Amaral, whom had a long presence in the ecclesiastical justice. His trajectory as an ecclesiastical judge allows us to observe who were the main agents of that justice, with which means they acted on society, how interaction happened with other members of the ecclesiastical hierarchy, as well as the social profile of its agents.

KEYWORDS: Ecclesiastical justice; Pernambuco; Manuel Garcia Velho do Amaral.

Manuel Garcia Velho do Amaral nasceu no Recife (Brasil), bispado de Pernambuco, filho de Antônio Garcia Velho do Amaral e de Angélica Luisa da Assunção, conforme informação constante da habilitação a familiar do Santo Ofício do seu irmão João Garcia Velho do Amaral.¹ Segundo George Cabral, o seu pai era natural de Lisboa e teria sido um homem de negócios, procurador da câmara do Recife em 1722, contratado os dízimos da alfândega em 1733 e teria mais 4 filhas, enviadas para Lisboa para se tornarem religiosas.² Sua mãe era natural da vila de Santo António do Recife, filha de João Batista Ribeiro e de Violante Tavares. Seus avós paternos eram João Garcia Velho, natural de Hamburgo, na Alemanha, (filho de Roque Grisley e de Gracia Meris), e Luísa Amaral, natural de Tomar (filha de Manuel Ferreira Ramos do Amaral e de Simoa das Neves).³ Os avós maternos eram João Batista Ribeiro, natural de Baião (filho de Jerónimo Francisco e de Joana da Assunção), e Violante Tavares, natural de Goiana (filha de Manuel de Brito Tavares e sua mulher Ana Teixeira).⁴

¹ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, Maço, 236. Doc. 1395. Pag. 1-3.

² SOUZA, 2007: anexo I, 710.

³ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 144, doc. 2154. Pag. 8-9.

⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 144, doc. 2154. Pag. 9. No caso de João Batista Ribeiro o documento apresenta a escrita "Bairão" para naturalidade, mas como tal localidade não existe deve ser Baião, como ficou no corpo do texto.

É difícil precisar a data do nascimento ou quando Manuel Garcia tomou ordens sacras. Segundo a *Memória histórica e biográfica do clero pernambucano*, ele chegou a presbítero antes de ir para a Universidade de Coimbra, pelo que teria todos os graus das ordens sacras quando deixou Pernambuco em direção ao reino.⁵ Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, para receber as ordens de subdiácono era necessário ter 22 anos de idade, 23 para as ordens de diácono e 25 para presbítero, exigindo-se ainda um período de um ano entre a tomada de uma ordem para que se ascendesse outra, começando pelo último grau das ordens menores, podendo haver dispensa por justa causa, necessidade ou utilidade da Igreja.⁶ Assim, ao iniciar seus estudos em Coimbra, o já então padre Manuel Garcia Velho do Amaral deveria ter mais de 25 anos e estava plenamente apto para exercer o sacerdócio, isso caso não tivesse obtido uma dispensa para se ordenar mais jovem, o que era comum na época.

Na Universidade de Coimbra é possível acompanhar mais detalhadamente o progresso do jovem clérigo. A 1 de outubro de 1746 matriculou-se na Faculdade de Cânones, à qual dedicaria anos de sua vida, seguindo-se as matrículas, na mesma data, nos anos subseqüentes de 1747, 1748, 1749 e 1750. Em 22 de abril de 1747 formou-se bacharel em Artes e em Filosofia.⁷ E em 12 de junho de 1751 obteve o grau de bacharel em Cânones.⁸ No livro de informações finais dos anos de 1732-1771 consta nas “informações gerais do ano de 1750 para 51” que em 3 de agosto de 1751, na presença do reverendíssimo senhor D. Francisco da Anunciação, reformador da Universidade, e dos lentes de prima e véspera de Cânones e Leis que “o Pe. Manoel Garcia Velho do Amaral filho de Antônio Garcia Velho do Amaral natural de Pernambuco” estava formado em Cânones e recebeu a avaliação de “bom estudante”.⁹

O percurso de estudos indicado acima era algo comum para os nascidos no Brasil que conseguiam ingressar na universidade durante o século XVIII. Durante aquele século o ritmo de matrículas de brasileiros na Universidade de Coimbra acelerou (104 nas duas primeiras décadas, 436 entre 1721 e 1740, 429 nas duas décadas seguintes e 288 no período 1760 a 1770) e

⁵ LUNA, 1976: 73.

⁶ *CONSTITUIÇÕES...*, 2007: 88-90.

⁷ MORAIS, 1949: Vol. IV. 187.

⁸ Arquivo da Universidade de Coimbra. Liv. de Atos e Graus (1750-1751) Vol. 85, pag. 61 rosto.

⁹ Arquivo da Universidade de Coimbra. Liv. de Informações finais (1732-1771), pag. 178-187.

observando a origem geográfica dos alunos graduados entre 1700 e 1771 a Baía e o Rio de Janeiro surgem como cidade natal de 65% deles, sendo também de assinalar a relevância de naturais de Recife, Mariana, S. Paulo, Santos, Paraíba e Vila Rica¹⁰.

O percurso acadêmico na Universidade de Coimbra era complexo. Segundo Fernando Taveira da Fonseca, a Universidade de Coimbra concedia em ordem sequencial ascendente os graus de bacharel, licenciado e doutor (em Artes a gradação é bacharel, licenciado e mestre, sendo que em Teologia, mestre é equivalente a doutor), depois de ter feito o exame de bacharel o estudante jurista teria ainda de cursar algum tempo e fazer outro exame para “poder usar de suas letras”, era após a formatura que a maioria dos estudantes juristas deixava a faculdade e ingressava na vida profissional.¹¹

As faculdades de Cânones e Leis eram dedicadas ao ensino do direito canônico renovado e do direito romano renascido, o direito português era recordado acidentalmente. Aqui explica-se sobretudo o *Corpus Iuris Canonici* e o *Corpus Iuris Civilis*. No caso específico de Cânones ela era composta por sete cadeiras, sendo cinco maiores e duas menores, duas de Decretais (a de *prima* e a de *véspera*), uma de Decreto (a de *terça*) e uma de Sexto (a *noa*). Sem designação canônica havia ainda uma cátedra de Clementinas (que se lia depois do Decreto) e duas cátedras menores de Decretais.¹² O Ensino, de raiz escolástica, ocorria por meio da leitura feita pelo professor (“lente”) dos passos do *Corpus Iuris Canonici* ou *Corpus Iuris Civilis*, que os comentava e expunha as opiniões e argumentos tidos por falsos ou verdadeiros e concluindo pela interpretação mais razoável, a opinião corrente e aceite de modo amplo era definida pelos autores consagrados.¹³

Assim, em meados de 1751 teria o padre Manuel Garcia a titulação de bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra e podia usar de suas letras, devendo nesta época ainda estar no reino. Existe um período de quase dez anos no qual não temos informações precisas sobre este clérigo, pois sua aparição seguinte na documentação ocorre já em 1762, no bispado de Olinda exercendo a importante função de visitador do bispado. Os bispos deviam efetuar visitas pastorais nas suas dioceses com o objetivo de fiscalizarem o bom andamento do culto, o funcionamento das instituições e o comportamento dos clérigos sujeitos à sua jurisdição, além de por elas

10 FONSECA: 1997, 1024.

11 FONSECA: 1995, 24-25.

12 COSTA: 1997, 826.

13 COSTA: 1997, 827.

vigiarem o comportamento dos fiéis, instruí-los e administrar-lhes o sacramento da confirmação. Após o concílio de Trento (1545-1563) buscou-se reforçar a necessidade desta prática por parte do bispo ou de visitantes por ele escolhidos, uma vez que foi dado aos prelados um lugar central na aplicação da reforma católica e nela um dos instrumentos privilegiados de ação foi a utilização frequente e cuidada da visita pastoral.¹⁴ Como explica Adriano Prosperi, o ordenamento designado pelo concílio de Trento foi o de uma igreja que teria em seu centro o dever da “cura de almas”, um clero bem preparado, controlado desde a consagração e periodicamente inspecionado pelos bispos, por isso a reforçada necessidade das visitas pastorais.¹⁵

Segundo o *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Baía* os visitantes deveriam ser sacerdotes virtuosos, prudentes e zelosos da honra de Deus, podendo ser letrados ou pessoas de bom entendimento e experiência. Em cada freguesia que visitassem deveriam realizar uma prática espiritual estando todo o povo junto para lhe propor as causas da sua vinda e depois deveria o escrivão da visita ler o edital, para que todos fossem informados e ninguém pudesse alegar ignorância¹⁶. O pároco deveria entregar ao visitador os livros paroquiais para este observar o que ficou provido na última visitação e se estava sendo cumprido, deveria ainda o pároco informar o visitador sobre pecados públicos e nomear testemunhas que deles soubessem. Já o visitador não poderia perguntar na devassa por pessoa alguma em particular (salvo se provado fama pública ou crime de heresia), recebendo ainda poder do bispo para “enquanto andarem em ato de visitação, absolver dos casos, e censuras a Nós reservados em nosso Arcebispado, ou cometer a absolvição a outros confessores. E outrossim poderão reconciliar ou mandar reconciliar as Igrejas, e Adros violados, (...)”, encerrada a visitação ele deveria entregar ao bispo o livro da devassa e mais papéis resultantes da visitação.¹⁷

Os visitantes, antes de começar a servir no cargo, recebiam uma provisão do bispo passada pela chancelaria episcopal na qual se registravam

14 PAIVA: 1993, 639.

15 PROSPERI: 2008, 78.

16 REGIMENTO...: 1853, 85. A primeira edição do *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia* foi impresso em Lisboa na Oficina de Pascoal da Silva em 1718, sendo publicado em conjunto com a primeira edição das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* de 1719, elas tiveram uma reimpressão quase imediata em 1720 no Real Colégio das Artes de Coimbra. Aqui foi utilizada a edição do *Regimento* de 1853, a qual é uma versão extremamente fidedigna da edição do texto de 1720. Para mas detalhes (NEVES: 2011).

17 REGIMENTO...: 1853, 85-87.

seus poderes e deveres. Não se descobriu nos arquivos a provisão de visitador do padre Amaral, mas, uma vez que estes protocolos eram padronizados, ela deveria ser pouco diferente da provisão de visitador geral passada em nome do padre Francisco Xavier da Cunha e jurada em 18 de março de 1778 diante do chanceler do bispado, José Faustino dos Reis.¹⁸ O padre Francisco recebeu provisão para visitar as freguesias de Santo Antônio da Manga, Campo Largo, São Francisco das Chagas, Pilão Arcado, Vila de Santa Maria, Vila da Assunção, Garanhuns, Cimbres, Águas Belas, Paracatu, Porto das Folhas, Porto Real e Cabrobó com poderes para admitir justificações de solteiro, batismo e outras semelhantes, sentenciando-as como for justiça, fazer sumários de sevícias e esposais, remetendo-as com as partes citadas ao vigário geral, dispensar no 3.º e no 4.º grau de consanguinidade ou no 2.º grau de consanguinidade simples, dispensar banhos com justa causa, tomar conta das capelas, testamentos, passar quaisquer provisões (exceto as de cura e vigários da vara), dar livramento aos culpados compreendidos na visita, devassar do procedimento das pessoas, assim eclesiásticas como seculares, e achando algum pároco culpado poderia depô-lo pondo um encomendado, com tempo limitado para recorrer ao bispo (que confirmaria ou nomearia outro). Por fim, aos sacerdotes que dentro da visita e distrito fossem achados com capacidade e sem culpa e mostrassem que estavam canonicamente ordenados, poder-lhes-ia conceder uso de suas ordens e mandar passar suas provisões de confessor e pregador.¹⁹

Para ser nomeado visitador o reverendo Manuel Garcia Velho do Amaral deveria ser uma pessoa próxima do bispo e que desfrutava de boa consideração e prestígio no meio clerical olindense. Por isso, recebeu a provisão de visitador das freguesias dos sertões do norte de baixo, em 1762, do então bispo de Olinda, D. Francisco Xavier Aranha.²⁰ Nesta época ele já era

¹⁸ Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga. Fundo Tribunal Eclesiástico, Série Administração do Tribunal. Doc. N.º 1. pag. 46 frente - 47 verso. (O Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga é o principal arquivo da cidade de Paracatu no estado de Minas Gerais, porém os documentos nele presentes ainda foram poucas vezes utilizados em obras historiográficas no Brasil e Portugal. A cidade de Paracatu pertenceu à capitania de Pernambuco e à diocese de Olinda no período colonial, atualmente integra o estado de Minas Gerais. Neste arquivo destaca-se a documentação depositada no fundo Tribunal Eclesiástico, cujo inventário foi concluído no ano de 2010. A documentação é muito diversificada, foi catalogada e passou por processo de restauro, mas, ainda assim, muito se perdeu, ficando alguns documentos ilegíveis e processos incompletos).

¹⁹ Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga. Fundo Tribunal Eclesiástico, Série Administração do Tribunal. Doc. N.º 1. pag. 46 verso – 47 frente.

²⁰ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mc. 10, n.º 17. Folha 2 frente e verso.

cónego da Sé de Olinda.²¹ Porém, esta conesia deveria ser apenas de meia prebenda, pois em data pouco anterior, a 26 de abril de 1768, escrevera ao rei solicitando um alvará de mantimentos e identificando-se como cónego meio prebendado da Sé de Olinda a quem o rei fez mercê de uma conesia, teria sido provido numa conesia inteira²².

O Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral no exercício da função de visitador deixou vários registos da sua atuação. Por exemplo, em 1764 ao visitar a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação no Rio Grande, reпреenheu os “irreverentes” homens que iam à matriz com “chinelas de talam” (calçado que deixava o calcanhar exposto), clarificando que “as Igrejas de Deus não são casas de pessoas particulares para que entrem nela com o traje referido em que mostram a pouca reverencia, que tem ao Santissimo Sacramento e a Mãe de Deus, e demais Santos”, nota exarada no livro de tombo da dita freguesia, ficando então proibido o uso deste calçado na igreja matriz.²³ Ele também frequentou casamentos, como o de Francisca Antónia Teixeira com Manuel Pinto de Castro e lançou a pedra fundamental para a construção da nova igreja da freguesia de S. João Batista da Vila de Portalegre, em 6 de janeiro de 1765 (que em 1792 ainda não tinha sido construída).²⁴

Os dados existentes sugerem que exerceu bem suas funções de visitador, corrigindo as práticas do culto menos acertadas, vigiando os costumes da população local, passando provisões para clérigos em caso de necessidade e ainda teria interagido de maneira amigável com a população local. Porém, outros documentos indicam que sua atuação como visitador pode ter sido mais infausta do que os relatos anteriores apontam, ao menos é isso que nos faz crer o traslado, com data de 7 de agosto de 1769, de um sumário de testemunhas ordenado pelo bispo Xavier Aranha sobre o procedimento do então cónego Manuel Garcia Velho do Amaral.²⁵

²¹ A 1 de agosto de 1763, enquanto visitador, ao passar o registro de uma provisão de vigário interino da freguesia de S. João Batista da Vila de Arez, em nome do doutor João Freyre Amorim, ele assinou como “o conego Manoel Garcia Velho Amaral”. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 10, n.º 17. Folha 4.

²² AHU_CU_015, Cx. 105, D. 8150. [ant. 1768, abril, 26].

²³ NETO: Out.-Nov. 2004, 184.

²⁴ NETO: Out.-Nov. 2004, 184-187.

²⁵ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 10, n.º 17.

Durante a visita aos sertões, que se iniciou em 1762 e durou até 1766, o “Reverendo Doutor Visitador Manuel Garcia Velho do Amaral” passou pelas freguesias do Rio Grande (cidade do Natal), Santa Ana de Caicó, Assu, Pau dos Ferros, Baía de S. Miguel, Mamanguape, Portalegre, Piancó, Acará, Arez e Vila Flor.²⁶ O bispo Xavier Aranha ao passar comissão ao juiz comissário “Reverendo Doutor João Gomes Freire”, vigário de Mamanguape, deixou claro que este juiz comissário deveria informar-se do comportamento do visitador Manuel Amaral, não só por testemunhas, mas também por autos cíveis ou crimes, testamentos ou sumários que se achassem nos cartórios das vigararias da vara do distrito da visita.²⁷ Esta disposição episcopal alerta para o tipo de documentação que ficava guardada nos cartórios de um dos órgãos que compunham a estrutura da justiça eclesiástica em Pernambuco, as vigararias da vara, e os tipos de processos que deveriam passar por essa instância.

Segundo o *Regimento do Auditório* era necessário que os bispos constituíssem em alguns lugares da sua diocese vigários da vara, para que se pudesse atender de forma mais diligente às obrigações pastorais, eles deveriam ser letrados ou no mínimo pessoas de bom entendimento, prudência, virtude e exemplo e serem providos pelo bispo²⁸. Entre os seus poderes estava o de tirar devassas, receber denúncias e fazer sumários de sacrilégios (devendo remetê-las ao vigário geral para pronunciá-los), poderiam proceder contra as pessoas desobedientes em matéria do seu ofício, tomar contas de testamentos que pela alternativa pertenciam ao eclesiástico, passar monitórios e dar sentenças em causas sumárias de ação de dez dias ou de juramento da alma até 10.000 réis, fazer sumários de casamentos para serem sentenciados pelo juiz dos casamentos e fazer sumários de sevícias ou de nulidade de matrimônio que deveriam ser enviados ao vigário geral.²⁹

Uma das testemunhas inquiridas sobre a visita realizada pelo Dr. Manuel Garcia foi o padre Marcos Ferreira de Moraes, cura e vigário da vara da freguesia de Santa Ana de Caicó quando da passagem do referido visitador. O antigo vigário da vara disse que presenciou muitas vezes o visitador a proferir com escândalo público muitas palavras desonestas e indignas, que

²⁶ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 10, n.º 17. Folha 2 frente e verso. p. 72 frente.

²⁷ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 10, n.º 17. Folha 2 frente e verso. f. 2 frente – f. 3 verso.

²⁸ REGIMENTO...: 1853, 90.

²⁹ REGIMENTO...: 1853, 91.

jogava com todo tipo de pessoa jogos de dinheiro, andava na noite com uma boceta (caixa) com várias peças de ouro com as quais conquistava as raparigas e as deflorava e chegou a ter mulher de portas a dentro em Piancó e Acarí. Disse ainda saber que em sua freguesia o visitador puxara e “bolira” em todos os testamentos, até os de contas já tomadas, que não queria levar em conta os legados já cumpridos e tendo ele testemunha, como vigário da vara, rematado dois “molequinhos” a requerimento do testamenteiro João Pereira de Oliveira para cumprimento de legados, o visitador anulou a arrematação e fez uma nova, mesmo tendo o vigário da vara, segundo seu testemunho, procedido à arrematação com toda a legalidade.³⁰

Este depoimento permite constatar que o padre Marcos Ferreira, enquanto vigário da vara, cuidava dos testamentos da alternativa do eclesiástico, fazendo com que os testamenteiros cumprissem os legados e preservando os testamentos no cartório da vigararia da vara. Por sua vez, o Dr. Amaral parecia seguir as diretrizes previstas nas provisões passadas aos visitantes ao tomar conta dos testamentos, como já dissemos anteriormente, mas, se for dado crédito ao padre Marcos Ferreira, o visitador utilizou seus poderes para ir além do que lhe era permitido por lei, e ele não foi o único a indicar isso em seu depoimento.

Outro vigário da vara que testemunhou negativamente sobre as práticas do visitador foi o padre João Saraiva de Araujo, que em 12 de junho de 1769 era cura e vigário da vara da freguesia de S. João Batista do Assu. Este não se queixou do comportamento moral do visitador, dizendo que em sua freguesia ele se portara bem, mas disse que tendo falecido Antónia Martins em 1762, e sendo o testamento da alternativa do secular, o visitador avocou-o para si, por não estarem cumpridos os legados, e assim, nomeou por testamenteiro o padre Correia de Brito, mas depois de rematados todos os bens o visitador levou dinheiro e testamento, de modo que o testamenteiro não mandou cumprir os legados por não ter recebido o dinheiro.³¹ Disse ainda que por ordem do visitador cobrou de Isabel Pereira, mulher casada, 9.000 réis de condenação por amancebada, conforme declarava um rol que deixou ao visitador. O vigário da vara remeteu o dinheiro ao visitador, mas disse que a mulher não assinara termo no livro dos culpados da visita, con-

³⁰ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 10, n.º 17. Folha 2 frente e verso. f. 4 frente – 5 verso.

³¹ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 10, n.º 17. Folha 8 verso.

forme consta no “rol que em minha mão para”.³² Quando questionado sobre dispensas para casamentos feitas pelo visitador, disse o vigário da vara que foram dispensados Pedro Correia e Gertrudes Maria e que custara a dispensa 40.000 réis, mas que aparecem carregados no rol apenas 20.000, levantado a suspeita que o visitador poderia ter ficado com a outra metade para si. O padre João Saraiva também disse “ouvira dizer publicamente” que o padre José Pereira Lobato dera dinheiro ao visitador para permanecer como cura de Pau dos Ferros e depois para ser cura de Caicó e da mesma forma o padre João de Paiva pagou para ser cura da freguesia das Vargens do Apodi.³³

Segundo Jaime Gouveia, as pessoas denunciadas nas visitas com culpas de menor gravidade e contra quem existiam provas “eram simplesmente obrigados a assinar um termo de admoestação, através do qual reconheciam as culpas que lhe eram imputadas e prometiam emenda, podendo ser condenados ao pagamento de uma pena pecuniária”, também era possível ao visitador remeter a denúncia para apreciação no auditório eclesiástico, caso as qualidades das provas e gravidades das acusações justificassem ou se o acusado negasse as acusações e requeresse defesa por meio de um processo de livramento no auditório.³⁴ Assim, vemos que Isabel Pereira teria saído condenada por amancebada na visita à freguesia de S. João Batista do Assu, tendo o visitador solicitado a ajuda do vigário da vara para cobrar o valor da pena pecuniária por, entretanto, ter deixado a localidade. Porém o padre João Saraiva de Araújo observou que Isabel não estava com termo assinado no livro dos culpados, conforme consta no “rol que em minha mão para”, o livro referido deveria ser o “livro de culpados em visitas” que deveria ficar no cartório da câmara episcopal sob a guarda do escrivão da câmara³⁵, ficando a desconfiança se ela realmente tinha sido legalmente culpada.

Dos testemunhos se presume que o visitador teria desviado dinheiro para si, levado um testamento (impedindo que os legados fossem cumpridos), cobrado a condenação de uma mulher que não consta no livro dos culpados,

³² Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 10, n.º 17. Folha 9 frente.

³³ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 10, n.º 17. Folha 9 frente e verso.

³⁴ GOUVEIA: 2012, 161-162.

³⁵ REGIMENTO...: 1853, 104. Por norma não era o escrivão da câmara que ficava com o livro de culpados em visitas, mas diz o *Regimento do Auditório Eclesiástico da Bahia* que o escrivão da câmara “Terá outro livro em que escreverá todos os culpados em visitaçõ, e obrigados a livramento, para poder fazer a folha quando se livrarem das culpas, e acabados uns livros comprará outros, e todos serão numerados, e rubricados pelo Provisor; e terá os mais livros que se ordenarem, e mandarem fazer”.

registado valores inferiores de dispensa ao que tinha cobrado e vendido o cargo de cura da freguesia das Vargens do Apodi (simonia). Isto entre outras acusações.

No termo de conclusão do sumário de testemunhas tirado sobre o procedimento do visitador Manuel Amaral, datado de 1 de agosto de 1769, concluiu o juiz comissário que, nas freguesias do Rio Grande, Assu, Pau dos Ferros, Baía de S. Miguel e Mamanguape, procedeu o visitador com toda a honestidade e decência, mas nas freguesias de Portalegre, Piancó, Acarí, Arez e Vila Flor agiu de forma distinta.³⁶ Em Portalegre ele assistia a batuques e teve contato com raparigas (moças) da vila; no Piancó houve grande escândalo da convivência que manteve com a prostituta Josefa; no Acarí teve comunicação escandalosa com Antónia Maria e em Arez e Vila Flor também houve escândalo pela forma que tratava as raparigas. A tudo acrescia que pelos jogos contínuos em que se envolvia, palavras indecentes que pronunciava, ficou a fama entre “pessoas fidedignas” que em todo o sertão do norte nunca houve um visitador tão interessado como o reverendo cônego Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral.³⁷

Com tantas provas de seus crimes a carreira eclesiástica do já não tão jovem (deveria ter aproximadamente 46 anos) cônego Manuel Garcia Velho do Amaral poderia ter ficado comprometida. Porém, assim não sucedeu. Concluída a visita aos sertões e antes de ter sido encerrado o sumário de testemunhas contra si, o cônego estava exercendo a função de vigário geral e juiz dos casamentos e resíduos na diocese de Olinda, como indica um processo que encaminhou ao Tribunal do Santo Ofício em dezembro de 1766 contra Valentim Ferreira por crime de bigamia.³⁸

O ofício de vigário geral que ele exercia em dezembro de 1766, e no qual perduraria por décadas, era de extrema importância na administração da justiça eclesiástica diocesana. Segundo o *Regimento do Auditório*, ao vigário geral competia toda a administração da justiça. Deveria ser ocupado por um sacerdote ou alguém com ordens sacras (mas não havendo ninguém idóneo poderia ter ordens menores), doutor ou bacharel em sagrados cânones, de boa consciência, letras e experiência de negócios e, sendo possível,

³⁶ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 10, n.º 17. Folha 72 frente.

³⁷ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Feitos Findos, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 10, n.º 17. Folha 72 frente – 75 verso.

³⁸ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 4367.

não apresentasse defeitos físicos.³⁹ Embora o tribunal eclesiástico estivesse sob as ordens do bispo, era o vigário geral o seu agente mais importante.⁴⁰ Esse ofício era remunerado, mas pouco se sabe sobre como eram feitos os pagamentos em Olinda. Segundo um parecer da Mesa da Consciência e Ordens de 6 de maio de 1799, o vigário geral e o provisor do bispado de Olinda recebiam anualmente um ordenado de 60.000 réis estabelecido desde a criação da diocese, sem nunca ter sido aumentado, porém estes mesmos oficiais no bispado de São Paulo tiveram um aumento de 60.000 réis e como era “maior a carestia dos víveres no bispado de Pernambuco” o bispo de Olinda pedia que eles tivessem igual acréscimo. A Mesa da Consciência respondeu que o pedido deveria ser atendido, como de facto foi.⁴¹ Este pagamento deveria ser feito de forma similar àquela do reino, pois, segundo José Pedro Paiva, na diocese de Viseu “os ordenados dos oficiais do Auditório e Câmara pagavam-se, por norma aos ‘quartéis’ (quatro pagamentos iguais por ano)”, de modo que é possível que esta mesma forma de pagamento fosse adotada em outras dioceses do império português, incluindo em Olinda⁴².

Entre as funções que pertenciam ao vigário geral estavam “o conhecimento de todas as causas crimes, e cíveis do foro contencioso”, passar monitórios e citações com que se principiam as ditas causas. Era ainda perante ele que deveriam apresentar-se denúncias e querelas, realizar inquéritos sobre os delitos, pronunciar os culpados e proceder contra eles a prisão quando tal fosse necessário. Cabia também aos vigários gerais perguntar as testemunhas em casos crimes que previssem a pena de degredo para Angola e S. Tomé e nas querelas e denúncias antes da pronúncia, mas sendo longa a distância para perguntar as testemunhas poderia encarregar desta função ao vigário da vara do distrito ou a um pároco idôneo.⁴³ Note-se que, em caso de necessidade, as decisões tomadas pelos vigários da vara poderiam ser agravadas ou apeladas para a vigararia geral.⁴⁴ Também havia possibilidade de se apelar das decisões do próprio vigário geral de Olinda para uma instância superior, no caso da diocese de Pernambuco cabia apelação para a Relação Metropolitana da Baía, pois Pernambuco era bispado

39 REGIMENTO...: 1853, 13.

40 MENDONÇA: 2011, 47.

41 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Mesa da Consciência e Ordens, Padroados do Brasil, Pernambuco. Documentos sem catalogação.

42 PAIVA: 2016, 218.

43 REGIMENTO...: 1853, 15-16.

44 RODRIGUES: 2014, 299.

sufragâneo do Arcebispado da Baía, como explica o *Regimento do Auditório*.⁴⁵ A terceira instância de apelo era o tribunal da Legacia, em Lisboa.⁴⁶

Como juiz dos casamentos o Dr. Amaral deveria proceder “nas causas tocantes aos tais casamentos, assim como sobre pregões, e diligências que devem proceder, impedimentos que a eles saem, e perguntas que sobre isso se fazem, antes de correr demanda em juízo contencioso”.⁴⁷ E por ser também juiz dos resíduos, cumpria-lhe “tomar contas dos testamentos, codicilos e outras últimas vontades dos defuntos que faleceram nesta cidade e seus subúrbios, nos meses que na alternativa lhe pertencem (...)”.⁴⁸ Acumular o ofício de vigário geral com outros não era uma peculiaridade da diocese de Pernambuco no século XVIII. Segundo Pollyanna Gouveia, no Maranhão, era comum o vigário geral acumular os ofícios de provisor, juiz dos casamentos, juiz das habilitações de *genere* e juiz dos resíduos e governador do bispado.⁴⁹

Dessa forma, em 1766 Manuel Garcia Velho do Amaral exercia uma importantíssima função no juízo eclesiástico de Pernambuco, mesmo tendo sobre si sérias acusações. Como vigário geral ele era responsável pelos casos pertencentes ao juízo contencioso, o que incluía, segundo o *Regimento do Auditório* conhecer todos os casos da visitação depois de apresentados ao foro contencioso, caso não lhes fossem remetidos por embargos.⁵⁰

Um exemplo de como casos encontrados em visitas poderiam passar das mãos do visitador para o vigário geral ocorreu no processo contra Joana Leitão, moradora na freguesia de S. Gonçalo dos Cocos (Ceará), acusada de bigamia, fato que consta no auto sumário que mandou fazer Bernardino Vieira de Lemos, visitador dos sertões do norte da Comarca do Ceará Grande.⁵¹

Em 10 de setembro de 1787 o visitador enviou os autos da vista para o secretário do bispo, o reverendo cônego magistral Alexandre Bernardino dos Reis, para que fossem entregues ao prelado, mas eles foram entregues ao então tesoureiro mor, comissário do Santo Ofício, vigário geral e juiz dos casamentos e resíduos Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral⁵². O vigário geral

45 REGIMENTO...: 1853, 56.

46 SANTOS: 2013, 90.

47 REGIMENTO...: 1853, 72.

48 REGIMENTO...: 1853, 80.

49 MUNIZ: 2017, 48.

50 REGIMENTO...: 1853, 17.

51 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6692. pag. 3-5.

52 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6692. pag. 8 verso.

ordenou que a ré fosse levada à sua presença para “se fazerem as perguntas do estilo” e, depois de ouvi-la, determinou, a 4 dias de abril de 1788, que o escrivão remetesse os “autos para o Santo Tribunal da Fé da cidade de Lisboa, a quem pertence o conhecimento do delito cometido pela ré”.⁵³

A forma como agiu o vigário geral Manuel Garcia Velho ao colaborar com o Tribunal do Santo Ofício não foi uma especificidade sua. Ao contrário, ele seguiu um paradigma presente em todo o império português nas relações entre os tribunais diocesanos e os tribunais da Inquisição. Como bem provou José Pedro Paiva, “bispos e inquisidores agiram ‘com toda a conformidade e boa correspondência’, com os primeiros a cooperarem muito activamente e por diversos modos com os segundos, e estes a reconhecerem a importância dessa colaboração e a solicitarem-na”, colaboração forjada em Portugal desde os primórdios da criação da Inquisição e que tinha entre suas principais características a cooperação e disponibilização da rede paroquial e da estrutura administrativa e de governo das dioceses, em especial provisos, vigários gerais e escrivães, recursos imprescindíveis para a atuação da Inquisição no reino e seu Império.⁵⁴ Destarte, o percurso de vida do clérigo aqui analisado reafirma este paradigma, uma vez que durante toda a sua carreira ele colaborou em 15 diferentes denúncias à Inquisição, sendo este número também reflexo da sua longa presença na justiça eclesiástica de Olinda.⁵⁵ Note-se que esta longevidade em ofícios da justiça eclesiástica não foi singularidade apenas do padre Manuel Garcia, quando comparamos seu caso, por exemplo, com o do padre João Rodrigues Covette, do bispado do Maranhão, é possível perceber várias semelhanças. O padre Covette estudou em Coimbra, exerceu o ofício de vigário geral, foi visitador do bispado e atuou durante décadas (de 1734 até 1771)⁵⁶.

Em 22 de novembro de 1777, na sua qualidade de cónego Manuel Garcia já era tesoureiro mor da Sé de Olinda.⁵⁷ Segundo o *Regimento da Catedral da Cidade de Olinda*, de 1728, o tesoureiro mor era a terceira dignidade da catedral e entre suas obrigações estavam rezar as missas

⁵³ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6692. pag. 8 verso-pag. 11 frente.

⁵⁴ PAIVA: 2011, 171-421.

⁵⁵ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6692, proc. 8759, proc. 9730, proc. 6357, proc. 03025, proc. 06247, proc. 4367, proc. 18026, proc. 14938, proc. 13249, proc. 6695, proc. 6685, proc. 5670, proc. 3972, proc. 10510.

⁵⁶ MUNIZ: 2017, 47.

⁵⁷ AHU. Cx. 128. Doc. 9687.

declaradas, guardar os objetos de valor da Sé e fazer o sacristão e sineiro cumprirem suas obrigações.⁵⁸ Além dos ofícios diocesanos o Dr. Garcia Velho também buscou cobrir-se com a honra e autoridade que ofereciam as funções de oficial do Santo Ofício, assim foi nomeado comissário do Santo Ofício em 18 de maio de 1773⁵⁹. Os candidatos a comissário do Santo Ofício deveriam ser cristãos-velhos, não ter ascendentes condenados pela Inquisição, ter bons costumes, ser pessoas eclesiásticas de prudência, virtude e preferencialmente letrados, suas principais funções eram ouvir testemunhas em processos contra réus e nas habilitações de agentes inquisitoriais, cumprir mandados de prisão e organizar condução de presos, vigiar degredados em suas áreas de atuação, transmitir denúncias ao Santo Ofício e cumprir outras ordens do tribunal.⁶⁰

Segundo James E. Wadsworth, a prova de pureza de sangue e o estatuto proveniente de um cargo de oficial da inquisição ajudavam a criar um tipo de nobilitação baseada no sangue e no comportamento, nobreza associada a certas profissões e hábitos considerados respeitáveis e honrados. Deste modo uma nomeação para um cargo inquisitorial criava a abertura para a confirmação do *status* de nobreza e as condições de promoção social.⁶¹ O Dr. Garcia Velho do Amaral procurou ser nomeado como comissário do Santo Ofício, não apenas para bem servir a Igreja Católica ou combater as heresias, mas também como mais um mecanismo essencial para a sua promoção social. Além da nobilitação, os poderes que provinham do cargo eram almeçados na sociedade colonial, de modo que houve quem chegasse a fazer-se passar por comissários para tirar proveito da posição.⁶²

Manuel Garcia Velho do Amaral utilizou o seu poder, prestígio e conhecimentos para servir de maneira eficiente os dois tribunais aos quais estava ligado, tribunal eclesiástico de Pernambuco e Inquisição de Lisboa, remetendo 15 denúncias de crimes do foro inquisitorial para Lisboa desde 1763 até 1790. As denúncias foram realizadas em diferentes momentos da carreira do clérigo, apresentando diferentes crimes e os diversos caminhos que uma denúncia poderia percorrer desde a chegada da acusação à justiça episcopal até seu envio para o Santo Ofício. De modo que esses processos mais do

⁵⁸ Biblioteca da Cúria Metropolitana de Olinda e Recife. *Regimento da Catedral da Cidade de Olinda*. p. 24 frente - 24 verso.

⁵⁹ WADSWORTH: 2013, apêndice.

⁶⁰ RODRIGUES: 2014, 126.

⁶¹ WADSWORTH: 2007, 199.

⁶² WADSWORTH: 2007, 193-196.

que exemplificar o perfil de colaboração do tribunal eclesiástico de Olinda e do padre Garcia Velho permitem vislumbrar o funcionamento e as práticas da justiça eclesiástica em Pernambuco.

A primeira denúncia feita ao tribunal do Santo Ofício na qual participou ocorreu em 1763, quando ele era visitador da diocese. A denúncia foi feita contra o padre Ventura de Albuquerque, na vila de Arez por crime de solitação.⁶³ Segundo consta da carta que enquanto visitador enviou ao Santo Ofício, teria ele recebido denúncias contra o réu durante sua visitação e foram elas feitas pelo vigário da freguesia da vila de Arez, Pantaleão da Costa de Araujo, e pelo coadjutor da mesma freguesia, João Ferreira da Costa. Formados os autos em Vila Flor e apurada a culpa em Arez mandou o visitador a denúncia ao Santo Ofício de Lisboa, segundo o mesmo, “a culpa em que falo a Vossa Senhorias vai formalizada nesses duplicados instrumentos” ficando o réu preso na Fortaleza dos Santos Reis da cidade de Natal, e pedindo ainda o visitador que a Inquisição informe se ele obrou mal em alguma coisa, para que em outra ocasião não houvesse falta.⁶⁴ Juntamente com a carta foi enviado ao Santo Ofício “um auto de dilatação ou denúncia do padre Ventura de Albuquerque pela culpa de solicitante *in confessione*” escrita pelo escrivão e secretário da visita, o depoimento das solicitadas, ratificação dos depoimentos e autos conclusos, onde o visitador diz que os autos devem ser remetidos ao Santo Ofício a quem pertence averiguação das culpas, já o réu foi remetido para a cadeia da vila do Recife.⁶⁵

Esse primeiro ato de colaboração com a Inquisição confirma como o sistema de visitação ajudava a Inquisição. Como diz José Pedro Paiva, as visitas “constituíam uma espécie de primeira rede lançada para detectar prevaricadores e uma rede de malha mais fina (...)”, pois atuavam ao nível das freguesias e eram ouvidas pelo visitador testemunhas de vários lugares da mesma freguesia, de modo que a Inquisição, mesmo levando em conta

⁶³ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5670 (reconstituição sumária e menção ao processo poderá encontrar-se em: GOUVEIA: 2015, 91-121.

⁶⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5670, folha 4 frente, folha 4 verso.

⁶⁵ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5670. Um estudo de referência sobre os procedimentos inquisitoriais face o delito de solitação é o livro de Jaime Ricardo Gouveia *A quarta porta do inferno: a vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)* publicado em 2015 pela editora Chiado.

a rede de familiares e comissários, não teria provavelmente todo este poder de penetração sem o auxílio das visitas episcopais.⁶⁶

Este caso também certifica que as visitas ocorriam segundo as normas estabelecidas e que seriam uma prática comum na diocese, como já afirmou Bruno Feitler.⁶⁷

Na colaboração com o Santo Ofício o visitador Manuel Amaral enviou um traslado da parte da devassa da visita para a Inquisição de Lisboa sem a análise e despacho do vigário geral de Olinda, prática que ao que parece variava de acordo com o visitador. Por outro lado, ao prender o réu antes de receber ordens do Santo Ofício, o visitador quebrou regras da prática jurídica para casos de heresia, pois segundo o regimento inquisitorial de 1613 os bispos (ou seus oficiais) não poderiam efetuar prisões por delitos de jurisdição inquisitorial, sem antes dar conta aos inquisidores através do envio de relatórios das causas, mas há estudos indicando que esse princípio não foi respeitado integralmente no Brasil.⁶⁸

Bem mais tarde, seria a vez de Manuel Garcia como vigário geral receber uma denúncia vinda de um visitador. Trata-se da denúncia encaminhada em 1787 pelo visitador Bernardino Vieira Lemos ao vigário geral de Olinda de um caso de poliandria praticado pela ré Joana Leitão, da freguesia de S. Gonçalo da Serra dos Cocos.⁶⁹ Importante aqui é destacar os documentos enviados para Lisboa e a ordem do processo. Só após interrogar a ré, o vigário geral fez o termo de conclusão, datado de 4 de abril de 1788, determinando que os autos fossem remetidos ao Santo Ofício por pertencer àquele tribunal o conhecimento do delito.⁷⁰ Para o Santo Ofício foram enviados os autos crimes que vieram da visitação e o termo de perguntas feitas à ré pelo vigário geral.

Os dois exemplos anteriores mostram que uma denúncia de crime de foro inquisitorial descoberta durante uma visita pastoral não tinham um caminho único na diocese de Olinda, ao menos durante o período de vida e atuação do biografado. O despacho podia fazer-se diretamente do visitador para a Inquisição ou passar pela vigararia geral de Olinda, e só com a

⁶⁶ PAIVA: 1989, 96-97.

⁶⁷ FEITLER: 2007, 32.

⁶⁸ FEITLER: 2007, 168.

⁶⁹ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6692.

⁷⁰ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6692 folha 10-11.

decisão do vigário geral (ou do bispo) ser remetido ao Santo Ofício. Nos dois casos os traslados das acusações apuradas e iniciadas na visitação foram remetidos ao Santo Ofício, mas com títulos distintos, no primeiro caso foi “um auto de dilação ou denúncia” já no segundo foram “autos crimes”, mas mesmo variando em títulos a composição de ambos é muito similar.

Quando se analisa o processo contra o padre Ventura de Albuquerque, constata-se que foi enviada uma carta escrita pelo visitador resumindo o caso, um “auto de dilação ou denúncia” contra o padre Ventura de Albuquerque. Este identifica data, local, juízo responsável, réu e escrivão (informações básicas presentes na capa de abertura) seguindo do resumo das culpas do acusado feito pelo visitador e dos depoimentos das testemunhas.⁷¹ Já no processo contra Joana Leitão são remetidos os “Autos crimes” contra ela. Nestes autos além das informações identificando data, local, juízo responsável, ré e escrivão, está presente o sumário das culpas da acusada feito pelo visitador, traslados de livros de casamentos, atestados de curas que conheceram a ré e termo de perguntas que lhe foram feitas.⁷² As diferenças entre os dois casos são os tipos de provas utilizadas e que compõe a documentação remetida, diferença essa causada por serem crimes distintos, e o fato de um dos casos não ter passado pelo auditório episcopal enquanto outro passou, pois tendo passado pelo auditório episcopal foram realizadas outras diligências.

Mas não só em visitas se iniciavam processos. Ocorreram também causas encaminhadas das vigararias gerais forâneas ou de vigários da vara para o vigário geral de Olinda. As vigararias gerais forâneas juntamente com as vigararias da vara eram instâncias inferiores que compunham o funcionamento da justiça eclesiástica em Pernambuco. A *Relação de todas as Igrejas paroquiais de que compõem presentemente o Bispado de Pernambuco*, de 1786, aponta a existência de 45 vigários de vara divididos pelas suas cinco comarcas eclesiásticas, sendo que em algumas dessas comarcas existiam vigários gerais (também chamados vigários gerais forâneos) que tinham uma jurisdição mais ampla que os vigários da vara e ficavam nas cabeças das comarcas. Segundo a *Relação*:

⁷¹ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5670.

⁷² Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6692.

“No Ceará, Manga e Vila das Alagoas os párocos são vigários gerais subordinados ao vigário geral do bispado para via de apelação, e a tem a mesma jurisdição, que a Constituição concede ao vigário geral de Sergipe de ElRei e o bispo Aranha, por portaria de 25 de fevereiro de 1755, lhes permitiu alguns poderes mais: o do Ceará, e Alagoa tem cõngrua Regia”.⁷³

Os vigários da vara em Pernambuco, na maioria, estavam inseridos em comarcas eclesiásticas e os casos em que eles não tivessem jurisdição para agir deveriam ser encaminhados aos auditórios eclesiásticos dos vigários gerais forâneos das suas respectivas comarcas, podendo ainda, tanto vigários da vara como vigários gerais forâneos ver as suas determinações apeladas para o vigário geral de Olinda. Foi seguindo estas normativas que, por volta de 1790, um sumário crime foi encaminhado do auditório do vigário geral forâneo da comarca das Alagoas, na época o padre Veríssimo Rodrigues Rangel, para o auditório episcopal de Olinda, onde foi recebido pelo vigário geral Manuel Garcia Velho do Amaral (que nesta época deveria estar com 67 anos). Tratava-se de uma acusação de heresia contra o réu José Fernandes Gama.⁷⁴

O tipo de documento enviado foi idêntico, na sua composição, aos anteriormente analisados. Um “sumário crime” enviado pelo “juízo forâneo da vila das Alagoas” que identifica o juízo responsável, o local e o réu, porém no lugar do crime consta que o processo de investigação ocorreu por ordem do vigário geral de Olinda.⁷⁵ O vigário geral forâneo Veríssimo Rodrigues Rangel recebeu uma portaria do Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral para fazer um sumário e inquirir testemunhas sobre as afirmações de José Fernandes

⁷³ Cf. Biblioteca Nacional - Seção de Manuscritos – Relação de todas as Igrejas paroquiais de que compõem presentemente o Bispado de Pernambuco em comarcas, em cujas cabeças se rematam os dízimos dele. BN. II – 32,33.36. Folha 6.

⁷⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6695. A expressão “sumário crime” que surge na documentação deve referir-se às causas sumárias. Segundo Patrícia Ferreira dos Santos, “rezava o Regimento que as causas sumárias deveriam servir ao fito de abreviar as demandas, e reduzir os custos das ações – desde que não privasse as partes de empreender a sua defesa. As causas sumárias não requeriam libelo; consistiam na petição inicial do autor, a réplica ou contestação, até a primeira audiência, sendo este procedimento não obrigatório; mas sendo oferecida a contestação, o juiz assinava uma dilação, no Juízo, ou fora dele. Os termos deveriam ser abreviados quanto fosse possível. As ações sumárias eram as causas beneficiais e as tocantes a ela: matrimoniais, esponsais; dizimais, de usura, simonia, blasfêmia, forças; sobre estipêndio, salários, alimentos depósitos, alugueis de casas, rendas, execuções, liquidações; as causas cometidas da Santa Sé Apostólica com clausula summarie; também se deveria proceder sumariamente nas causas de valor até dois mil réis.” (SANTOS: 2015, 273-274).

⁷⁵ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6695.

Gama sobre a excomunhão, de modo que o vigário geral já deveria ter suspeitas sobre o acusado (ou poderia ter alguma rixa pessoal com ele), mas carecia de provas que atendessem às exigências do processo.⁷⁶ Composto o sumário crime foi enviado para a Inquisição que incluía os relatos das testemunhas e a conclusão do vigário geral forâneo, que remeteu tudo como foi pedido para o auditório eclesiástico de Olinda, onde o vigário geral conclui que os autos deveriam ser remetidos ao Santo Ofício de Lisboa a quem pertencia o conhecimento do delito.⁷⁷

Este documento confirma a subordinação dos auditórios eclesiásticos dos vigários gerais forâneos em relação ao auditório eclesiástico da Sé de Olinda, fazendo com que denúncias que pertenciam ao Santo Ofício passassem pelas duas instâncias antes de serem remetidas à Inquisição. Contudo, isto seria o resultado de uma prática de membros da justiça eclesiástica de Pernambuco e não uma obrigação, pois não era exigência do Santo Ofício esse encaminhamento.

Identificaram-se também casos de processos iniciados por vigários da vara serem remetidos ao vigário geral de Olinda para que fossem feitos autos conclusos e só então remetidos ao Santo Ofício. Assim sucedeu com a denúncia feita contra o réu António da Silva Maciel, acusado de desacato ao Santíssimo Sacramento da Eucaristia (sacrilégio) em 1777, denúncia remetida pelo vigário da vara Manuel Álvares Pereira ao vigário geral Manuel Garcia V. do Amaral.⁷⁸ O documento enviado ao Santo Ofício foi um “sumário crime”, que descreve em sua abertura o local, o crime cometido e o juízo responsável, faltando o nome do réu, seguindo-se um resumo do caso e os depoimentos das testemunhas.⁷⁹

No termo de encerramento e remessa mandou o vigário da vara que tudo fosse remetido ao reverendo licenciado Agostinho Rabelo de Almeida, comissário do Santo Ofício, morador na vila das Alagoas.⁸⁰ Este, por sua vez, escreveu uma carta ao vigário geral de Olinda e o réu foi remetido preso

⁷⁶ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6695 folha 2 frente.

⁷⁷ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6695 folha 3 frente – 11 verso.

⁷⁸ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 3025.

⁷⁹ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 3025 folha 4 frente (não numerada).

⁸⁰ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 3025 folha 8 verso – 9 frente.

para o aljube daquela cidade.⁸¹ O vigário geral percebeu várias falhas na denúncia e por esta razão ordenou que se mandasse comissão, com segredo, para o pároco de Penedo tomar os depoimentos das testemunhas na forma devida.⁸² De posse dos novos testemunhos o vigário geral fez autos conclusos, ordenando ao escrivão fazer traslados dos autos e remetê-los para o Santo Ofício. Neste caso, diferente dos outros, também está presente o termo de publicação da sentença dada no auditório episcopal de Olinda, onde consta que em pública audiência, “no palácio de sua Excelência Reverendíssima”, o vigário geral publicou sua sentença a revelia da parte e de seu procurador.⁸³

O encaminhamento da denuncia feita pelo vigário da vara Manuel A. Pereira para o auditório eclesiástico de Olinda não só confirma a subordinação das vigararias da vara em relação ao auditório episcopal, fato já conhecido pela historiografia, como demonstra que não havia a necessidade de uma denúncia ou processo passar por todas as instâncias diocesanas.⁸⁴ A instância diretamente superior aos vigários da vara seria a vigararia geral forânea da comarca, mas não era obrigatório, ao menos nos casos de suspeita de heresia, que o vigário da vara remetesse o caso ao vigário geral forâneo, ele poderia enviar tudo diretamente ao vigário geral de Olinda.

Houve ainda situações nas quais vigários da vara ou vigários gerais forâneos enviaram as denúncias diretamente para o Santo Ofício, sem os autos conclusos do vigário geral de Olinda. No ano de 1794, quando ainda era vigário geral o Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral, o vigário geral forâneo da comarca da Manga e Minas do Paracatu, Carlos Dias de Carvalho Paracatuense, enviou uma denúncia ao Santo Ofício contra o cabo de esquadra João Bernardes, acusado de luteranismo e proposições heréticas.⁸⁵ Esta “denúncia” ou “autos de denuncia” era composta pelo nome denunciante, nome do denunciado, local e juízo responsável, mas não foi possível identificar o crime. Incluía uma carta do denunciante ao vigário geral forâneo, os

⁸¹ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 03025 folha 13 frente.

⁸² Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 03025 folha 15 frente.

⁸³ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 03025 Folha 23 frente e 23 verso.

⁸⁴ Entre as obras que mostram a subordinação de vigários da vara ao vigário geral se pode citar (PIRES: 2008), (RODRIGUES: 2014) e (GOUVEIA: 2017).

⁸⁵ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 16763.

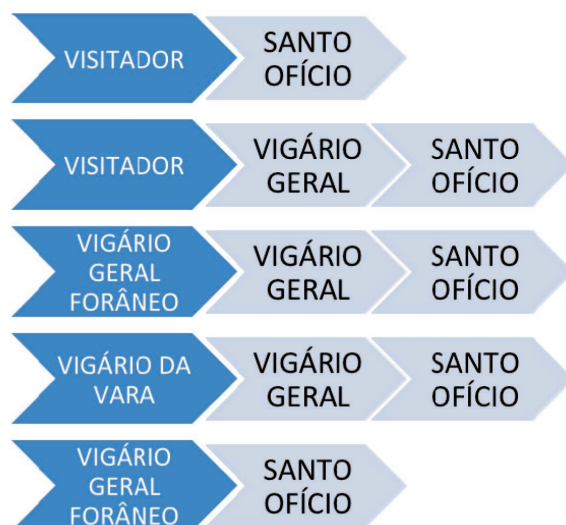
depoimentos das testemunhas, um termo de conclusão e um termo de sentença no qual o vigário geral forâneo decide “remeter os autos de denúncia” ao comissário do Santo Ofício Nicolau Gomes Xavier, localizado no bispado de Mariana, devido ao réu se ter ausentado para Vila Boa de Goiazes, fora da jurisdição de Pernambuco. A denúncia chegaria ao Santo Ofício, onde foi tratada como “sumário” enviado pelo vigário geral forâneo.⁸⁶

O vigário geral forâneo Carlos Dias de Carvalho Paracatuense não enviou a denúncia para a instância superior episcopal, que seria o auditório eclesiástico de Olinda. Ao proceder assim atendia às necessidades locais. Na época da denúncia o acusado já tinha deixado a área de atuação do padre Dias de Carvalho e partido para a diocese de Mariana, além disso, a comarca da Manga e Minas do Paracatu ficava a uma enorme distância da Sé de Olinda.⁸⁷

Mas então qual seria a rota de uma denúncia de Pernambuco até Lisboa? Qual o tipo documento era enviado de Olinda para a Inquisição? Primeiramente no que concerne à rota das denúncias, tomando como exemplo aquelas remetidas durante o logo período de atuação do Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral e aqui apresentadas é possível traçar o seguinte FLUXOGRAMA I.

Fluxograma I

Percurso das denúncias da Justiça Eclesiástica de Olinda até o Santo Ofício de Lisboa



⁸⁶ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 16763.

⁸⁷ Atualmente a distância entre Paracatu e Olinda é de 2.221 km por estrada.

Com base no fluxograma apresentado é possível concluir que existia autonomia dos oficiais da justiça eclesiástica para colaborarem diretamente com o Santo Ofício de Lisboa na diocese de Olinda, como em outras do Brasil e de Portugal.⁸⁸ Algo, aliás, esperado, já que nenhuma das instâncias da justiça diocesana tinha jurisdição sobre casos de heresia e deveriam repassá-los à Inquisição. Porém, o mais costumeiro era que as instâncias inferiores (vigário da vara, vigário geral forâneo ou visitador) enviassem os casos suspeitos de heresia para serem julgados no auditório episcopal de Olinda pelo vigário geral. Este analisava as denúncias e sendo o caso pertencente ao foro inquisitorial fazia autos conclusos para remetê-los à Inquisição de Lisboa.

Já no que toca à documentação enviada pelos juízes eclesiásticos de Olinda para a Inquisição de Lisboa os casos acima analisados e que se passaram durante a carreira de um mesmo vigário geral apontam para um padrão. A nomenclatura usada varia entre “autos de denúncia”/“sumários crimes”, mas analisando a estrutura dos documentos verifica-se que eles são quase idênticos, constando de um termo de abertura com data, local, juízo responsável, réu, escrivão e acusação. Após isso segue um conjunto de documentos que servem para sustentar a acusação, sendo utilizados testemunhos, termo de perguntas ao réu, cartas e traslados de livros, variando de acordo com o caso, e finalizam com um termo de conclusão assinado pelo juiz responsável, onde consta a decisão de remeter o processo para o Santo Ofício de Lisboa. O que nos leva a considerar que em todos os casos aqui analisados, apesar das variações da nomenclatura, tratava-se de um documento similar, normalmente chamado sumário crime ou auto de denúncia, e este seria o mais comum nas colaborações entre a justiça eclesiástica de Olinda e a Inquisição de Lisboa.

Finalmente, o último registo de colaboração do Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral com a Inquisição data de 8 de abril de 1794. Nessa época ele deveria estar já com seus 71 anos e pela letra dos despachos se percebe o desgaste da idade no velho clérigo.⁸⁹ Sua longa e bem sucedida carreira fê-lo assumir diversos ofícios e benefícios eclesiásticos: foi vigário geral, juiz dos casamentos e resíduos, juiz das justificações de gênero, visitador,

⁸⁸ Entre as obras historiográficas que já analisaram o processo de colaboração da justiça eclesiástica para com a Inquisição e apontam conclusões nesse sentido se pode citar: (PAIVA, 2011), (MUNIZ, 2017), (GOUVEIA, 2015), (FEITLER, 2007).

⁸⁹ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 9730.

promotor, governador do bispado, meio cônego, cônego, tesoureiro mor e vigário da paróquia do Cabo. Durante o período de 32 anos em que atuou em Pernambuco deixou vários registos que permitiram reconstruir parte do funcionamento da justiça eclesiástica em Olinda e da carreira de um dos seus oficiais.

Não é conhecida a data de falecimento do Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral, mas muito antes de falecer legitimou um casal de filhos que teve com uma mulher “branca, solteira e filha de pais nobres”.⁹⁰ Tal como os incidentes da sua primeira visitação, esses filhos também não atrapalharam a sua robusta carreira eclesiástica no Brasil colonial, nem sequer a constante colaboração do padre com o poderoso e ameaçador tribunal da Inquisição.

Monografias

Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, 2007.

COSTA, Mário Júlio de Almeida (1997) – O saber: dos aspectos aos resultados. In: *História da Universidade em Portugal*. Volume I, Tomo II (1537-1771). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra.

FEITLER, Bruno (2007) – *Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750*. São Paulo: Alameda.

FONSECA, Fernando Taveira da (1995) – *A universidade de Coimbra (1700-1771)*. (Estudo social e econômico). Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra.

— (1997) – O saber universitário e os universitários do Ultramar. In: *História da Universidade em Portugal*. Volume I, Tomo II (1537-1771). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra.

GOUVEIA, Jaime Ricardo (2010) – “A configuração organizacional dos Auditórios Eclesiásticos: perfis, competências e funções dos oficiais da justiça. O caso de Coimbra”, texto apresentado ao XXX encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, disponível em <https://pt.scribd.com/document/200645152/GOUVEIA-Jaime-Inquisicao>. p. 13. pdf (consultado em 07/11/2017).

— (2012) – *A quarta porta do inferno: a vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Tese – Departamento de História das Civilizações do Instituto Universitário Europeu. Florença. / Versão publicada: GOUVEIA, Jaime Ricardo Gouveia. *A quarta porta do inferno: a vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

— (2015) – A Inquisição na apuração do crédito e depuração do descrédito: autóctones, caboclos e reinóis em microscopia no espaço luso-americano (1640-1750). *Revista Ultramares*. 7, 1 (2015), p.91-121.

⁹⁰ MENDONÇA: 2013, 127.

- LUNA, Padre Lino do Monte Carmelo (1976) – *Memória histórica e biográfica do clero pernambucano*. 2. ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura.
- MENDONÇA, P. G. (2011) – *Parochos imperfeitos: Justiça Eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial*. 2011. Tese – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- MORAIS, Francisco (1949) – *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*. Brasília Suplemento ao Vomule IV. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros.
- MUNIZ, P. G. Mendonça (2017) – *Réus de batina: justiça eclesiástica e clero secular no bispado do Maranhão colonial*. São Paulo: Alameda.
- NETO, Francisco Firmino Sales (2004) – “Pelos ásperos caminhos do deserto”: um estudo das Visitas Episcopais à Capitania do Rio Grande do Norte. *Mneme*, v. 5, n.12, p. 1-24, Out.-Nov.
- NEVES, G. P. C. P. das (2011) – Perguntas a um livro: as Constituições Primeiras de Monsenhor Monteiro da Vide e suas Edições. In: FEITLER, B.; SOUZA, E. S. (Orgs.). *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp.
- PAIVA, José Pedro (1993) – “Uma instrução aos visitadores do bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Faculdade de Letras. Coimbra.
- (2011) – *Baluartes da fé e da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536 – 1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- (1989) – *Inquisição e visitas pastorais: dois mecanismos complementares de controle social?*. Sep. de “Rev. de História das Ideias”, 11. p. 85-102. Coimbra: Fac. de Letras.
- (2016) – As estruturas do governo diocesano. In: PAIVA, José Pedro Coord. Científica. *História da Diocese de Viseu*. Coimbra: Ed. Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra. 3.º vol. Vol. II.
- PIRES, Maria do Carmo (2008) – *Juízes e infratores: o Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig.
- PROSPERI, Adriano (2008) – *El Concilio de Trento: una introduccion histórica*. Valladolid: Consejería de Cultura y Turismo.
- Regimento, do auditorio ecclesiastico do arcebispado da Bahia, metropoli do Brasil, Da sua Relação, e Officiaes da Justiça Ecclesiastica, e mais cousas que tocão ao bom Governo do dito Arcebispado, ordenado pelo illustrissimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5.º Arcebispo da Bahia, e do conselho de sua majestade*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.
- RODRIGUES, Aldair Carlos (2014) – *Igreja e Inquisição no Brasil: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social (Século XVIII)*. São Paulo: Alameda Editorial.
- SANTOS, G. A. M. dos (2013) – *Transgressão e Cotidiano: a vida dos clérigos do hábito de São Pedro nas freguesias do açúcar em Pernambuco na segunda metade do século XVIII (1750 – 1800)*. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional. Recife.

- SANTOS, Patrícia Ferreira dos (2015) – *Excomunhão e Economia da Salvação: Queixas, querelas e denúncias no tribunal eclesiástico de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Alameda.
- SOUZA, George Felix Cabral de (2007) – *Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710 – 1822)*. 2007. 698 páginas. Tese – Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Hisórica. Salamanca.
- WADSWORTH, James E. (2007) – *Agents of Orthodoxy: honor, status, and the Inquisition in colonial Pernambuco, Brazil*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- (2013) – *In Defence of the Faith: Joaquim Marques de Araújo, a Comissario in the Age of Inquisitional Decline*. Quebec: McGill-Queen's University Press.

Quando Portugal acreditou no progresso: a ferrovia nacional na década de 1880

When Portugal believed in progress: Portuguese railways in the 1880s

HUGO SILVEIRA PEREIRA

Universidade Nova de Lisboa

Investigador de pós-doutoramento

Financiado por Fundos Nacionais Ref.^a SFRH/BPD/95212/2013

Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia

University of York

Institute of Railway Studies

hugo jose.pereira@gmail.com

Artigo enviado em: 31 de dezembro de 2017

Artigo aprovado em: 2 de maio 2018

RESUMO

Depois de três décadas de hesitações, avanços e recuos da política ferroviária do Fontismo, Portugal enveredou decididamente na construção de caminhos de ferro na década de 1880. Neste período, a rede nacional conheceu o maior crescimento da sua história (passada e futura) e expandiu-se inclusivamente até às colónias. Neste artigo, iremos analisar este processo histórico recorrendo aos conceitos de determinismo, sublime e nacionalismo tecnológico.

PALAVRAS-CHAVE: Caminho de ferro; Fontismo; História da Tecnologia.

ABSTRACT

After three decades with different hesitations, ups, and downs, the Portuguese strategy for railway building took decisive steps in the 1880s. In

this decade, the network witnessed the largest growth in its history (past and future) and it extended to the overseas colonies. In this paper, we will analyse this historical process, using the concepts of technological determinism, technological sublime, and technological nationalism.

KEYWORDS: Railways; Fontism; History of Technology.

1. Introdução

Desde o início do presente século que a historiografia portuguesa tem dado passos substanciais na análise e divulgação da história do caminho de ferro em Portugal, seguindo os trabalhos seminais de Lopes Vieira, Fernanda Alegria ou Magda Pinheiro sobre a ferrovia metropolitana e de António José Telo, Emanuel Esteves ou Luísa Teixeira sobre as linhas ultramarinas (publicados nas décadas de 1980 e 1990)¹. Recentemente, a comunidade nacional de historiadores da tecnologia virou também a sua atenção para a aplicação do programa ferroviário do Fontismo nas antigas colónias portuguesas de África e Índia².

A segunda metade do século XIX, que corresponde ao período de construção das principais linhas da rede (tanto na metrópole como no ultramar), encontra-se particularmente mais bem estudada que o século XX, ainda que muito permaneça por examinar e o conhecimento já construído possa ser revisto de outras perspetivas.

Neste artigo, é precisamente nosso objetivo construir sobre os alicerces de alguma daquela produção historiográfica (usufruindo também de outros estudos sobre a política e os agentes do Fontismo) e analisar um período em concreto de Oitocentos, a década de 1880, recorrendo aos conceitos de determinismo tecnológico, sublime tecnológico e nacionalismo tecnológico.

O determinismo tecnológico remete para a fé inabalável na tecnologia e no *technical fix*, surgida com o Iluminismo de finais do século XVIII e com o Saint-Simonianismo de inícios do século XIX. Foi promovido pela Revolução Industrial como uma força incontornável e mais decisiva que qualquer outra

¹ Para um recente estado da arte, ver PEREIRA, 2015b.

² MARÇAL, 2016. PEREIRA, 2015a.

para o progresso das sociedades humanas e para a resolução dos seus problemas políticos, sociais e económicos³.

Ligado a este conceito, encontramos o sublime tecnológico, o prazer retirado de observar uma máquina em funcionamento, como símbolo máximo do triunfo tecnológico do Homem⁴.

O corolário destas noções é o nacionalismo tecnológico, que pode ser definido como a capacidade inerente ou imposta à tecnologia para criar e legitimar política e diplomaticamente as diferentes nações. Neste âmbito, o caminho de ferro assume um especial protagonismo, por promover a construção de nações através da melhoria das comunicações internas⁵. Além disto, arguimos que o nacionalismo tecnológico pode servir de motivador para o próprio progresso técnico⁶, considerando que no século XIX a tecnologia era a medida do valor civilizacional de cada nação⁷. Simultaneamente, teremos em conta que a tecnologia pode alimentar o nacionalismo se for implementada e gerida por nacionais⁸.

Neste estudo, argumentamos que a década de 1880 resultou do determinismo tecnológico professado pelos tecnocratas do Fontismo, uma vez que assistiu não só ao maior crescimento da rede ferroviária em Portugal, mas também ao início da construção e exploração de linhas-férreas nas colónias. Tecnologia e progresso não se esgotavam nos caminhos de ferro, no entanto, neste artigo usámo-los como objeto de análise, tendo em conta que ao longo de Oitocentos, se assumiram como símbolo mais espetacular da época⁹ e “most common vehicle of the technological sublime”¹⁰. Consequentemente, alegamos que a década de 1880 contribuiu para a formação da ideia de progresso e para o desenvolvimento do nacionalismo tecnológico, tanto no sentido de criar uma nação através da melhoria das comunicações, como no de legitimar politicamente a nação portuguesa e sobretudo a sua presença no ultramar.

³ ROSS, 1980. PRETEL O’SULLIVAN, 2007: 59 e 68. SMITH, 1994: 2 e 11. WILLIAMS, 1993: 382-387.

⁴ KASSON, 1976: 162-180.

⁵ CHARLAND, 1986: 196-197.

⁶ AMIR, 2007: 283-284.

⁷ ADAS, 1989: 134.

⁸ CHARLAND, 1986: 210-214. PRETEL O’SULLIVAN, 2007: 78.

⁹ HOBBSAWM, 1979: 63.

¹⁰ KASSON, 1976: 172.

2. A sedução pelo sublime do caminho de ferro em Portugal

Desde a década de 1840, mas sobretudo durante a Regeneração, que a ciência e a tecnologia passaram a ser encaradas como elementos fulcrais para o progresso da nação¹¹. Lobo d'Ávila, um dos principais agentes do Fontismo, não tinha dúvidas em afirmar em 1850 que sem ciência e tecnologia Portugal podia ser riscado da lista de nações independentes¹². A maioria dos vários governos que se sucederam após o golpe do 1 de maio de 1851 confiou na *expertise* dos técnicos nacionais que, desde a década de 1820, frequentavam instituições de ensino estrangeiro, designadamente a Escola de Pontes e Calçadas de Paris¹³. Até final do século, novas *viagens de aprendizagem*¹⁴ foram empreendidas por outros engenheiros portugueses que deste modo transferiram para Portugal as mais recentes perícias de Engenharia¹⁵, incluindo *technoeconomics* (cálculo dos custos das diversas opções técnicas, essencial para a tomada de decisão política¹⁶).

Além deste *know-how*, estes homens trouxeram também conhecimentos de Economia e Aritmética Social, indispensáveis para a planificação de projetos de obras públicas e de nações, e sobretudo introduziram em Portugal o ideal saint-simoniano de progresso. O Saint-simonianismo era uma ideologia criada em finais do século XVIII pelo aristocrata francês Saint-Simon, que defendia a construção de grandes obras públicas e vastas redes de comunicação por uma elite tecnocrata ao serviço do Estado, tendo em vista o fomento da circulação e da riqueza. Na década de 1830, o engenheiro Michel Chevalier, um dos seguidores de Saint-Simon, tornou as grandes redes de transporte, particularmente as redes ferroviárias, um fim em si próprio, consubstanciações do progresso e criadores de civilizações de circulação¹⁷.

Em Portugal, os restantes agentes do Fontismo adotaram este ideário. Já em 1837, Alexandre Herculano asseverava que “a Europa, cortada em todas as direcções por semelhantes vias de comunicação [caminhos de ferro],

11 SARAIVA, 2007.

12 PEREIRA, 2016c: 300.

13 MATOS, 2009: 180-184.

14 SIMÕES et al., 2003.

15 MATOS & DIOGO, 2009.

16 WRIGHT, 1983.

17 LAAK, 2010: 27; MACEDO, 2007: 117-119; VLEUTEN, 2006: 289-290; VLEUTEN et al., 2007: 322.

constituirá um só país, e os seus habitantes um único povo”,¹⁸ ainda que o mesmo autor reconhecesse que o melhoramento moral e social dos povos não passasse pela máquina a vapor¹⁹. Em 1849, Fontes, ainda antes de assumir funções governativas, anunciava também a “cruzada civilisadora”, baseada no “predomínio da intelligencia sôbre a fôrça” e executada pelos “barcos a vapôr, os caminhos de ferro, e os telegraphos electricos, [...] tres grandes padrões, que uma mesma geração levantou para si, e com que honrou para sempre o seculo a que pertenceu”²⁰.

A ferrovia foi encarada como um símbolo de progresso, instrumento para unificar um país dividido pelas distâncias e por diversos obstáculos geográficos, ferramenta para aproximar o país desde a periferia europeia até ao seu centro (“esse estrangeiro cada vez mais estrangeiro”, nas palavras de Joel Serrão)²¹ e, no contexto colonial, marca da soberania nacional²².

À exceção de um curto período entre 1868 e 1872, durante o qual a política fontista foi suspensa pelo chamado Partido Reformista²³, os sucessivos governos e parlamentos entre 1850 e 1880 apostaram decididamente na construção ferroviária, quer diretamente usando os recursos do Estado, quer através de subsídios à exploração privada.

Neste período, qualquer hesitação no investimento na ferrovia era criticada e comparada pejorativamente com outros países periféricos²⁴. Na década de 1850, Lopes de Mendonça advertia que “Espanha cresce, aumenta, civiliza-se: se não seguirmos o seu exemplo, morreremos de inanição”²⁵. No decénio seguinte, o deputado Ponte e Horta lembrava que “até as mumias do Egypto, esse typo de immobildade historica, já andam em caminhos de ferro”²⁶. E, em finais da década de 1870, os engenheiros portugueses evocavam o exemplo d’

“a Roumania, que é um paiz há pouco saido da barbarie, [e] tem 1:400 kilometros de caminhos de ferro, emquanto que [sic] nós

18 *Apud* JUSTINO, 2016: 41.

19 SERRÃO, 1962: 272.

20 MELO, 1849: 5-6.

21 PEREIRA, 2012: 279-447. SERRÃO, 1962: 271 e 273.

22 MARÇAL, 2016: 460.

23 PEREIRA, 2016b: 258-264.

24 PEREIRA, 2012: 51-52 e 113.

25 *Apud* MÓNICA, 1996: 59.

26 *Diário da Camara dos Deputados (DCD)*, sessão de 17.3.1860, p. 182.

apenas temos 966 kilometros, com uma população muito mais densa e civilização de muitos seculos”²⁷.

O afastamento da periferia em relação ao centro e a comparação com outras regiões (ultra-)periféricas (o antiquado Egito ou a desconhecida Roménia) era visto como algo de afrontoso, o que fortalecia o desejo de aproximação ao centro em termos técnicos e económicos e, consequentemente, em termos simbólicos e culturais²⁸.

Quando, em março de 1877, o governo de Ávila se apresentou ao parlamento com cortes na despesa como principal medida²⁹, as críticas não tardaram, pois “o programma dos srs. ministros a respeito de melhoramentos publicos é quasi negativo”³⁰. O mesmo se verificou em junho de 1879, quando Braamcamp formou um governo que tinha o equilíbrio orçamental como primeiro objetivo³¹. A oposição rapidamente criticou as “ridículas economias” e fez pressão para que “os srs. ministros se convençam da necessidade absoluta de continuarem os melhoramentos públicos”³².

Assim, entre 1850 e 1880, diversos estudos de terreno foram realizados, vários contratos foram assinados e diferentes leis foram aprovadas para assentar linhas-férreas de Lisboa a Sintra, Cascais, Coimbra, Porto e Elvas; Barreiro a Vendas Novas, Évora, Beja, Faro e Paymogo (Espanha); Coimbra a Almeida/Vilar Formoso; e Porto a Braga, Valença e Régua³³.

Alguns destes acordos não foram cumpridos ou por falta de acordo com Espanha³⁴ ou por incapacidade dos empreendedores contratados pelo Estado, que, apesar disso, saíram de Portugal com chorudas indemnizações³⁵. Mesmo as linhas que foram efetivamente construídas não realizaram as expectativas criadas (em termos de tráfego, rendimento e progresso em geral). Nada disto desmotivou a classe engenheira ou a elite tecnocrata da Regeneração, que mantiveram a sua fé na ferrovia; a solução passou por construir mais caminhos

27 *Revista de Obras Publicas e Minas (ROPM)*, 9, 104, pp. 352-353.

28 SHILS, 1997: 9-13; SWARTZ: 1997, 73.

29 PEREIRA, 2012: 127.

30 *DCD*, sessão de 17.3.1877, p. 675.

31 PEREIRA, 2012: 131.

32 *DCD*, sessão de 2.6.1879, p. 1952.

33 ALEGRIA, 1990: 239-273.

34 PEREIRA, 2017c.

35 VIEIRA, 1983: 181-226.

de ferro que apoiassem os já existentes³⁶, o que não surpreende, considerando que, por norma, os grupos profissionais ligados à aplicação tecnológica arreigam-se mais vincadamente às suas promessas³⁷.

Todos continuaram a acreditar que com o caminho de ferro Lisboa tornar-se-ia o principal entreposto no comércio entre o Velho e o Novo Mundo. O já citado Lobo d'Ávila não tinha dúvidas: com uma via-férrea até Espanha, a capital “volveria aos seus antigos tempos; ella seria o emporio d'um vasto commercio”³⁸. Pela mesma altura, no parlamento, falava-se do “caminho de ferro que nos ligue com o resto da Europa, [...] restituindo a Lisboa o empório central dos dois mundos, entre os quaes está situada”³⁹. Mas embora as linhas transnacionais fossem o principal objetivo da política ferroviária da época⁴⁰, às demais ligações previa-se igualmente um papel determinante para o futuro do país. O deputado Rebelo da Silva profetizava: “circule a producção, chegue por estas veias e artérias menos onerada dois terços do que hoje chega, e vereis se em seis ou oito annos somos o mesmo povo”⁴¹. Na outra câmara do parlamento, José Maria Grande lembrava como

“um bom systema de viação é, como se sabe, a primeira das nossas necessidades economicas, é uma condição do progresso, que ha-de vir a mudar a face do paiz, que ha-de desenvolver todos os seus recursos naturaes, e concorrer portanto para o augmento da nossa riqueza, e para o melhoramento das nossas finanças”⁴².

Em finais da década de 1870, engenheiros e políticos nacionais reconfirmavam a profissão de fé na ferrovia, cuja

“influencia benefica manifesta-se sobre todos os ramos da actividade humana. Agricultura, exploração de minas, industrias, artes, sciencia, politica, usos e costumes, nada escapa á sua acção”⁴³ – dizia o deputado Guimarães Pedrosa.

³⁶ PEREIRA, 2012: 287-288. PEREIRA, 2016b: 265-266.

³⁷ NOBLE, 1997: 198. PRETEL O'SULLIVAN, 2009: 59. STAHL, 1999: 25.

³⁸ *O Atheneu*, 49, 8.12.1850, pp. 385-387.

³⁹ *DCD*, sessão de 15.12.1851, p. 4.

⁴⁰ PEREIRA, 2017c.

⁴¹ *DCD*, sessão de 24.3.1851, p. 270.

⁴² *Diario do Governo (DG)*, sessão da câmara dos Pares de 13.4.1855, p. 473.

⁴³ *DCD*, sessão de 23.3.1880, p. 1093.

Já o engenheiro João Crisóstomo asseverava que “a civilização, riqueza e progresso, e a força e desenvolvimento das faculdades productivas de qualquer paiz, dependem essencialmente d’este maravilhoso systema de transporte”⁴⁴. De igual modo, quando, pela mesma altura, se pensou em levar esta tecnologia até África, tinha-se como certo que o caminho de ferro era “o instrumento mais eficaz e pronto de governo, de defesa, de força militar e administrativa [...] e de desenvolvimento rápido da civilização e prosperidade”⁴⁵ dos domínios ultramarinos. No ultramar, as

“pequenas aglomerações de homens, inteiramente isoladas e separadas [...] por [...] quilómetros de territorio invio e por desbravar, não têm entre si a coesão e comunidade de interesses que so pode resultar da facilidade, frequência e multiplicidade de relações [...], porquanto a coesão social tem certo grau de semelhança com a coesão da matéria nos corpos phisicos, nos quais as forças moleculares cessam de exercer a sua acção quando se ultrapassam certos limites de distância entre as moléculas”⁴⁶.

Estes discursos evidenciam bem o nacionalismo tecnológico português, que embora fizesse parte de uma estratégica retórica para ganhar poder político⁴⁷, legitimavam igualmente todo e qualquer empreendimento técnico que alegadamente defendesse o interesse nacional e coletivo, assim como as elites que o implementavam⁴⁸.

Por outro lado, evidenciam igualmente como as elites tecnocratas nacionais desenvolveram um determinismo tecnológico, uma crença em que a aposta na tecnologia conduziria fatalisticamente ao progresso da nação. É certo que se registaram vozes contrárias ao investimento, contudo, estas eram sobretudo um truque retórico usado pelos parlamentares quando na oposição, mas esquecido quando transitavam para as cadeiras do governo⁴⁹.

⁴⁴ *DG*, 1878, 210, p. 2660.

⁴⁵ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Caminho de ferro de Ambaca, mc. 461 1F, parecer da Junta Consultiva de Obras Públicas de 21.12.1881.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ CHARLAND, 1986: 213.

⁴⁸ AMIR, 2007: 284.

⁴⁹ PEREIRA, 2012: 290.

3. A inevitabilidade da década de 1880

Em História, aprendemos que nenhum processo é *inevitável*, mas sim que resulta de escolhas livres, ainda que condicionadas por diferentes fatores. Em História da Tecnologia, a tentação do determinismo tecnológico é particularmente forte, considerando o poder da agência tecnológica. Como confessa Merritt Roe Smith,

“who among us would deny that it is easy to be drawn into technology-driven explanations of cultural and historical processes? [...] As moths to a flame, we find ourselves continually attracted to its alluring but dangerous glow”⁵⁰.

Para contornar esta tentação, este autor e Leo Marx sugerem uma simples distinção entre *hard technological determinism*, que faz da tecnologia a única causa da evolução histórica, e *soft technological determinism*, no qual a tecnologia tem que ser interpretada juntamente com o contexto em que foi implementada e os agentes que a realizaram⁵¹.

O caso em análise não constitui exceção. O crescimento da rede ferroviária nacional na metrópole e ultramar não se explica apenas pela tecnologia, ficando a dever-se de igual modo a outros fatores não-tecnológicos.

A própria fé determinística das elites tecnocratas nacionais na ferrovia desempenhou um papel fulcral naquela expansão. Como refere Robert Merton, “public definitions of a situation (prophecies or predictions) become an integral part of the situation and thus affect subsequent development”⁵². A crença generalizada na ferrovia, o nacionalismo tecnológico como motivador da aposta em grandes obras públicas, gerou um consenso alargado sobre o investimento no sector, que favoreceu o crescimento da rede na década de 1880. No ultramar, a pressão diplomática internacional para ocupar efetivamente e *civilizar* os territórios coloniais, sobretudo após a conferência de Berlim e a perda da margem direita do rio Congo para o Estado Livre, precipitou a decisão de levar o caminho de ferro àquelas paragens⁵³. Em Portugal, vinha-se desenvolvendo também uma corrente africanista (consubstanciada na formação da Sociedade de Geografia de

50 SMITH, 1994: 35.

51 MARX & SMITH, 1994: XII-XIII.

52 MERTON, 1948: 195.

53 MARÇAL, 2016: 69.

Lisboa⁵⁴), que via os domínios ultramarinos como cornucópias de recursos para a metrópole e provas das glórias passadas da nação portuguesa (mitos do Eldorado e da herança sagrada, segundo Valentim Alexandre)⁵⁵. Para responder a ambos os mitos, as vias-férreas eram a solução mais azada.

Mas nem só deste entusiasmo se fizeram caminhos de ferro. A sua construção exigia avultados montantes de capital, que, de facto, se encontravam disponíveis, sobretudo nos mercados financeiros internacionais. A partir de 1870, um sistema financeiro em expansão disponibilizou capital em grande escala para o investimento em infraestruturas e exploração de recursos⁵⁶. Estes capitais dirigiam-se preferencialmente para países periféricos que ofereciam maiores taxas de retorno (Portugal recorreu para os seus investimentos ferroviários aos dois principais mercados da época: Londres e Paris, o primeiro para as vias ultramarinas, o segundo para as vias nacionais⁵⁷). A dívida pública era, por princípio, mais segura, mas mesmo o investimento em companhias ferroviárias privadas estava quase isenta de risco; na eventualidade de o retorno financeiro ficar aquém do desejado, a diplomacia internacional forçava os governos a conceder novos subsídios às companhias ferroviárias, sob pena de verem fechados os mercados que financiavam a dívida pública⁵⁸. A garantia de um “private investment at public risk”⁵⁹ acabou assim por também incentivar a chegada de capital e a consequente aceleração da construção.

A reunião destas condições levou pois a uma animada década de 1880, durante a qual se registou o maior crescimento de sempre da rede (tabela 1). Foram quase 900 km, que ultrapassam o milhar, se incluirmos os troços inaugurados no ultramar.

54 GUIMARÃES, 1984.

55 ALEXANDRE & DIAS, 1998: 39-48.

56 FISHLOW, 1985: 383-384.

57 LOPES & SIMÕES, 2017: 7-8. MARÇAL, 2016. MATA, 2008: 179. VIEIRA, 1983.

58 PEREIRA, 2016b: 263-264.

59 SARKAR, 1985: 37.

Tabela 1
Crescimento da rede férrea nacional por década (em km)⁶⁰

Década de 1850*	68	Década de 1930	202
Década de 1860	646	Década de 1940	7
Década de 1870	385	Década de 1950	8
Década de 1880	897	Década de 1960	-5
Década de 1890	350	Década de 1970	-4
Década de 1900	552	Década de 1980	-372
Década de 1910	322	Década de 1990**	-145
Década de 1920	160	Total da rede	3071

* De 1856 a 1859.

** Até 1996.

Este crescimento permitiu que a ferrovia chegasse a todas as províncias do Reino (Beira Alta em 1882; Algarve e Beira Baixa em 1889) e às capitais de distrito Viseu (pelo ramal com o mesmo nome, inaugurado em 1890), Guarda (pela linha da Beira Alta, 1882), Castelo Branco (estação da linha da Beira Baixa aberta em 1889), Leiria (linha do Oeste, 1887) e Faro (linha do Algarve, 1889). Somente as capitais de distrito transmontanas (Bragança e Vila Real) ficaram de fora da rede férrea, tendo que aguardar até 1906 para ouvirem o silvo da locomotiva⁶¹.

De todas aquelas artérias, o destaque vai claramente para a linha da Beira Alta que ligava a linha do Norte (entre Lisboa e Porto) à fronteira em Vilar Formoso. Esta via-férrea, alvitrada desde finais da década de 1850, era encarada como a verdadeira linha transnacional que deveria colocar o porto de Lisboa em comunicação com a rede castelhana e europeia pela via mais curta. Quando foi finalmente inaugurada em 1882, Portugal já contava com dois caminhos de ferro transnacionais, contudo, nenhum deles parecia atrair a Lisboa o tráfego internacional. A nova ferrovia devia alcançar esse objetivo. Aliás, até um jornalista franco-polaco que acompanhou o evento, concordava no quanto “cette nouvelle ligne devait intéresser les Portugais, en faisant naître en eux la légitime espérance qu’elle contribuera sans retard à développer les richesses du pays”, uma vez que “Lisbonne est admirablement

⁶⁰ VALÉRIO, 2001: 372-376.

⁶¹ ALEGRIA, 1990: 274-304.

située pour être le débouché naturel de tous les produits espagnols”⁶². Não é pois de espantar que a sua inauguração tenha sido festejada com muita pompa e circunstância, na presença do rei D. Luís e da família real, que percorreram a região atravessada pela linha durante cerca de uma semana⁶³.

Além da Beira Alta, a década de 1880 testemunhou a chegada do comboio ao nordeste transmontano, uma das zonas mais periféricas do reino, separada do resto do país pela sua acidentada geografia – “uma cortina de montanhas [que] fecha o horizonte de todos os lados”⁶⁴, segundo Ramalho Ortigão – e que transformou a própria construção das vias-férreas em epopeias épicas e demonstrativas da capacidade do Homem em domar a Natureza.

Em 1880, a linha do Douro chegava ao Pinhão, no coração do Alto Douro vinhateiro, sete anos depois do início da construção. Nos anos seguintes até 1887, o leito avançaria a uma lenta média de 10 km/ano, até chegar a Barca de Alva, na fronteira. O trabalho de assentamento foi dos mais difíceis de toda a rede nacional e dos “que mais honra a perícia e competência da engenharia portuguesa”⁶⁵. No Douro, não havia estradas de apoio à construção; os materiais não abundavam e tinham que ser importados desde o Porto e transportados pelo rio; a mão-de-obra era escassa, sem formação e, apesar disto, cara; sem maquinismos o leito da via era aberto à força de braços, animais e explosivos. Duas pontes (sobre o Tua e o Águeda) e diversos túneis (numa extensão total superior a 2,5 km) deixaram uma marca indelével na paisagem, que se transmutou em paisagem tecnológica, construída pelo caminho de ferro, pelo engenho humano e pelo progresso⁶⁶.

Sensivelmente ao mesmo tempo (1884-1887), construiu-se na mesma zona um outro caminho de ferro, que seguia desde a linha do Douro, pelo vale do Tua, até Mirandela. O processo de construção foi também odisseico, pelas mesmas dificuldades que anteriormente se tinham encontrado no Douro⁶⁷. Nos jornais da época, podiam ler-se descrições que atestam a inexorabilidade da paisagem e a dureza do trabalho:

“A abertura dos primeiros vinte quilómetros do primeiro troço constituiu uma tarefa de engenharia e de execução difícil e arroja-

62 WOLOWSKI, 1883: 8 e 175.

63 PEREIRA, 2016a: parte I.

64 ORTIGÃO, 1988: 64.

65 *ROPM*, 23, pp. 7-8.

66 MACEDO, 2009: 207-229.

67 MARTINS *et al.*, 2017.

da, tão selvática e aparentemente inaproveitável se apresentava a pedregosa e alcantiladíssima garganta que o rio Tua escavou para alcançar o gigantesco desfiladeiro do Douro [...]. É particularmente impressionante o trecho das chamadas Fragas Más. A construção da linha neste despenhadeiro exigiu vigoroso ânimo aos engenheiros e trabalhadores que aí formigaram por algum tempo, a romper rochedos e esporões, muitas vezes dependurados por cordas e empoleirados em pranchas rapidamente guindadas quando se acendiam os rastilhos⁶⁸.

Além disto, a linha do Tua ostentava ainda outras facetas associadas ao progresso. Em primeiro lugar, era a primeira linha que chegava ao coração de Trás-os-Montes, uma situação que mereceu uma inédita visita do monarca à região no dia da inauguração⁶⁹. Por outro lado, introduziu uma revolução na mobilidade da região em torno de Mirandela, uma vez que, pela primeira vez na história, permitiu aos habitantes da província irem ao Porto e regressar no mesmo dia, quebrando assim uma barreira psicológica milenar⁷⁰. Por fim, a sua abertura dava um sinal de esperança a outras regiões periféricas do país. A via usava uma solução tecnológica (a bitola – distância entre carris – estreita), que prometia reduzir substancialmente os custos do primeiro estabelecimento. Considerando o fraco dinamismo económico das zonas periféricas, não se previam fluxos de tráfego volumosos que justificassem um caminho de ferro convencional, sobretudo em áreas com orografia acidentada. Contudo, se os custos de construção fossem mais baixos, o investimento tornava-se mais provável. Abria-se assim a porta à construção nas zonas periféricas de Trás-os-Montes e Beira Alta. E, de facto, logo em 1888, um ano após a abertura da linha, chegava ao parlamento uma proposta de lei para ramificar a rede, com caminhos de ferro de bitola estreita convergindo desde Vila Real Chaves, Bragança, Mangualde e Vila Franca das Naves até à linha do Douro. A proposta não seria discutida, mas evidenciava o otimismo em relação à possibilidade de expandir a rede à periferia do país⁷¹.

No ultramar, o início das obras e a inauguração de três linhas (em Goa, Angola e Moçambique) estimulou também o nacionalismo tecnológico-

68 *Diário de Notícias*, 27.9.1887, p. 1.

69 CORDEIRO & PEREIRA, 2017.

70 PEREIRA, 2017b: 188.

71 PEREIRA & NAVARRO, 2018: capítulo 2.

-ferroviário, empolado por serem o culminar de um processo de aprendizagem que montava até à década de 1850⁷².

O primeiro empreendimento realizou-se no enclave de Goa, ligando o porto local (Mormugão) à fronteira com a Índia Britânica. A construção iniciou-se em 1881 e a inauguração ocorreu sete anos depois, em 1888⁷³. Além de ser mais uma demonstração da praticabilidade técnica e económica da via estreita, a linha de Mormugão constituía também uma prova da aplicabilidade da aliança com Inglaterra, gizada por Andrade Corvo, para a exploração das colónias (e consubstanciada nos tratados da Índia de 1878 e de Lourenço Marques de 1879). No ultramar, Portugal dominava curtas faixas de terreno no litoral, com bons portos naturais (Mormugão, Lourenço Marques, Beira, Luanda, Benguela, Moçâmedes). Conjugando esforços diplomáticos, técnicos e financeiros com Inglaterra esperava-se obter ligações ferroviárias com o vizinho hinterland colonial, dominado sobretudo pelo velho aliado⁷⁴.

Esta política conheceu outros desenvolvimentos durante a década de 1880, em África. Em 1885, o governo assinava com Alexandre Peres um contrato para a construção e exploração de uma linha desde Luanda até Ambaca, eventualmente extensível até à contracosta. O empresário português angariou capital em Inglaterra e iniciou a construção em 1886, numa cerimónia celebrada na presença das mais altas autoridades de Luanda⁷⁵. Anos antes, em 1879, Portugal acordara com Inglaterra a construção de um caminho de ferro desde Lourenço Marques (atual Maputo) até à província do Transvaal. Embora a empreitada só se realizasse já com o Transvaal como república independente (o contrato foi assinado em 1883 e a construção iniciou-se em 1886), não deixou de ter na sua origem a aplicação prática da política colonial de Andrade Corvo⁷⁶.

De qualquer modo, quer a linha da Índia, quer as ferrovias africanas eram a demonstração da vontade nacional de investir no ultramar, levar até àquelas extraeuropeias e ultraperiféricas paragens o progresso, *civilizar* os seus naturais (pela tecnologia e pelo trabalho) e assim demonstrar que Portugal não ficava atrás das nações mais avançadas e desenvolvidas do norte e centro da Europa.

72 PEREIRA, 2017a.

73 PEREIRA, 2015a: 249-251.

74 ALEXANDRE & DIAS, 1998: 103-106.

75 MARÇAL, 2016: 234-236.

76 MARÇAL, 2016: 280-288.

4. O nacionalismo ferroviário dos anos 1880

Como vimos no início deste artigo, o nacionalismo tecnológico pode assumir uma vertente de criação/legitimação política/diplomática de nações. No caso do caminho de ferro português, essa vertente está bem presente tanto na metrópole como no ultramar.

Em Portugal continental, durante a década de 1880, a ferrovia concorreu para aproximar um país dividido pela distância, pelos obstáculos naturais e com um anterior sistema de transportes arcaico. Até meados do século XIX, viajar em Portugal era demorado, perigoso e, por isso, caro. Ir de Lisboa até Elvas, Porto, Algarve e Trás-os-Montes e regressar podia durar até três, cinco, oito ou 15 dias, respetivamente⁷⁷.

Ainda que as populações de vastas áreas do país continuassem sem gares ferroviárias e/ou sem estradas de acesso ao caminho de ferro (77,5% dos habitantes de Alentejo e Algarve, 80,5% dos de Trás-os-Montes e Beiras e 38,1% dos de Minho, Douro e Estremadura)⁷⁸, o crescimento da ferrovia na década de 1880 permitiu ligar a capital a todas as províncias do Reino. Sem nunca esquecer que apenas uma franja minoritária da população nacional beneficiava do novo melhoramento, viajar em Portugal tornou-se mais rápido, barato e seguro. Especialmente durante a década de 1880, a mobilidade individual conheceu um forte desenvolvimento: o número de passageiros transportados triplicou de 2 para 6 milhões entre 1879 e 1890; de igual modo, o transporte de mercadorias mais que quadruplicou de 544 mil t para 2,3 milhões t entre as mesmas datas. O sistema teria que esperar 20 anos para assistir a nova triplicação do movimento de viajantes e nunca assistiria a nova quadruplicação do movimento de bens⁷⁹.

Em África e na Índia, as novas linhas não tiveram tempo suficiente para operar igual metamorfose, mas sem dúvida que concorreram para demonstrar a vocação de Portugal como nação colonial.

Estes acontecimentos foram devidamente anunciados além-fronteiras, assim legitimando o esforço civilizador nacional e validando a caminhada de Portugal na procissão das nações desenvolvidas.

O início da exploração e a inauguração da linha da Beira Alta foram divulgados naturalmente em França, onde o capital para a construção fora angariado: o *L'Univers* acompanhou a fase final da construção e a

⁷⁷ ALEGRIA, 1990: 31-94.

⁷⁸ SILVEIRA *et al.* 2011: 45.

⁷⁹ VALÉRIO, 2001: 372-376.

inauguração⁸⁰, enquanto o *Le Capitaliste* elogiava Portugal por finalmente “se rattacher par les voies ferrées à tous leys pays européens”⁸¹. Em Espanha, periódicos como a *Gaceta de los Caminos de Hierro*⁸², o *La Epoca*⁸³ ou o *La Discussion*⁸⁴ descreveram também aos seus leitores os passos que desembocaram na abertura daquela via-férrea.

Em Inglaterra, o prestigiado *The Railway Times*, semanário especializado no sector ferroviário, em dois números de Janeiro de 1882, dava conta dos esforços para dar início à construção de um “railway joining Foz-Tun [sic] [...] to Mirandela”⁸⁵. Já a construção e a inauguração “du chemin de fer de Noirandella [sic]” foi anunciada em Paris pelo *Le Figaro*⁸⁶.

Em relação aos caminhos de ferro coloniais, os jornais estrangeiros anunciaram-nos igualmente nas suas páginas. No caso de Ambaca, os periódicos franceses enfatizaram sobretudo o processo de decisão e a adjudicação da linha. Somente o *Le Matin*⁸⁷ e o *Le XIXe Siècle*⁸⁸ referiram muito de passagem a abertura dos trabalhos. Em Espanha, a cobertura foi mais ampla. A *Gaceta* não poupava elogios à obra que “hace girar [...] la sangre hasta ahora paralizada, lleva á través de la provincia la civilización y acción administrativa”⁸⁹. Já a imprensa generalista era bem mais sucinta⁹⁰. A linha de Lourenço Marques foi sobretudo observada pelos jornais ingleses⁹¹, o que não surpreende tendo em conta o valor geoestratégico daquela infraestrutura para os interesses britânicos na região⁹². No caso de Mormugão, a publicitação da nova linha foi feita eminentemente no momento da inauguração organizada conjuntamente pelas autoridades portuguesas e britânicas, que a exaltaram como “a new proof of the ancient friendship of the Portuguese

80 *L'Univers*, 5174, 8.1.1882, p. 4; 5380, 5.8.1882, s/p.

81 *Le Capitaliste*, 5, 38, 20.9.1882, pp. 663-664.

82 *Gaceta de los Caminos de Hierro (GCH)*, 27, 22, 28.5.1882, p. 342; 27, 35, 27.8.1882, p. 551.

83 *La Epoca (LE)*, 34, 10800, 3.8.1882, p. 2.

84 *La Discussion*, 27, 1053, 3.8.1882, p. 2.

85 *The Railway Times (RT)*, 3.1.1882 e 21.1.1882.

86 *Le Figaro*, 33, 3, 243, 31.8.1887, p. 4; 33, 3, 277, 4.10.1887, p. 2.

87 *Le Matin*, 3, 932, 13.9.1886, p. 2.

88 *Le XIXe siècle*, 17, 5352, 15.9.1886, p. 2.

89 *GCH*, 31, 43, 24.10.1886, p. 674.

90 *LE*, 38, 12257, 15.9.1886, p. 3. *El Día*, 2322, 23.10.1886, p. 1.

91 *RT*, 11.9.1886, p. 346.

92 JESSET, 1900.

and English Governments, [which] unites more and more the two countries in their several interests”⁹³.

No caso da publicitação por meios nacionais, a descrição textual era fortemente complementada com a fotografia (ou gravuras reproduzindo fotos originais), sobretudo dos caminhos de ferro metropolitanos (que eram mais frequentemente impressas nos jornais). A fotografia, como “connective tissue between humanity and world”⁹⁴, foi determinante para construir e divulgar um retrato demonstrativo do esforço que Portugal fazia para modernizar a metrópole e *civilizar* as colónias, construir paisagens tecnológicas, publicitar o sublime técnico⁹⁵, tornar visível um “novo território racional, ordenado e produtivo”⁹⁶ e constituir uma “iconography of nationhood”⁹⁷, sobretudo num país como Portugal, onde as taxas de analfabetismo eram particularmente altas⁹⁸.

No seu estudo sobre a linha do Douro, Marta Macedo refere como
“em cada uma das fotografias do Douro torna-se possível ler uma paisagem tecnológica e científica recém-construída, uma tecnologia moderna de representação e o projecto de construção da imagem da nação oitocentista”⁹⁹.

As fotos do Douro foram compiladas num famoso álbum de Emílio Biel, que depois foram reproduzidas nos periódicos da época. O mesmo sucedeu nas linhas da Beira Alta e Tua, cujas imagens foram captadas *in loco* e depois divulgadas nas páginas dos jornais¹⁰⁰.

A fotografia ligava passado e futuro; o passado representado pela paisagem agreste atravessada pelo caminho de ferro; o futuro pela locomotiva ou pelas pontes metálicas. Era uma forma de “moving into the future by reorienting oneself to the past [...], a way to proclaim the emergence of a new sensibility about history and its consequences”¹⁰¹.

⁹³ AHU – Movimento do Porto de Mormugão, cx. 1977 1L, vol. 2, Inauguração do Caminho de Ferro (recorte do *Times of India* de 1.2.1888).

⁹⁴ KELSEY, 2016: 71 e 90.

⁹⁵ NYE, 1999: 76.

⁹⁶ MACEDO, 2009: 291.

⁹⁷ OSBORNE, 1988: 1-10.

⁹⁸ SARAIVA, 2007: 267.

⁹⁹ MACEDO, 2009: 293.

¹⁰⁰ BEIRA, 2014. PEREIRA, 2016a.

¹⁰¹ KELSEY, 2016: 80.

Como vimos anteriormente, o nacionalismo tecnológico e a construção de uma nação tecnológica podia passar pelo protagonismo de nacionais na gestão e implementação da tecnologia. No caso em exame, a construção de um nacionalismo por esta via não foi uma preocupação predominante. Capitais e *know-how* portugueses foram usados na linha até ao Algarve e nos difíceis empreendimentos do Douro e do Tua (os dois primeiros sob supervisão direta do Estado, o terceiro no âmbito de uma adjudicação a uma companhia privada)¹⁰²; mas as importantes linhas da Beira Alta e Lourenço Marques foram entregues a capital e *know-how* francês e britânico, respetivamente. A linha de Ambaca reunia técnicos de diferentes nacionalidades, mas foi financiada por dinheiros ingleses, que no final eram quem controlava a infraestrutura¹⁰³. Igualmente os fornecimentos de material foram faturados sobretudo a empresas estrangeiras, principalmente o material circulante e as estruturas para as pontes (adquiridos em França, Bélgica e Alemanha), simbólicos elementos de progresso e trabalhos civilizadores na apreciação dos contemporâneos¹⁰⁴. Em suma, a existência dos diferentes caminhos de ferro e a sua operação foram bem mais valorizados do que os seus processos construtivos. Por outras palavras, e tal como se verificou noutros contextos, o sublime inerente à tecnologia exerceu uma muito maior influência do que o nacionalismo que aquela podiam fomentar¹⁰⁵.

5. Conclusão

A década de 1880 foi das mais importantes na história do caminho de ferro em Portugal, não só pela expansão da rede no território continental, mas também pela sua implementação nas paisagens ultramarinas.

Embora este processo se tenha desenrolado num contexto de fé determinística na tecnologia ferroviária, catalisada pelo encanto do sublime tecnológico, ele não se consubstanciou apenas devido a esta forte crença. Um conjunto de fatores económico-financeiros (a disponibilidade de capital para o investimento) e tecnodiplomáticos (a imposição internacional de explorar e domesticar a paisagem africana pela ciência e pela tecnologia) conduziram e permitiram a Portugal por esta senda.

¹⁰² MACEDO, 2009: capítulo 12. PEREIRA, 2012: 193-196 e 245.

¹⁰³ MARÇAL, 2016: 239, 245-246 e 290. PEREIRA, 2016a: parte I.

¹⁰⁴ DREICER, 2000.

¹⁰⁵ CHARLAND, 1986: 213.

Por outro lado, um nacionalismo tecnológico, que não tolerava que Portugal se mantivesse afastado dos grandes desenvolvimentos técnicos da época, motivou em igual proporção o esforço financeiro e humano de expandir a rede desde a verde província do Minho à exótica colónia de Goa. Este nacionalismo saiu depois reforçado com os resultados que ele próprio motivara, entrando-se assim numa espécie de ciclo desenvolvimentista infinito, que aparentemente se alimentava a si próprio. Portugal fica mais ligado entre si mesmo e aproximava-se das paragens mais remotas do sertão africano e indiano. A nação apertava-se, ficava mais conectado entre si e era construída à custa de carris de aço, travessas de madeira e complicadas estruturas que atravessavam rios, vales e montanhas.

A vontade em obter estes melhoramentos, a sedução induzida pela espetacularidade de uma locomotiva puxando vagões de mercadorias e carruagens de passageiros, foi inclusivamente mais poderosa do que a precaução de ter e manter a tecnologia ferroviária sob controlo nacional. Os governos portugueses não hesitaram em a conceder a interesses financeiros e técnicos estrangeiros, desde que isso significasse expandir a rede.

Como vimos, a década de 1880 não pode ser explicada sem a devida contextualização proporcionada pelos três decénios anteriores. De igual modo, ela é também parte integrante da interpretação dos anos seguintes. A desilusão criada com a bancarrota parcial e o falhanço das expectativas criadas foi tanto mais forte quanto elevada era a esperança criada pela expansão da rede aos cantos remotos da metrópole e do Império na década de 1880. No imediato, o investimento foi posto em causa, bem como o modelo de recorrer a capitais e técnicos estrangeiros. Contudo, no médio prazo, e para sair da crise da década de 1890, a solução passou novamente pela aposta no investimento em tecnologia e em caminhos de ferro em particular¹⁰⁶. O sublime tecnológico prevaleceu, tal como viria a prevalecer (e ainda prevalece!) noutros contextos e épocas dos séculos XX e XXI. Contudo, este é uma análise que não pode ser enquadrado nestas páginas.

¹⁰⁶ ALEGRIA, 1990: 299.

Bibliografia

- ADAS, Michael (1989) – *Machines as the Measure of Men. Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ithaca, NY; London: Cornell University Press.
- ALEGRIA, Maria Fernanda (1990) – *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910): as vias e o tráfego*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (1998) – O Império Africano 1825-1890. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (eds.) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. X.
- AMIR, Sulfikar (2007) – Nationalist rhetoric and technological development: The Indonesian aircraft industry in the New Order regime. *Technology in Society*, 29, p. 283-293.
- BEIRA, Eduardo, ed. (2014) – *A linha do Tua, 1887 e as fotografias de E. Biel*. Porto: Universidade do Minho; Programa MIT Portugal, EDP.
- CHARLAND, Maurice (1986) – Technological Nationalism. *Canadian Journal of Political and Social Theory*, 10, 1-2, p. 196-220.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes; PEREIRA, Hugo Silveira (2017) – A inauguração. In PEREIRA, Hugo Silveira (ed.) – *A linha do Tua (1851-2008)*. Porto: Afrontamento; EDP, p. 151-166.
- DREICER, Gregory (2000) – Building Myths: the “Evolution” from wood to iron in the construction of bridges and Nations. *Perspecta*, 31, 130-140.
- FISHLOW, Albert (1985) – Lessons from the past: Capital markets during the 19th century and the interwar period. *International Organization*, 39, 3, p. 383-439.
- GUIMARÃES, Ângela (1984) – *Uma corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa*. Porto: Livros Horizonte.
- HOBBSAWM, Eric J. (1979) – *A era do capital 1848-1875*. Lisboa: Editorial Presença.
- JESSETT, Montague George (1900) – *The Key to South Africa: Delagoa Bay*. Londres: T. Fisher Unwin.
- JUSTINO, David (2016) – *Fontismo. Liberalismo numa Sociedade Liberal*. Lisboa: D. Quixote.
- KASSON, John F. (1976) – *Civilizing the machine: technology and republican values in America, 1776-1900*. Nova York: Grossman Publishers.
- KELSEY, Robin (2016) – Is Landscape Photography? In DOHERTY, Gareth; WALDHEIM, Charles, eds. – *Is Landscape...? Essays on the Identity of Landscape*. Londres: Routledge, p. 71-92.
- LAAK, Dick van (2010) – Detours around Africa: The Connection between Developing Colonies and Integrating Europe. In BADENOCH, Alexander; FICKERS, Andreas (eds.) – *Materializing Europe. Transnational Infrastructures and the Project of Europe*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, p. 27-43.
- LOPES, Teresa da Silva; SIMÕES, Vítor Corrado (2017) – Foreign investment in Portugal and knowledge spillovers: From the Methuen Treaty to the 21st century. *Business History*, 60, no prelo, doi.: 10.1080/00076791.2017.1386177.

- MACEDO, Marta Coelho de (2009) – *Projectar e construir a nação. Engenheiros e território em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra (tese de doutoramento em Arquitetura apresentada à Universidade de Coimbra).
- MARÇAL, Bruno José Navarro (2016) – *Um império projectado pelo “silvo da locomotiva”. O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)*. Lisboa: Universidade NOVA de Lisboa (tese de doutoramento em História, Filosofia e Património da Ciência e da Tecnologia apresentada à Universidade NOVA de Lisboa).
- MARTINS, Lurdes; VASCONCELOS, Graça, LOURENÇO, Paulo B. (2017) – A construção e os aspetos laborais. In PEREIRA, Hugo Silveira (ed.) – *A linha do Tua (1851-2008)*. Porto: Afrontamento; EDP, p. 95-114.
- MARX, Leo; SMITH, Merritt Roe (1994) – Introduction. In SMITH, Merritt Roe; MARX, Leo (eds.) – *Does Technology Drive History? The Dilemma of Technological Determinism*. Cambridge, MA; Londres: The MIT Press, p. VIII-XV.
- MATA, Maria Eugénia (2008) – A Forgotten Country in Globalisation? The Role of Foreign Capital in Nineteenth Century Portugal. In MÜLLER, Margrit; MYLLYNTAUS, Timo (eds.) – *Pathbreakers: Small European Countries Responding to Globalisation and Deglobalisation*. Berna: Peter Lang AG, p. 177-208.
- MATOS, Ana Cardoso de (2009) – Asserting the Portuguese civil engineering identity: the role played by the École des Ponts et Chaussées. In MATOS, Ana Cardoso de; DIOGO, Maria Paula; GOUZÉVITCH, Irina; GRELON, André (eds.) – *Jogos de Identidade Profissional: os Engenheiros entre a Formação e a Acção*, Lisboa: Colibri, p. 177-208.
- MATOS, Ana Cardoso de; DIOGO, Maria Paula (2009) – From the École des Ponts et Chaussées to Portuguese Railways: the transfer of Technical Knowledge and Practices. In PINHEIRO, Magda (ed.) – *Railway Modernization: an Historical Perspective (19th-20th centuries)*. Actas da II Conferência da Associação Internacional para a História dos Caminhos de Ferro, Lisboa: Centro de Estudos da História Contemporânea Portuguesa; Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, p. 77-90.
- MELO, António Maria Fontes Pereira de (1849) – Introdução. *Revista Militar*, 1, 1, p. 5-19.
- MERTON, Robert K. (1948) – The Self-Fulfilling Prophecy. *The Antioch Review*, 8, 2, p. 193-210.
- MÓNICA, Maria Filomena, org. (1996) – *A Europa e nós: uma polémica de 1853*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Quetzal.
- NOBLE, David F. (1997) – *The Religion of Technology. The Divinity of Man and the Spirit of Invention*. Nova York: A. Knopf.
- NYE, David E. (1999) – *American Technological Sublime*. Cambridge, MA; Londres: The MIT Press.
- ORTIGÃO, Ramalho (1988) – *As farpas: o país e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- OSBORNE, Brian S. (1988) – The iconography of nationhood in Canadian art. In COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen (eds.) – *The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, p. 1-10.

- PEREIRA, Hugo Silveira (2012) – *A política ferroviária nacional (1845-1899)*. Porto: Universidade do Porto (tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Porto).
- PEREIRA, Hugo Silveira (2015a) – Fontismo na Índia Portuguesa: o caminho-de-ferro de Mormugão. *Revista Portuguesa de História*, 46, p. 237-262.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2015b) – Portuguese Railway History: still a field of opportunities? *T²M Yearbook*, 6, p. 105-112.
- PEREIRA, Hugo Silveira, ed. (2016a) – *A inauguração da linha da Beira Alta em 1882. Narrativa de viagem de B. Wolowski*. Porto: IN+; Universidade do Minho; Programa MIT Portugal.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2016b) – «A marcha imoderada de um falso progresso»: o reformismo, uma impossível alternativa ao Fontismo?. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 4, 6, p. 251-268.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2016c) – Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, conde de Valbom: um homem da Regeneração. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16, p. 293-319.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2017a) – Especulação, tecnodiplomacia e os caminhos-de-ferro coloniais entre 1857 e 1881. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 7, p. 137-162.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2017b) – Passado, presente e futuro da mobilidade no vale do Tua (séculos XIX a XXI). *Revista Portuguesa de História*, 48, p. 175-207.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2017c) – The technodiplomacy of Iberian transnational railways in the second half of the nineteenth century. *History and Technology*, 33, 2, p. 175-195.
- PEREIRA, Hugo Silveira; NAVARRO, Bruno J. (2018) – A aplicação da bitola estreita em Portugal e no Império (1870-1910). In PEREIRA, Hugo Silveira (ed.) – *A memória dos caminhos de ferro de via reduzida do engenheiro Xavier Cordeiro*. Porto: IN+; Universidade do Minho; Programa MIT Portugal, no prelo.
- PRETEL O'SULLIVAN, David (2009) – Invención, nacionalismo tecnológico y progreso: el discurso de la propiedad industrial en la España del siglo XIX. *Empiria. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, 18, p. 59-83.
- ROSS, Benjamin (1980) – Technical Fix. *Dissent*, N.º Verão, s. p.
- SARAIVA, Tiago (2007) – Inventing the Technological Nation: the Example of Portugal (1851-1898). *History and Technology*, 23, 3, p. 263-73.
- SARKAR, Sumit (1985) – *Modern India, 1885-1947*. Delhi: Palgrave-MacMillan.
- SERRÃO, Joel (1962) – *Temas Oitocentistas II – Para a História de Portugal no século passado: ensaios*. Lisboa: Portugália Editora.
- SHILLS, Edward (1975) – *Center and Periphery. Essays in Macrosociology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SILVEIRA, Luís Espinha da; ALVES, Daniel; LIMA, Nuno Miguel; ALCÂNTARA, Ana; PUIG, Josep (2011) – Population and railways in Portugal, 1801-1930. *Journal of Interdisciplinary History*, 42, 1, 29-52.
- SIMÕES, Ana; CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula (2003) – Introductory Remarks. In SIMÕES, Ana; CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula – *Travels of Learning*.

- A Geography of Science in Europe*. Dordrecht; Boston, MA; Londres: Kluwer Academic Publishers, p. 1-14.
- SMITH, Merritt Roe (1994) – Technological Determinism in American Culture. In SMITH, Merritt Roe; MARX, Leo (eds.) – *Does Technology Drive History? The Dilemma of Technological Determinism*. Cambridge, MA; Londres: The MIT Press, p. 1-35.
- STAHL, William A. (1999) – *God and the Chip. Religion and the Culture of Technology*. Waterloo: Wilfred Laurier University Press.
- SWARTZ, David (1997) – *Culture and Power. The Sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago: The University of Chicago Press.
- VALÉRIO, Nuno (2001) – *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- VIEIRA, António Lopes (1983) – *The role of Britain and France in the finance of portuguese railways 1850-1890. A comparative study in speculation, corruption and inefficiency*. Leicester: University of Leicester (tese de doutoramento em Philosophy apresentada à University of Leicester).
- VLEUTEN, Erik van der (2006) – Understanding Network Societies. Two Decades of Large Technical System Studies. In VLEUTEN, Erik van der; KAIJSER, Arnje (eds.) – *Networking Europe. Transnational Infrastructures and the Shaping of Europe, 1850-2000*. Sagamore Beach, MA: Science History Publications, p. 279-314.
- VLEUTEN, Erik van der; ANASTASIADOU, Irena, LAGENDIJK, Vicent, SCHIPPER, Franck (2007) – Europe's System Builders: The Contested Shaping of Transnational Road, Electricity and Rail Networks. *Contemporary European History*, 16, 3, p. 321-347.
- WILLIAMS, Rosalind (1993) – Cultura I Origins and Environmental Implications of Large Technological Systems. *Science in Context*, 6, 2, p. 377-403.
- WOLOWSKI, Bronislaw (1883) – *Les Fêtes en Portugal. Inauguration du chemin de fer de la Beira-Alta. Voyage de la Famílie Royale. Notes et souvenirs de voyage*. Paris. E. Dentu.
- WRIGHT, J. C. (1983) – *Technoeconomics: concepts and cases*. Tóquio: Asian Productivity Organization.

Recensões críticas

LOWRY, James (ed.) – *Displaced archives*. London and New York: Routledge, Taylor et Francis Group, 2017. ix, 227 p. ISBN (HARD): 9781472470690; (e-book): 9781315577609.

Por L. S. ASCENSÃO DE MACEDO
Doutorando na Universidade de Coimbra
CEIS 20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
ascensaodemacedo@gmail.com

James Lowry é docente e investigador no Centro de Estudos Arquivísticos da Universidade de Liverpool. Lowry participou em vários projetos internacionais em vários países e regiões em vias de desenvolvimento como a Nigéria, Rússia, Tunísia, Trinidad e Tobago, Etiópia e Sudão e exerce cargos de direção executiva em vários organismos internacionais como a *International Records Management Trust*, a *Association of Commonwealth Archivists and Records Managers* e o Programa para a África do Conselho Internacional de Arquivos.

O seu mais recente livro *Displaced Archives* (que se poderia traduzir por “Arquivos Deslocados”), publicado em fevereiro (livro digital) e março (livro impresso) de 2017 pela editora Routledge, compila textos apresentados quando do Congresso Internacional do Conselho Internacional de Arquivos realizado em Seul (República da Coreia), em setembro de 2016, no painel presidido por Anne Gilliland e Eric Ketelaar. O livro, com doze capítulos produzidos maioritariamente por especialistas em Arquivística, conta também com a presença de peritos em Direito Internacional, notando-se a ausência de investigadores em tecnologias de informação e comunicação.

Para o meio profissional, o termo *arquivo deslocado* poderá ter um significado aproximado de conjuntos documentais que foram arquivados na caixa errada ou no local errado. Na verdade, este termo existe na terminologia brasileira que define *arquivo deslocado* como “[c]onjunto de documentos indevidamente removidos do organismo responsável por sua custódia” (Camargo e Bellotto, 1996, p. 6). Na terminologia portuguesa não há qualquer referência a termos similares, para além de *contencioso arquivístico*. A opção pelo termo *arquivo expatriado*, conforme Lovering (2017), é preferível a outras formas eufemísticas que existem em inglês, por exemplo,

migrated archives, seized archives, relay, captured archives, fugitive archives, archival claims e outras variantes (Macedo, 2017). O problema em torno do estatuto destes arquivos é de natureza conceptual. Trata-se de um tema complexo, que divide a comunidade profissional e científica, a sociedade e a classe política, com discursos fortemente polarizados e politizados. Entre as principais limitações (sobretudo legais) está a restituição ou retorno dos bens culturais removidos por outros Estados, derivado de diversos contextos, como processos secessionistas, descolonização, roubos, conflagrações ou tráfico ilícito.

O livro encontra-se organizado da seguinte forma: do ponto de vista paratextual, a obra inicia com um elenco dos autores e filiação institucional, um prefácio da autoria de Eric Ketelaar e nota de agradecimentos. O conteúdo reparte-se por uma introdução de James Lowry seguido de doze capítulos e termina com um índice remissivo de assuntos. Os autores dos capítulos são tanto especialistas internacionais que se debruçaram há vários anos sobre esta matéria como novos investigadores. Cada capítulo estrutura-se por textos subdivididos por subtemas, notas de fim e de referências bibliográficas.

O prefácio de Eric Ketelaar, professor emérito da Universidade de Amesterdão, esclarece que o termo 'arquivo deslocado' (*displaced archives*) é atribuível a Ernst Posner, por volta de 1960, referente à ação do arquivista americano, Solon Justus Buck, que desenvolveu um programa de restituição de arquivos deslocados pós-II Guerra Mundial aos seus legítimos possuidores. No entanto, Ketelaar clarifica que os arquivos sempre estiveram deslocados, isto é, saíram de um ponto A para um ponto B. O papel dos arquivistas em torno dos arquivos deslocados, na opinião de Ketelaar, consiste em facilitar o acesso à informação através da produção de instrumentos de acesso, conforme recomenda o *Código de Ética* do Conselho Internacional de Arquivos (International Council on Archives, 1996). No entanto, o problema central em arquivos deslocados não se satisfaz somente através da produção de instrumentos de acesso à informação (catálogos, inventários, bases de dados), como garantia dada pela entidade detentora aos seus utilizadores no exercício do seu direito à informação: trata-se, também, de um problema de acesso ao património cultural que foi retirado, por vias legítimas ou ilegítimas, à comunidade a quem estes bens culturais dizem respeito.

No capítulo *Introdução*, James Lowry analisou o conceito de arquivo baseando-se na metáfora biológica de "arquivos como corpos", fundada no princípio da organicidade. Lowry identificou problemas conceptuais em torno

dos arquivos deslocados, que define como remoções feitas por Estados, regimes ou grupos exilados, às vezes com suporte legal para o fazer, distinto de roubos ilícitos feitos por indivíduos ou organizações criminosas. Reconhece, também, a existência de variantes para delimitar contextos específicos de expatriação, como *arquivos migrados* (*migrated archives*), em que cada autor propõe (e critica) variantes terminológicas. No entanto, Lowry não apresenta definições e suas diferenças conceituais sobre repatriação, como restituição e retorno. Além disto, o autor agrupou os contributos dos autores atendendo aos problemas do quadro jurídico-normativo internacional para a proteção de arquivos e princípios de restituição, possíveis soluções (como a herança conjunta) e ao papel das comunidades internacionais face ao problema. Lowry reconheceu que os contributos dos autores, predominantemente europeus e americanos, poderia constituir um aspeto negativo na abordagem dada ao tema. Contudo, o autor realçou a dificuldade existente na discussão desta questão entre profissionais dos arquivos devido aos discursos politizados e às restrições institucionais.

No primeiro capítulo, Charles Kecskeméti, antigo diretor executivo do Conselho Internacional de Arquivos, abordou os arquivos confiscados, a partir da descrição da evolução do panorama jurídico internacional (“Archives Seizures: The Evolution of International Law”). O autor mencionou casos de sucesso e de insucesso nos trabalhos realizados pela UNESCO e pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), na década de 1970, na qual participou. Kecskeméti realçou os problemas do contencioso arquivístico na segunda metade do século XX, designadamente o vazio jurídico a nível internacional para a resolução do problema. Princípios arquivísticos como a soberania retroativa, proveniência territorial e pertinência territorial constituíram a base para a fazer face aos problemas decorrentes de cenários de secessão de Estados ou mudanças de soberania de um território, de transferências ocorridas em contexto de guerra ou de ocupação militar e dos impactos da colonização e da descolonização. Além das iniciativas da UNESCO e do Conselho Internacional de Arquivos na década de 1970, mencionou o insucesso que a *Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em matéria de Propriedade do Estado, Arquivos e Dívidas* de 1978 das Nações Unidas representou para a comunidade internacional.

O capítulo 2, da autoria de Todd Shepard, da Universidade de John Hopkins, centrou-se na disputa pela custódia de arquivos que opõe França e Argélia (intitulado “Making Sovereignty and Affirming Modernity in the Archives of Decolonisation: The Algeria–France ‘Dispute’ between the Post-

-Decolonisation French and Algerian Republics, 1962–2015”). O autor efetuou uma análise histórica em torno dos processos de descolonização e visões distintas de soberania, os argumentos políticos que opuseram os dois Estados e como a disputa argelina pelo retorno dos arquivos tem sido conduzida aquando da aprovação da *Convenção de Viena* (1983). Shepard terminou com uma reflexão sobre as contradições e tensões em torno da construção de uma memória nacional de uma Nação que se encontra refém de outro Estado.

Nesta sequência, o capítulo 3 de Mandy Banton, da Universidade de Londres, abordou a questão dos arquivos custodiados pelo Arquivo Nacional do Reino Unido respeitantes à administração imperial (intitulado “Displaced Archives in The National Archives of the United Kingdom”). Banton focalizou-se nos problemas conceptuais em torno do estatuto destes arquivos, migrados ou deslocados, dos territórios colonizados pelo Reino Unido. Banton confrontou este problema com as convenções internacionais de repatriação de arquivos e criticou as posições do parlamento britânico que procurou desinformar, adiar ou obscurecer a forma como estes arquivos têm sido mantidos no Reino Unido.

O capítulo 4, da autoria de Michael Karabinos (Universidade de Lovaina), centra-se na análise em torno de conjuntos documentais indonésios respeitantes à guerra da independência de 1945 a 1949, conhecidos como *Djogdja Documenten*, custodiados no Arquivo Nacional da Holanda (“Indonesian National Revolution Records in the National Archives of the Netherlands”). Karabinos optou por uma caracterização dos fundos e problematizou conceitos de herança conjunta, custódia e acesso, contrapondo com a questão da fronteira da língua, uma vez que a comunidade indonésia contemporânea não tem o holandês como língua materna, realçando a importância da cooperação entre os países do ponto de vista da herança conjunta.

No capítulo 5 de Vincent Hiribarren, da King’s College (sob o título “Hiding the Colonial Past? A Comparison of European Archival Policies”), o autor realçou que os arquivos deslocados são consequência do colonialismo. O autor referiu que os arquivos nacionais optaram por uma política de obscurecer o passado colonial. Hiribarren analisou casos de práticas sistemáticas de transferências para as metrópoles de documentos em contextos específicos (ditaduras, revoluções pela democracia, nascimento de nações) e a prática do secretismo estatal. Hiribarren reconheceu a importância dos trabalhos de jornalistas, historiadores e arquivistas e do problema de politização dos arquivos coloniais nos *media*. Hiribarren fez referência a abertura de Portugal aos arquivos coloniais da PIDE e do Arquivo Histórico Ultramarino,

Arquivo Histórico Diplomático, mencionando a Direção-Geral do Tesouro e Finança e a Direção-Geral da Administração e do Emprego, esquecendo-se, contudo, de mencionar o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Igualmente, o capítulo 6 intitulado “Expatriate Archives Revisited” de Timothy Lovering, da Universidade de Dundee, realizou uma crítica em torno das denominações e variações terminológicas sobre arquivos deslocados ou migrados, que considera formas eufemísticas sobre fenómenos de expatriação. Lovering exemplificou casos extremos de fundos militares da ex-Rodésia que se conservam na África do Sul, num contexto em que os arquivos de um país extinto ficaram sem pátria, como a ex-Jugoslávia.

O capítulo 7, intitulado “A Proposal for Action on African Archives in Europe”, co-escrito por Nathan Mnjama, da Universidade de Botswana, e por James Lowry, propõe aos arquivistas europeus uma tomada de posição quanto os arquivos africanos deslocados durante os processos de descolonização. Mnjama e Lowry explicitaram casos que não derivam de arquivos como “bens culturais” mas de arquivos administrativos que afetaram a continuidade de negócio e o exercício normal de direitos e obrigações civis e institucionais. As promessas de digitalização e microfilmagem e descrição pelos países europeus aos países africanos reivindicantes têm sido insuficientemente cumpridas devido a restrições políticas e financeiras.

Quanto ao capítulo 8, Leopold Auer, autor do texto intitulado “Displaced Archives in the Wake of Wars”, fez uma análise histórica sobre fenómenos de expatriação de arquivos desde o século XVII até ao fim da II Guerra Mundial. Realçou a importância da Convenção de Haia para a proteção de arquivos em contexto armado e do problema do acesso a estes arquivos por não disporem de instrumentos de acesso à informação.

O capítulo 9, intitulado “Pan-European Displaced Archives in the Russian Federation: Still Prisoners of War on the 70th Anniversary of V-E Day”, escrito por Patricia Kennedy Grimsted, da Universidade de Harvard e do Instituto Internacional de História Social (Amesterdão), apresentou uma síntese de vários anos de investigação sobre os arquivos arrestados pela União Soviética. A Rússia tem impedido a restituição de arquivos, mantidos como troféus de guerra, a países e comunidades como a Áustria, Ucrânia, Polónia, a comunidade judia grega, os fundos maçónicos, entre muitos outros por identificar.

Num outro registo, Bruce Montgomery, da Universidade do Colorado, redigiu “Iraq and Kuwait: The Seizure and Destruction of Historical Patrimony” (capítulo 10), centrado nos problemas de restituição de arquivos à comunidade judia iraquiana, confiscados pelo Governo dos Estados Unidos da

América a Saddam Hussein e dos problemas de proteção e restituição dos arquivos em contexto de conflitos armados às comunidades.

Por seu turno, Anne J. Gilliland, da Universidade da Califórnia, apresentou “Networking Records in their Diaspora: A Reconceptualisation of ‘Displaced Records’ in a Postnational World” (capítulo 11), em torno da co-criação da informação numa sociedade em rede em contexto transnacional. A questão dos arquivos expatriados tem sido tratada como um problema de jurisdição de fronteira geográfica. Para Gilliland, as tecnologias de informação e comunicação modificaram tal paradigma, com o surgimento de serviços transnacionais de co-produção e armazenamento de dados na nuvem. Para a autora, as tecnologias de informação e comunicação proporcionaram uma cultura universalista e transnacional, sobretudo em casos de violação de direitos humanos e suporte às vagas migratórias. Contudo, a autora não desenvolve outros aspectos, como a soberania de informação de dados de arquivo na “diáspora”.

Por último, o capítulo 12, intitulado “Revisiting the Law and Politics of Compromise” de Douglas Cox, da Universidade de Nova Iorque, revelou que a legislação internacional e nacional para a proteção e repatriação do património arquivístico tem sido ineficaz. Neste texto, Cox referiu que as soluções de maior sucesso de restituição de bens culturais às comunidades originárias derivaram da diplomacia cultural e de iniciativas inovadoras, como o princípio de herança conjunta, do que imposições por força da lei.

A importância desta obra, face ao número limitado de estudos e artigos sobre o tema, constitui sem dúvida o estado da arte sobre um problema que envolve diversos países, conjuntos documentais de épocas distintas e estratégias (ou ausência delas) para ressarcimento das comunidades reivindicantes. Cada capítulo evidencia um conjunto de casos “anómalos” de expatriação de arquivos em contextos distintos e dificuldades de repatriação às comunidades reivindicantes. O aspeto mais positivo deste livro é que reúne os principais especialistas que se debruçaram sobre um fenómeno complexo. Do ponto de vista metodológico, a maior parte dos autores optaram por análises de base qualitativa, como a análise histórica e estudos de caso. Alguns destes autores identificaram os fundos documentais em anexos e nas referências bibliográficas, além de textos científicos e de legislação nacional e internacional, que enriquecem cada capítulo.

Todavia, este livro contém vários aspetos que ficaram por esclarecer. Em primeiro lugar, a questão terminológica permanece em aberto: a diversidade conceptual para denominar casos específicos de expatriação ficará

ao critério de cada autor. Em segundo lugar, não há uma posição clara da parte dos autores quanto à restituição por via da produção de substitutos (microfilmes e objetos digitais). Não é esclarecido em que medida a digitalização (ou a microfilmagem) é um meio fungível à repatriação física destes arquivos à comunidade de origem, designadamente na identificação dos benefícios resultantes de uma dessas possibilidades. Em terceiro lugar, os autores dão um enfoque somente para casos internacionais, ignorando casos intranacionais que poderiam ampliar a dimensão do problema dos arquivos que foram desenraizados do seu *habitat* originário, por exemplo, casos que opõe o Governo Regional da Madeira vs. Torre do Tombo (Portugal) (Macedo, 2017) ou o caso dos “papeles de Salamanca” (Espanha) (Balcells, 2014). Em quarto lugar, não se dispõe de uma perspetiva comparada sobre fenómenos de expatriação e de repatriação com outros bens culturais, como museus e bibliotecas. Por último, as limitações das convenções e tratados internacionais em matéria de proteção e restituição de arquivos não são confrontadas com ordenamento jurídico de cada país (por exemplo, a alienação por desincorporação).

Uma nota final para clarificar que esta recensão se baseia na edição eletrónica em formato *epub* (formato de *Electronic Publication*).

Referências bibliográficas

- BALCELLS, M. – The Knife that Still Divides: The Archive of Salamanca and the Heritage of Spain's Civil War in the 21 st century. *Arts Social Sci J.*, 5(2), 1-5. doi: 10.4172/2151-6200.100086.
- CAMARGO, A. M. De A.; BELLOTTO, H. L. (EDS.) – Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - Code of Ethics. [Em linha]. [S.l.]: Adopted by the General Assembly in its XIIIth session in Beijing (China) on 6 September 1996, 1996. (1996) [Consult. 5 jul. 2017]. Disponível em WWW:URL:http://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code_of_ethics_EN.pdf.
- LOVERING, T. – Expatriate Archives Revisited. Em LOWRY, J. (Ed.) – *Displaced archives*. London; New York: Routledge, 2017 (pp. 86-100).
- MACEDO, L. S. A. – Repatriação dos arquivos ou reunificação virtual? O caso dos fundos conventuais madeirenses dispersos entre o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. Em BORGES, M. M.; CASADO, E. S. (Eds.) – *VIII Encontro Ibérico EDICIC 2017, Coimbra 2017-11-20/2017-11-22* [Em linha]. Coimbra : Universidade de Coimbra, 2017 Disponível em WWW:URL:<http://hdl.handle.net/10316/44053>. (pp. 1325-1344).

MANUEL DE MELO, D. Francisco (aut.), CURADO, Manuel (coord.), FRANCO, José Eduardo (dir.), FIOLEAIS, Carlos (dir.) (2018) – *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiro Tratado de Cabala – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística*. Lisboa: Círculo de Leitores, 189 pp.

Por JOSÉ VIEIRA LEITÃO
Doutorando na Universidade de Coimbra
jose.cv.leitao@gmail.com

A coleção *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, editada pelo Círculo de Leitores, ambiciona colmatar uma variedade de pontos obscuros da história da produção literária Portuguesa. Um tal propósito acarreta um imediato e extraordinário desafio multidisciplinar devido à ampla variedade de obras e tópicos abordados nesta coleção de trinta volumes. De um ponto de vista editorial, cada um destes livros apresenta o seu próprio desafio único. Cada um é necessariamente um projeto singular no qual se procura um exercício de exposição especializada para assim se evitem análises históricas anacrónicas e oferecer uma compreensão da especificidade e valor pioneiro das obras em questão. Desta perspetiva, uma das mais curiosas obras presentes nesta coleção, e que potencialmente coloca um dos maiores desafios de interpretação e contextualização, é, sem dúvida, o *Tratado da Ciência Cabala* de D. Francisco Manuel de Melo, de 1724, denominado o 'Primeiro Tratado de Cabala' e publicado com a coordenação de Manuel Curado.

Como é óbvio, o objetivo da corrente recensão não é o de analisar o livro de D. Francisco ele próprio, mas antes a introdução a esta obra, da responsabilidade do coordenador, e a adequação desta para a compreensão do *Tratado da Ciência Cabala*, assim como os seus critérios de transcrição e tradução.

Manuel Curado foi uma escolha interessante para a coordenação deste volume. Sendo filósofo por formação e atividade, possui um conjunto particular de áreas de especialização que o colocam numa posição privilegiada para a abordagem a tópicos com a declarada complexidade da mística e espiritualidade heterodoxa. Antes sequer do estudo da cabala em si, conceptualizar esta disciplina no conjunto da história do pensamento ocidental

é um exercício complexo com várias soluções possíveis. A interseção de especialidades como a história das ideias, história da ciência (e em particular o estudo de individualidades excepcionais portuguesas), teoria cognitiva e dinâmica da crença em Deus perante a ciência, colocam Curado numa posição de relevo para a escrita de um texto que se esperaria incisivo, coerente e compreensivo sobre este tópico.

Seguindo a abordagem de Manuel Curado na introdução, esta divide-se em duas partes. A primeira, inserindo a cabala na mais ampla categoria de ocultismo, pretende explorar e delinear uma visão ampla do fenómeno ocultista, tanto de uma forma global como na especificidade do contexto português. Partindo para o detalhe, a segunda parte da introdução, tem como objetivo a apresentação da obra *Tratado da Ciência Cabala* e do seu autor. Estas duas partes, por sua vez, subdividem-se em várias curtas secções de encadeamento lógico e estrutura coerente. Haverá todavia que se apontar que o objetivo individual de algumas destas secções, em particular na primeira parte da introdução, não é de todo claro, e algumas assemelham-se a simples coletâneas de informação díspar sobre ocultismo e de relação meramente circunstancial à obra em questão.

Abrindo o seu texto com uma abordagem geral ao ocultismo, são aqui evidenciadas as várias dificuldades metodológicas e conceptuais deste tópico. Destas considerações, Curado apresenta o ocultismo como uma forma de conhecimento não progressivo em essência, em que os seus padrões não são dados a evolução, sendo desta forma colocado como um contraponto ao desenvolvimento científico.

Das abordagens gerais, Curado parte para o caso particular do ocultismo português. Esta apresentação inicia-se por uma revisão dos próprios vocábulos 'oculto' e 'ocultismo' nos vários dicionários modernos portugueses, introduzindo alguma da metodologia contemporânea para o estudo deste tópico como conceptualizado por Wouter Hanegraaff nas suas contribuições para o *Dictionary of Gnosis & Western Esotericism*. Embora não de todo exaustiva, esta secção é notável por uma proveitosa apresentação gradual da literatura portuguesa possível de ser encaixada nesta categoria, e uma revisão dos vários estudos académicos sobre o tópico. Em particular, Curado debruça-se sobre frei Gil de Santarém com o objetivo de tecer um arquétipo para o ocultismo português, focando também Gil Vicente e as obras de Isaac de Sequeira Samuda e Cavaleiro de Oliveira.

Partindo das considerações da primeira parte da sua introdução, Curado abre a segunda procurando indagar as motivações e circunstâncias da escrita

por D. Francisco de uma obra, não cabalista em si, mas sim sobre cabala. Num esforço claro de contextualização do *Tratado*, Curado oferece uma visão das aparentes contradições no próprio propósito desta obra ao longo das suas várias edições até à contemporaneidade. É também exposta uma meritória lista de interpretações e críticas feitas ao *Tratado* por académicos contemporâneos.

Voltando ao autor, esta parte da introdução prossegue com a contextualização do *Tratado* como parte do amplo plano editorial de D. Francisco, de onde Curado avança com uma meditação sobre o valor desta obra no tempo corrente. À laia de conclusão, fica aqui proposta uma valorização da cabala e deste *Tratado* como objetos de meditação histórica para um presente excessivamente e redutivamente racional.

Olhando a escrita de Curado, em termos de forma, esta deverá ser notada como fluida e eficiente, embora por vezes as suas argumentações passem por excessivamente personalistas, sendo esta uma escolha que, frequentemente, esbate a linha entre a apresentação objetiva de argumentos e observações e a sua opinião pessoal sobre os mesmos. Tais instâncias, embora potencialmente relegáveis para uma mera questão de método ou preferência estética, por vezes tornam a leitura da introdução um desafio de destrinçamento intelectual que, para um leitor crítico, frequentemente quebra a leitura.

Em termos de crítica a conteúdo, há que se sublinhar que a segunda parte da introdução ao *Tratado da Ciência Cabala* demonstra uma muito maior familiaridade do coordenador da edição em relação aos tópicos expostos. Curado é um conhecedor e apreciador de D. Francisco e da sua obra, demonstrando uma clara erudição em todos os pontos que toca. No entanto, tal não poderá ser dito da restante primeira parte da introdução. Infelizmente, esta é uma inesperada demonstração de anacronismos históricos e clara falta de conhecimento de base em relação ao tópico concreto do livro de D. Francisco.

Analisando todo o discurso e argumentação de Curado, a raiz dos vários problemas do seu texto aparenta estar numa sobreposição de falhas metodológicas e de nomenclatura. Estes, quando expostos, revelam uma sistemática fonte de leituras e definições erróneas e anacrónicas que se repercutem em todo o seu discurso, minando os seus pontos e argumentos e obscurecendo por completo o significado da obra que pretende apresentar.

Na abertura da introdução, a escolha e uso do termo 'ocultismo' como categoria debaixo da qual a cabala possa ser colocada é o primeiro e mais

imediatamente ponto de contestação. O problema 'externo' desta seleção é que 'ocultismo' não possuiu uma definição académica contemporânea que seja funcional e possa ser usada neste contexto particular, e com o propósito que Curado lhe quer dar.

'Ocultismo', relacionado com disciplinas mágicas e heterodoxas, é um termo e um conceito específico do século XIX, associado ao chamado Revivalismo Mágico e popularizado por organizações como a Sociedade Teosófica ou a Hermetic Order of the Golden Dawn. Consequentemente, 'ocultismo' não é um termo académico com a conotação que Curado lhe deseja atribuir, é sim uma palavra que designa um objeto histórico específico e concreto no século XIX e XX.

Esta não existência de significado académico para o termo 'ocultismo' como categoria geral aparenta ser reconhecida pelo próprio Curado na sua dificuldade em encontrar uma definição para este termo em qualquer dicionário Português anterior ao fim do século XIX (p. 20-21). No entanto, este reconhecimento nunca é assumido como um real obstáculo, e Curado assume o seu uso sem realmente meditar sobre a sua adequação. Assim sendo, o uso desta categoria para a compreensão do *Tratado* é um anacronismo histórico. Abrir a introdução a uma obra escrita no século XVII e publicada no século XVIII com uma tentativa de explicação de um termo que designa ideias e práticas concretas do século XIX é o pronúncio de sérios problemas metodológicos, porque, historicamente falando, cabala não é ocultismo; é antes um conjunto particular de técnicas e práticas integrantes da religião judaica de carácter esotérico – algo que alguém que se propõe apresentar um texto sobre o tema deveria saber.

Na realidade, parece que a categoria a que Curado se pretendia referir seria precisamente a de 'esoterismo'. Este, em termos correntes, designa uma disciplina de estudo académico frequentemente associado à área da história das religiões e ideias. A aparente rejeição deste termo por Curado é confusa, pois na introdução, cita-se com relativa relevância o já mencionado Wouter Hanegraaff, um notável investigador da conceptualização do estudo de movimentos intelectuais e religiosos heterodoxos rejeitados pela sociedade ocidental. Mas mais confuso que tudo, na sua busca por uma definição funcional de 'ocultismo', Hanegraaff é inclusive citado por Curado na sua contribuição para o já referido *Dictionary of Gnosis & Western Esotericism*, em particular no verbete 'Occult/Occultism' (de onde Curado faz alguns decalques diretos). Analisando esta definição, ela é extraída por Curado como 'um balde de lixo intelectual cheio de

restos', algo que Curado aparenta rejeitar como uma potencial 'injustiça' (p. 21).

De facto, tal definição é oferecida por Hanegraaff no verbete indicado, no entanto, o que parece ser ignorado por Curado, é que esta definição de ocultismo dada por Hanegraaff não é sua, mas sim a definição popularizada por autores como Colin Wilson, referido imediatamente antes no texto citado. Isto significa que Hanegraaff, ao dar esta definição, não está a criticar ou a avaliar o ocultismo como categoria ou prática, está sim a evidenciar os modos culturais que a definiram como 'lixo intelectual'. Uma leitura mais atenta de Hanegraaff constataria que este contrariou tal categorização e, de um modo geral, propõe o reconhecimento do 'lixo intelectual' da cultura ocidental como legítimas expressões intelectuais e religiosas que urgem estudo especializado e sensível.

O que talvez ajudasse Curado a evitar os anacronismos que comete seria a leitura do primeiro parágrafo deste mesmo verbete que cita, onde é explicado que '[e]mbora os vários termos e expressões baseados no Latim "occultus" ("escondido, secreto", vindo de *occulere*, "cobrir, esconder, ocultar") tendam a ser usados indiscriminadamente e comumente confundidos no falar comum, estes são reflexões de um desenvolvimento histórico a vários estádios que se referem a coisas diferentes. É particularmente importante distinguir entre o adjetivo original "oculto", e o substantivo "ocultismo" que fez a sua primeira aparência no século XIX'¹.

Ainda que grave, esta escolha de categorias e o uso frívolo de palavras de significado complexo por Curado, poderia ser ainda declarada como uma mera predileção nomenclatural sem consequências de maior. Tal, ainda que criticável, seria compreensível. No entanto, esta escolha, no desenvolvimento dos seus argumentos, resulta em constantes projeções e leituras problemáticas do seu objeto de estudo que não poderão ser tão facilmente ignoradas. O exemplo mais grave destas está no facto de Curado utilizar o seu 'ocultismo' como um modo de conhecimento exclusivo e distinto do de Ciência e Religião (p. 16). Esta é uma visão derivada da clássica divisão de conhecimento da tríade Magia-Religião-Ciência, utilizada por investigadores

¹ 'Although the various terms and expressions based upon the latin "occultus" ("hidden, secret", from *occulere*, "to cover over, hide, conceal") tend to be used indiscriminately and are often confused in common parlance, they are the reflection of a historical development in the various stages of which they refer to different things. It is of particular importance to distinguish between the original adjective "occult", and the substantive "occultism" that made its first appearance in the 19th century,' em HANEGRAAFF, 2006: 884. (tradução do autor)

como James Frazer, Émile Durkheim e Bronisław Malinowski, em que Curado, de uma forma linear, substitui Magia por ocultismo.

Esta divisão é problemática, pois todas estas categorias são construções académicas ocidentais emergentes nos finais dos séculos XVI e XVII, associadas à Pós-Reforma e Iluminismo, não tendo real aplicabilidade universal. Estas são categorias circunstanciais e etnocêntricas da cultura ocidental e académica, ou, nas palavras de Hanegraaff, conceitos dependentes de 'ideologias modernas normativas e de implícitas afirmações hegemónicas da superioridade ocidental alicerçadas em mentalidades missionárias e colonialistas (...) servindo de justificação "científica" para a conversão de superstições ignorantes para as verdades superiores do cristianismo, Iluminismo, e ciência'². Isto por si próprio traria já uma enorme carga tendenciosa a qualquer discurso que Curado pudesse esperar construir alicerçado nesta pressuposição, mas o facto de substituir a categoria de Magia por ocultismo, e de ter construído esta sua categoria recorrendo a observações vagas e simplistas, além de incorporar definições (mal interpretadas) específicas do século XIX, gera mais um nível de leituras dúbias. Resulta assim que conceptualizações completamente contemporâneas são elevadas a um nível essencialista e projetadas sobre todas as práticas que este inclui debaixo da sua categoria de 'ocultismo' como um conceito não historicável e de fácil (ainda que ambígua) apreensão, independentemente de contexto, época ou cultura. Significa isto que nenhuma das suas discutidas 'disciplinas ocultistas' é alguma vez definida e abordada na sua particularidade, e os desenvolvimentos intelectuais e históricos que lhes deram origem são tidos como inexistentes ou irrelevantes.

Isto poderá estar por detrás da relativa frequência com que Curado se refere a 'todas as disciplinas relacionadas de algum modo com o oculto' (p. 13) ou 'todos os praticantes das artes ocultas' (p. 38), como se estes fossem algo opaco, homogéneo, constante e universal a todos os povos, épocas e todas as suas disciplinas. Isto significa que as suas 'disciplinas ocultistas' (em que se inclui a cabala) são assumidas como manifestações circunstanciais e de distinção irrelevante do mesmo conjunto de pressupostos, crenças e modos de pensar que caracterizam este imaginário 'ocultismo'

² 'its thorough dependence on normative modernist ideologies and implicit hegemonic claims of Western superiority rooted in missionary and colonialist mentalities (...) served as "scientific" justification for converting non-European peoples from benighted superstition to the superior truths of Christianity, Enlightenment, and science,' em HANEGRAAFF, 2012: 166-167. (tradução do autor)

universal, e que todas estas ambicionam os mesmos fins pelos mesmos meios. Tal ideia apenas poderá advir de algum desprezo pela complexidade do tópico em questão.

O que mais grave emerge daqui para o caso vertente é que esta posição de igual modo significa que a cabala nunca chega a ser discutida, seja de uma perspectiva histórica, teológica ou filosófica. Tal é deveras estranho na introdução a um livro chamado *Tratado da Ciência Cabala*.

Seguindo o que parece ser a lógica de Curado, o que fica implícito é que cabala, sendo uma disciplina ocultista, não necessita de explicação ou apresentação pormenorizada e contextualizante, pois todas as disciplinas ocultistas são, em essência, o mesmo. Assim, basta definir ocultismo (ainda que sem sucesso) para que qualquer explicação crítica e detalhada da cabala fique dispensada. O leitor é assim deixado na confusão dos floreios e deambulações ambíguas e anacrônicas de Curado no seu esforço infrutífero para apreender e definir algo que claramente não domina. E isto não pela inerente elusividade metafísica do tópico (ainda que ele se esforce por fazer o leitor acreditar que sim), mas sim porque o autor não se muniu das ferramentas intelectuais certas para o dominar.

Se, em vez de todo este extenso e inútil exercício, Curado se tivesse dedicado a oferecer alguma forma de explicação histórica sobre o desenvolvimento da cabala, então uma possível e coerente compressão do significado do *Tratado* poderia ter sido oferecida ao leitor, e esta introdução poderia fazer o que lhe compete: introduzir o *Tratado da Ciência Cabala*. Numa ordem lógica bastaria referir a emergência desta disciplina religiosa na Idade Média, os seus textos fundacionais como o *Zohar* ou o *Sefer Yetzirah* (de onde D. Francisco retira um capítulo inteiro), as suas divisões em categorias extáticas e proféticas ou intelectuais e exegéticas (de fácil concretização com recurso aos estudos de Gershom Scholem, Moshe Idel ou muitos outros), a apreensão desta por intelectuais cristãos como Ramon Llull, Pico della Mirandola ou Johann Reuchlin (fontes citadas por D. Francisco) e, finalmente, a criação da cabala cristã onde D. Francisco se coloca.

O não seguimento de um modelo de apresentação lógico, explicando e explicitando a evolução da cabala judaica para a cristã, acaba por dificultar leitura e compreensão do propósito último da obra de D. Francisco. Ainda que construído sobre a cabala cristã de Llull, Reuchlin e Mirandola, o objetivo subjacente ao *Tratado* é também a correção desta numa cabala ortodoxamente católica em que, nas suas palavras, 'nos adiantamos aos mais que

desta ciência nos deram premissas³, sendo exposta de acordo com o *De Incantationibus seu Ensalms* de Manuel do Vale de Moura⁴. O *Tratado* não é unicamente uma expressão de ‘curiosidade’ e ‘zelo’, como apresentado por Curado (p. 56), é sim uma ambiciosa apresentação de uma nova cabala católica, o que o coloca como parte de um muito mais amplo diálogo internacional. Como a introdução está construída, a verdadeira apreciação do esforço e pensamento de D. Francisco e o seu real pioneirismo, nacional e internacional, são deixados obscurecidos, não pela sua intrínseca dificuldade, mas sim por uma análise e introdução deficientes que acabam por realizar o contrário do seu objetivo.

Para além destes, inúmeros outros pontos críticos poderiam ser realçados. Desde a leitura ligeira que Curado faz dos textos que apresenta e cita, a falta de conhecimento profundo da história da literatura mágica portuguesa (os *grimoires* lusitanos que afirma não se conhecerem (p. 56) mas que uma simples busca no catálogo da Biblioteca Nacional ou da Torre do Tombo certamente lhes revelará) ou às simplificações socio e etnocêntricas das suas imaginárias ‘disciplinas ocultistas’.

Por fim, será relevante dizer que, no que toca à transcrição do *Tratado*, da responsabilidade de Aida Sampaio Lemos, embora esta seja largamente positiva, com a adição de numerosas notas de rodapé oferecendo a tradução de todo o Latim usado por D. Francisco com as suas respetivas fontes, há também aqui uma notória falta de familiaridade com os termos específicos e técnicos da cabala. Palavras como *Merkabah*, *Temurah* ou *Sefirot* por certo que também mereciam atualização ortográfica e nota de rodapé.

Em conclusão, estou certo de que Manuel Curado é um excelente profissional na sua área de especialização, mas nesta – nesta específica em que este académico se propôs escrever um texto incisivo para a compreensão de uma obra histórica da mais fundamental importância para o estudo do esoterismo em Portugal – ele é perturbadoramente amador. Embora apresente um vasto rol de habilitações e especializações que potencialmente lhe dariam uma visão ampla, flexível, sensível e informada para a apresentação desta obra, a recusa deste autor em abandonar a sua área de conforto e se comprometer com um estudo crítico e real desta obra única no seu contexto e conteúdo resulta num pobríssimo exercício de argumentações fúteis que arruinam a possibilidade de finalmente ser feita justiça ao *Tratado*. As críticas

³ MANUEL DE MELO, 2018: 97.

⁴ MANUEL DE MELO, 2018: 103.

que Curado faz a académicos como Manuel Augusto Rodrigues, Pinharanda Gomes e muitos outros sobre as suas leituras desadequada do *Tratado* (p. 61-64), ainda que justas, não são nada comparadas com as que lhe é possível tecer à vista da análise e apresentação francamente medíocre que nos oferece aqui.

Tudo isto ensombreia esta coleção do Círculo de Leitores. Embora os seus objetivos possam ser compreendidos como do mais alto valor para a consciencialização da história da produção literária portuguesa, este livro é um exemplo do discutível critério da sua direção na seleção da coordenação para os diversos volumes. Apenas podemos esperar que este seja um caso pontual.

Bibliografia

HANEGRAAFF, Wouter J. (2012) – *Esotericism and the Academy: Rejected Knowledge in Western Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.

HANEGRAAFF, Wouter J. (2006) – Occult/Occultism. In HANEGRAAFF, Wouter J. (ed.) *Dictionary of Gnosis & Western Esotericism*. Leida/Boston: Brill, pp. 884-889.

BAUC VOL. XXXI, N.º 2

ESTUDOS

Social history of a family archive: the House of Belmonte archival holdings, 15th to 19th centuries
Maria João da Câmara

La (in)visibilización de los moriscos en los registros bautismales de Castilla la Nueva (1570-1610)
Francisco Javier Moreno Díaz del Campo

Práticas da justiça eclesiástica em Pernambuco no século XVIII: o caso do vigário geral Dr. Manuel
Garcia Velho do Amaral
Gustavo Augusto Mendonça dos Santos

Quando Portugal acreditou no progresso: a ferrovia nacional na década de 1880
Hugo Silveira Pereira

RECENSÕES CRÍTICAS

LOWRY, James (ed.) (2017) – *Displaced archives*. London and New York: Routledge, Taylor et
Francis Group. ix, 227 p.

L. S. Ascensão de Macedo

MANUEL DE MELO, D. Francisco (aut.); CURADO, Manuel (coord.); FRANCO, José Eduardo (dir.);
FIOLHAIS, Carlos (dir.) (2018) – *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiro Tratado de
Cabala – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística*. Lisboa: Círculo de Leitores,
189 pp.

José Vieira Leitão

ISSN

0872-5632

2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>